

---

# O ativismo estudantil no IST (1945 – 80)

Luísa Tiago de Oliveira  
(com Marta Silva)

## Introdução

**E**m 1950, 1075 alunos inscreveram-se no IST; em 1960 foram 1920; em 1970, 3057; em 1980, 5920<sup>1</sup>.

Entre os alunos do IST, o número de mulheres passou de 60 em 1950 (5,6%) para 181 em 1960 (9,4%), 468 em 1970 (15,3%), 878 em 1980 (14,8%)<sup>2</sup>.

Nesse mesmo arco temporal, a nível nacional, os estudantes inscritos no ensino superior eram 13489 em 1950, 23877 em 1960, 46019 em 1970, 81379 em 1980, o que evidencia um grande aumento da frequência universitária<sup>3</sup>.

As realidades demográficas e de género no IST são, pois, bem diferentes, e, apesar do instituto ter continuado a ser um reduto masculino, a presença feminina acentuou-se.

Nestas décadas, a juventude como ator social e a condição juvenil foram sendo mais visíveis, acabando por se afirmar, também em Portugal, a nova *cultura-mundo* com os seus gostos na música, no cinema, na literatura, na banda desenhada, no vestuário, nas novas práticas sociais, na aventura das viagens.

No contexto português, o colonialismo e o regime ditatorial implicaram referências específicas para o protesto estudantil que adquiriu um novo radicalismo a partir dos finais dos anos 60, embora sem a mesma dimensão festiva das novas esquerdas do ocidente. Anos depois, a revolução de 1974, que trouxe o fim da guerra colonial, levantou problemas próprios de transição para a democracia e de perspetivação do socialismo, que também conferiram um carácter específico a esses anos da vida portuguesa no contexto mundial.

Não obstante o atraso e a especificidade portuguesas, os estudantes do IST de 1980 diferenciavam-se profundamente dos do pós-Segunda Guerra Mundial: em número, em género, em agendas reivindicativas, no lugar atribuído à

AEIST, nas sociabilidades, ou ainda nas práticas culturais.

Para conseguir caracterizar estas dimensões de mudança entre os estudantes do IST, dever-se-á atender às obras já publicadas sobre ativismo estudantil e juvenil em Portugal, nesta época. Salientam-se fundamentalmente quatro tipos de obras.

Antes do mais, constituem referência indiscutível os notáveis estudos de Rui Bebiano, em obras de autoria individual ou em colaboração, centradas em Coimbra ou em temas específicos, mas sempre atentas à nova *cultura-mundo*; por seu turno, Miguel Cardina dedicou-se substancialmente a Coimbra, mas teve também como linha de horizonte o espaço nacional e internacional<sup>4</sup>. Seguem-se as obras que tratam de história do ensino técnico, ou de sociologia e/ou antropologia de grupos sociais, com excelentes páginas aliás, sobre ativismo estudantil e juvenil<sup>5</sup>. Depois, existem os estudos monográficos debruçados sobre uma época ou uma academia (como, por exemplo, os estudos sobre a crise de 56, 62, 69, a conjuntura revolucionária de 1974–76 e a luta contra as propinas nos anos 90)<sup>6</sup>. Ainda antes, em obra pioneira, Nuno Caiado desenhara os perfis e propusera a primeira periodização do movimento estudantil em Portugal, de 1945 a 1980<sup>7</sup>. Assim, considerou que o movimento estudantil teria passado pelas seguintes fases:

- a do pós-Segunda Guerra Mundial, de 1945 a 1959, cujo ponto alto é a luta contra o decreto-lei 40900 (1956–57);
  - a do nascimento do sindicalismo estudantil nos primórdios da década de 60, constituindo a crise de 1962 um ponto de viragem;
  - a da sindicalização, alargamento e politização do movimento associativo estudantil entre 1963 e 1968;
-

- a da idade política do movimento associativo estudantil de 1969 a 1974;
- e a do pós-revolução, em que os movimentos estudantis são reflexo dos movimentos sociais e se concretiza o esgotamento do modelo político-associativo (nesta fase, distinguem-se duas sub-fases – primeiro, a da particularização com perda de importância dos movimentos estudantis entre 1974–77 e, depois, a da explosão da diversidade juvenil e falência do modelo de intervenção político-associativo entre 1978–80).

Não sendo nenhuma destas obras centrada sobre o ativismo estudantil no IST, justifica-se um estudo com este objeto empírico, mas que atenda às perspetivas e dados fornecidos por estas obras. Recorrendo à história oral, pesquisando em fundos arquivísticos inéditos (como os da AEIST) e ainda noutros, atendendo aos periódicos e à bibliografia impressa, veja-se o que foi possível esquisar sobre o ativismo juvenil e estudantil no IST, desde a Segunda Guerra Mundial até aos anos 1980, procurando identificar agendas estudantis, o lugar e o funcionamento da associação no ativismo estudantil e as culturas estudantis.

## Lutas estudantis

Através de reuniões, comunicados, publicações periódicas, debates, atividades culturais, ou de simples conversas faziam-se quotidianamente a luta e a mobilização estudantil, nomeadamente antes do 25 de Abril.

Mas, se estes elementos estruturaram uma cultura de resistência sucessivamente reatualizada, em dados contextos, os estudantes empenharam-se em processos mais específicos, com jornadas relevantes e objetivos precisos. Também num quadro de transição para a democracia, quer as práticas diárias, mais invisíveis e continuadas, quer os reportórios reivindicativos explícitos constituem eixos de mobilização estudantil. Apesar de ser imprescindível atender sempre a este binómio, é a vertente da narrativa marcada por momentos épicos que sobressai, ao analisar lutas estudantis.

### *Os estudantes em ação*

#### *Os anos de chumbo do pós-Segunda Guerra Mundial*

Com a vitória das forças aliadas na Segunda Guerra Mundial, parte da sociedade portuguesa esperou uma mudança ou, pelo menos, uma abertura, tendo-se reforçado a ação e proximidade das forças oposicionistas em Portugal, e surgido o movimento de Unidade Democrática (MUD) e o movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUD Juvenil).

Porém, no mundo universitário, logo em 1947, verificaram-se expulsões de professores e mais medidas repressivas, mobilizando-se alguns setores contra a repressão do Estado Novo<sup>8</sup>.

Também no IST, este tempo foi marcado por alguma esperança e conflitos. Assim, os estudantes preocuparam-se com as questões pedagógicas, ativando uma secção específica da AE e protestaram contra o aumento das propinas em 1947<sup>9</sup>. Em junho desse ano, entre os funcionários públicos expulsos constavam 3 docentes do IST: os professores António Augusto Ferreira de Macedo e Arnaldo Peres de Carvalho e o assistente João Lopes Raimundo. Poucos dias depois, *por motivo de diversas atitudes de carácter político*, o ministro passou a associação para a tutela da direção do instituto, até ser nomeada uma comissão administrativa composta por membros da Mocidade Portuguesa, ficando a AEIST a ser presidida por um professor<sup>10</sup>. Porém, a AEIST renasceu em seguida. Expressando também o sentir da assembleia geral dos estudantes do IST, a AE pediu, em 1950 e em 1951, a reintegração do prof. Ferreira de Macedo, professor há longos anos no IST, e de disciplinas tão fundamentais como matemáticas gerais ou geometria descritiva, muito querido pelos alunos, e que, impedido de ensinar, dava explicações particulares em sua casa, a alunos do IST<sup>11</sup>. Nessa altura, já vários estudantes do IST e outros dirigentes do MUD Juvenil tinham sido presos<sup>12</sup>.

Em 1949, para coordenarem as suas atividades, as associações de estudantes criaram a Comissão Interassociações de estudantes (CIAE), anos mais tarde substituída por Reunião Interassociações (RIA). No quadro desta preocupação, ao longo dos anos, efetuaram-se reuniões das academias de Lisboa, Porto e Coimbra, nas quais participou a AEIST<sup>13</sup>.

Num outro âmbito, no inverno de 1952, a Junta de Delegados de estudantes do IST aprovou por unanimidade uma moção de protesto contra a realização da reunião da 9ª sessão do Conselho da NATO no IST e a suspensão das atividades letivas. Surgiram inscrições murais no IST com as palavras de ordem:

Viva a Paz O IST para os estudantes!<sup>14</sup>

Ainda que pontuais, estes eventos revelam que a oposição se ia fazendo sentir entre os estudantes do IST e que o movimento associativo se reanimava<sup>15</sup>.

Ilegalizado o MUD Juvenil em 1948, as suas ações e os laços de fraternidade aí vividos continuaram, gerando uma cultura e uma marca identitária entre os seus ativistas, que perdurou por muitos anos, fora e dentro das faculdades, entre as quais o IST. Como diz quem chegou a este instituto em 1953:

*Antes de eu chegar à universidade, os grandes momentos de conflitualidade tinham sido vividos sob o impulso do MUD Juvenil. Foi um movimento com grande influência nas elites universitárias portuguesas. (...) O MUD marcava a personalidade das pessoas. De tal maneira que eu, ainda hoje, sou capaz de dizer se um indivíduo foi do MUD ou não foi. É que eles tinham uma cultura, um modo de abordagem e uma técnica de raciocínio bem características. (...) Tinha gente brilhante, muito bem preparada e com grande capacidade de execução<sup>16</sup>.*

#### *A luta contra o decreto-lei 40900 (1956–57)*

A luta contra o decreto-lei 40900 constitui o grande tópico da agenda reivindicativa estudantil nos anos 50<sup>17</sup>.

Num contexto em que as direções associativas careciam de homologação ministerial, a da AEIST, presidida por António Melo Coelho, não foi aceite pelas autoridades pelo facto

de ter realizado uma cerimónia pública de início de funções antes de ter sido homologada. Ciente de que a AEIST desempenhava serviços importantes para os estudantes, o ministério quis colocá-la sob a presidência de um professor e na tutela da direção do IST. José Manuel Protes da Fonseca, estudante prestigiado junto dos seus colegas e do diretor da escola, conseguiu negociar com o ministro Leite Pinto, aliás professor no IST, no sentido de que a AEIST se mantivesse a funcionar sob a sua responsabilidade e com a equipa que chefiava na anterior direção.

Já anteriormente, as autoridades tinham tentado afirmar a Mocidade Portuguesa no desporto universitário, pondo os torneios entre escolas e o Estádio Universitário sob sua tutela, opondo-se os estudantes a esta tentativa.

Neste clima, antes da saída do decreto-lei 40900, já se esperava que o regime tomasse medidas para diminuir a autonomia das associações de estudantes.

A 12 de dezembro de 1956, no preciso dia em que João Cravinho ganhou as eleições para a AEIST, foi publicado o decreto-lei 40900, reatualizando legislação antiga e não cumprida<sup>18</sup>. Segundo Paulo Fontes, com este decreto-lei, por um lado criava-se uma comissão permanente das Obras Circum-Ecolares e Sociais do Ensino Superior, vocacionada para tratar dos problemas estudantis e, por outro, redefiniam-se as competências das associações de estudantes, retirando-lhes funções sociais que vinham desempenhando, renovando-se ainda a necessidade do ministério da Educação Nacional sancionar os órgãos associativos e a proibição da coordenação nacional ou internacional das estruturas associativas.

Não tendo sido ouvidos na preparação deste decreto-lei, como haviam reclamado, os estudantes entenderam a sua súbita publicação como a intromissão do regime (e em especial do ministério da Educação Nacional) no mundo associativo e estudantil.

Em sucessivas reuniões, as associações de estudantes reclamaram a revogação do decreto-lei. Em Lisboa, efetuaram-se sessões de esclarecimento e reuniões, assim como contactos com professores, direções de escola, deputados e personalidades influentes. O ministro da

Presidência, Marcelo Caetano, recebeu em sua casa os presidentes de direções das associações de estudantes do IST, da Faculdade de Direito, do Instituto Superior de Agronomia e da Faculdade de Ciências, e admitiu alguma insensatez do processo que tinha resultado no texto do decreto- lei.

Na RIA, os dirigentes debateram qual a melhor maneira de atuar:

*É natural que o PC pensasse que era um processo que ele deveria conduzir. E teve que se lbe explicar, de uma maneira ou outra, que, de facto, o PC era uma força muito importante, com uma grande capacidade de intervenção e de fazer circular a informação a tempo e horas, e com grande experiência de organização em condições difíceis, mais do que os outros. Mas, se quisessem comandar o movimento, obviamente, ficavam sozinhos. Perceberam isso rapidamente*<sup>19</sup>.

Não tendo vingado a opção mais radical, os dirigentes procuraram um movimento amplo com expressão e apoios exteriores, assente na recusa do decreto- lei, sem proporem alternativas (que os poderiam dividir).

Conseguida a mobilização estudantil e mantidas negociações com o ministério e com várias individualidades, os estudantes lançaram um abaixo-assinado pedindo a revogação do decreto- lei<sup>20</sup>.

Por proposta de inúmeros deputados, o decreto- lei foi submetido à Assembleia Nacional. Aquando da sua discussão, a 16 de janeiro de 1957, alguns deputados do regime intervieram favoravelmente à sua suspensão, nomeadamente os professores de Coimbra e Daniel Barbosa, professor do IST, que tinham sido sensibilizados para a questão pelos estudantes destas academias.

Muitos estudantes, vindos de todo o país, concentraram-se perto da Assembleia Nacional. João Cravinho avisou previamente Marcelo Caetano da concentração pacífica; no entanto, a polícia reprimiu a manifestação. Enquanto Protes da Fonseca ligou a Marcelo Caetano, Cravinho telefonou ao diretor do IST, invocando a reunião tida com o ministro da Presidência, e considerando que a brutalidade das forças

policiais era uma desautorização do próprio ministro, procurando ambos os dirigentes estudantis que cessasse a violência<sup>21</sup>. A repressão parou. Na Assembleia Nacional, os estudantes encheram as galerias. O decreto- lei acabou por ser transformado em proposta de lei e reencaaminhado para a Câmara Corporativa com pedido de parecer, para depois regressar à Assembleia Nacional.

Devendo em princípio o abaixo-assinado ser entregue à Assembleia Nacional, João Cravinho e Carlos Portas, presidentes das associações do IST e do Instituto Superior de Agronomia, tinham optado por não entregar o documento, quando o próprio presidente da Assembleia Nacional os alertou para os riscos da lista de nomes vir a ser conhecida pela PIDE<sup>22</sup>. Nos dias seguintes, os dirigentes explicaram aos estudantes ter decidido que fosse *arquivado pelas associações de estudantes [ficando] a constituir um documento vivo da posição dos estudantes perante o decreto- lei*<sup>23</sup>. Encadernado e antecedido pela explicação das razões da sua não entrega, o abaixo-assinado dos estudantes de Lisboa encontrase depositado na AEIST.

Enquanto os estudantes continuavam a mobilização, desta vez expondo as suas razões à Câmara Corporativa, foi nomeado um relator nesta câmara que entregou o parecer, meses depois, mas o processo não teve qualquer sequência, ficando o decreto- lei sem efeito. Como afirmou José Manuel Protes da Fonseca: *–Foi uma grande vitória das associações de estudantes, uma vez que o 40900 ficou na gaveta*<sup>24</sup>. No mesmo sentido, afirmou João Cravinho: *–A repercussão da movimentação (...) teve um cunho unitário suficientemente forte para que Salazar fizesse, sob sua ordem direta, suspender oficialmente o decreto na Assembleia Nacional. Nunca tal tinha sucedido antes. Nunca mais veio a suceder depois*<sup>25</sup>.

Se a luta contra o decreto- lei 40900 constituiu um momento importante na história do ativismo estudantil, a crise de 1962 foi também um ponto de viragem.

### *A proibição do Dia do Estudante de 1962 (24 de março)*

A tentativa de celebração e institucionalização do Dia do Estudante começou nos anos 50,

exigiu negociações e teve várias datas previstas<sup>26</sup>. Os estudantes celebraram-no a 25 de novembro (para comemorar a data do assalto ao Clube dos Lentes em Coimbra em 1920, que ficou conhecido como a *tomada da Bastilha*, na sequência do qual a associação Académica da cidade conseguiu instalações condignas), mas também o fizeram em dias variáveis dos meses da primavera. Em 1961, as autoridades permitiram a sua celebração entre 16 e 19 de março. Nesse ano, o do início da guerra colonial, foi emblemático um sarau cultural realizado na Faculdade de Ciências com José Afonso e o angolano Rui Mingas, muito participado por estudantes das colónias, que depois viriam a sair de Portugal. O jantar de encerramento do Dia do Estudante, com centenas de estudantes, realizou-se na cantina do IST.

Foi pelo propósito de comemorar o dia que a crise começou no ano seguinte<sup>27</sup>.

Em 1961, por iniciativa da AE da Faculdade de Direito, dezenas de estudantes ligados a esta e a outras associações, entre as quais a AEIST, ajudaram as populações da Cova do Vapor, cujas barracas tinham sido destruídas pelo mar, seguindo-se uma campanha de vacinação<sup>28</sup> na área de Lisboa, efetuada pelos de medicina<sup>28</sup>.

Nas vésperas do Dia do Estudante de 1962, os dirigentes, entre os quais os do IST, fizeram o habitual pedido de autorização ao ministério e reitoria da respetiva universidade, para realizarem as atividades comemorativas previstas. Não obtiveram resposta. Os estudantes avançaram contudo com as comemorações. Então, o ministério proibiu o Dia do Estudante e alegou que o programa das atividades previstas pela organização não tinha sido entregue atempadamente.

A polícia ocupou a Cidade Universitária, entrou em medicina e tentou entrar na associação de direito, no Campo Grande, em Lisboa.

*[A] divulgação desta ação provocou a reação dos estudantes, que imediatamente se começaram a concentrar em grande número frente à reitoria, para protestarem contra a quebra da autonomia universitária. O Dia do Estudante, apesar duma certa motivação de alguns estudantes, ainda era um acontecimento que não galvanizava muita gente. Por exemplo, do Técnico eram muito*

*poucos os participantes. Mas, a partir do momento em que houve esta invasão... [A] grande mobilização foi [pela] entrada da PIDE na faculdade (...), e por o ministro da Educação não ter aceite falar com os representantes dos estudantes, e depois [pela] carga policial consequente”<sup>29</sup>.*

Os dirigentes associativos procuraram Marcelo Caetano, então reitor da Universidade de Lisboa, que os recebeu. Marcelo Caetano falou com o ministro da Educação, no sentido de ter nessa tarde uma reunião com os dirigentes. Foi nomeada uma comissão de representantes dos estudantes, integrada por Heitor Santos em nome do IST. Porém, não houve reunião. O ministro não recebeu os estudantes, ainda que estes tenham argumentado que o encontro estava combinado com Marcelo Caetano e que não se responsabilizavam pelo que viesse a acontecer.

*[...] estavam milhares de estudantes no Estádio Universitário [onde] estavam a decorrer campeonatos da Mocidade Portuguesa. [Os estudantes foram] para lá e viraram-se de costas para o jogo. Estavam lá, à espera que os representantes dos estudantes viessem comunicar qual tinha sido o resultado da reunião com o ministro.*

Das quatro pessoas que constituíam a comissão, duas foram para o estádio, comunicar aos estudantes que não tinham sido recebidos e duas tentaram falar com Salazar, mas sem sucesso, e quando chegaram à *Cidade Universitária*, já se tinha dado a grande bronca<sup>30</sup>, pois os estudantes aí concentrados já tinham sido alvo de cargas policiais. Não desmobilizando a polícia, Marcelo Caetano sentiu a sua autoridade abalada e em alternativa ao jantar do Dia do Estudante, propôs um convívio entre alunos e docentes no restaurante do Lumiar Castanheira de Moura; não obstante, no caminho até lá, a polícia reprimiu mais uma vez, fazendo feridos e prisões.

No dia seguinte, domingo, os representantes dos estudantes reuniram-se na associação do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e decidiram declarar luto académico, o que, num contexto em que não existia

o direito à greve, significou precisamente greve às aulas. Nesse dia, no IST, a Junta de Delegados decidiu transmitir essa decisão aos professores do instituto, estando a direção da associação demissionária.

Na segunda feira, 26 de março, já a AEIST distribuía comunicados fazendo apelo ao luto<sup>31</sup>. Nos dias seguintes, os estudantes dialogaram com o ministro, decidindo a suspensão do luto académico, a luta pela libertação dos estudantes presos e a marcação das comemorações do Dia do Estudante para 7 e 8 de abril.

A expectativa de que o governo decidisse autorizar a realização do Dia do Estudante manteve-se durante dias. Contudo, as atividades desta jornada nunca chegaram a ser autorizadas, levando à demissão de Marcelo Caetano de reitor, de alguns diretores das faculdades por solidariedade e ao prolongamento da greve, com avanços e recuos.

Em abril, tal como já havia acontecido noutras faculdades, os corpos gerentes da AEIST foram suspensos, mas os serviços não deixaram de funcionar, pois o diretor do IST nomeou um dos mais antigos funcionários para os assegurar, funcionário este que acabou despromovido pela direção seguinte, alegadamente pelo teor de algumas atitudes que tomou durante este processo<sup>32</sup>.

Tentando manter alguma relação entre estudantes e ministério, o diretor do IST autorizava à direção demitida a realização de plenários no espaço exterior do instituto.

No dia 9 de maio, num plenário no Estádio Universitário, com cerca de 6000 estudantes, estes radicalizaram a luta e dezenas avançaram para a greve de fome, na cantina da Cidade Universitária, acompanhados por centenas de colegas, pois dizia-se que o grupo de direita Jovem Portugal pretendia invadir a cantina, movimento este que estava concentrado por perto, e que depois deixou inscrições nas paredes do Campo Grande.

No plenário, os estudantes decidiram que o luto académico incluiria a ausência às aulas, às frequências e aos exames finais. Pela madrugada do dia 11, as autoridades retiraram cerca de 1500 estudantes da cantina, identificaram-nos e prenderam-nos por algum tempo.

Ao longo deste processo, as associações de estudantes funcionavam semi-clandestinamente, de modo a conseguir manter o diálogo com o governo, por um lado, enquanto, por outro, mobilizavam os estudantes em continuadas ações de informação e propaganda. Por exemplo, a direção da AEIST reunia no café A Mexicana e a Secção de Propaganda desta associação passou a trabalhar em casa de alguns dos colaboradores na feitura de cartazes, comunicados, etc. Ao longo deste processo de luta, os plenários revelaram-se espaços essenciais de mobilização e o comunicado um instrumento muito manuseado, difundido e procurado.

Tentando isolar os estudantes, o regime associou as movimentações estudantis a intuítos políticos, tendo prendido estudantes comunistas. Para além disso, não só a greve aos exames constituía um grande esforço para os estudantes em geral e para as suas famílias, como podia implicar a perda de bolsas e significar a incorporação militar, nomeadamente para Angola, onde a guerra já tinha começado. Apesar do apoio de alguns setores da sociedade civil, a JUC e boa parte dos estudantes não concordaram com a greve a exames e desmobilizaram. A greve foi, assim, suspensa, a 14 de junho, num plenário realizado no IST. É a esta luz que deve ser interpretada a seguinte afirmação:

*Nesse ano formámo-nos em engenharia mecânica 26 estudantes, e eu fui o único que cumpriu até ao fim do luto académico. Os outros queriam era acabar o curso e ir trabalhar.*<sup>33</sup>

Neste processo, as autoridades expulsaram vários dirigentes estudantis das suas universidades.

Não obstante a crise de 1962 ter sido uma movimentação estudantil centrada na Cidade Universitária, muitos estudantes do IST participaram ativamente e conseguiram a solidariedade de uma centena de engenheiros, que assinaram um documento de apoio aos estudantes em protesto<sup>34</sup>. Nesses anos,

*(...) a AE do Técnico, no conjunto das associações lisboetas, tinha fama de tecnocrática e de menos politizada. Direito e medicina, dizia-se, eram o cerne da visão e da estratégia*

*política (...) [Mas] se tínhamos a fama de ser menos politizados, tínhamos a fama e o proveito de ter uma elevada capacidade de realização e concretização, com grande utilidade para o movimento estudantil*<sup>35</sup>.

### De 1962 a 67, 68, 69

A politização do ativismo estudantil acentuou-se com a crise de 1962, que representou um ponto de viragem. Um dirigente associativo caracterizou assim a fase do movimento estudantil até esta data:

*A crise do chamado 40900, [surge] porque o governo atacou, quis fazer uma legislação para controlar as associações de estudantes e certos aspetos da universidade. Houve reação das associações de estudantes e dos próprios conselhos escolares e depois deu aquele resultado. Depois, a crise de 62 [também] é uma resposta ao ataque do governo. Até este período não há, propriamente, ofensivas estudantis, mas ofensivas da parte do governo. Houve ações do governo e houve reações às ações do governo*<sup>36</sup>.

Semelhante é a perspetiva deste outro dirigente estudantil, que contrastou a fase anterior a 1962 com a posterior:

*Uma coisa é lutar contra o sistema para melhorar o sistema; outra coisa é: o sistema não tem melhoria, é preciso deitá-lo abaixo e fazer outro. Isso foi muito claro a partir de 62*<sup>37</sup>.

Nos anos seguintes, a universidade continuou a agitar-se<sup>38</sup>. Os estudantes voltaram a tentar comemorar o Dia do Estudante, mas o regime não permitiu. Em 1964, as autoridades expulsaram vários estudantes, entre os quais alguns do IST, nomeadamente o presidente da sua associação, Jorge Dias de Deus, por não acatarem a interdição governamental da celebração do Dia do Estudante. Ainda nesse ano, Fernando Vicente foi eleito presidente da AEIST mas, por também ter enfrentado a expulsão do IST, não cumpriu mais do que poucas semanas de mandato, sucedendo-lhe Mário Lino que era vice-presidente. Em 1965, devido a uma denúncia de

um responsável do PCP, a PIDE acedeu a cerca de meio milhar de nomes de comunistas e associativos, desencadeando uma enorme vaga repressiva. Em poucos dias, foram presos dezenas de estudantes, o que constituiu um rude golpe no ativismo estudantil. Novamente, entre estes, havia estudantes do IST, entre os quais Mário Lino. Mais tarde, seguiram-se novos processos, punições e expulsões, assim como prisões com tortura que os estudantes denunciaram aos colegas e à população, nomeadamente através de um boletim criado para o efeito, intitulado Unidade Estudantil.

Nestes anos difíceis, em que surgiram dissidências à esquerda do PCP, os dirigentes procuraram pensar o movimento associativo, historiando-o, diagnosticando a situação do momento e procurando concertar estratégias nos Seminários de Estudos Associativos, que se realizaram de 1963 a 1968, discutindo o papel das associações de estudantes e as agendas reivindicativas<sup>39</sup>. Como tentativa de resposta ensaiavam a *viragem aos cursos*:

*Quando eu e o Redol fomos para a associação não tínhamos grandes capacidades de luta política. Então, organizávamos campanhas de colóquios sobre a pedagogia, sobre o estudo, sobre o ensino ou sobre as reivindicações dos estudantes, como uma melhoria da alimentação na cantina. Digamos que coisas burguesas, mas importantes para mantermos a chama viva*<sup>40</sup>.

*O apoio de gente mais radicalizada era crescente mas era uma minoria dentro da universidade. Surgiram vários problemas em discussão: como as associações se devem aproximar dos estudantes, etc. Houve uma teoria desenvolvida nesses seminários, que era a viragem aos cursos, e que consistia na ideia das associações se voltarem para os cursos, para os problemas concretos dos estudantes e do ensino*<sup>41</sup>.

As associações continuaram preocupadas com as condições de vida dos estudantes, reivindicando melhorias nos transportes, na habitação (lares), na alimentação (cantina), nas bolsas de estudo e no acesso a outros serviços. Reivindicaram a autonomia das universidades e

a das associações, a participação dos estudantes no governo universitário, e a necessidade de aproximação da universidade às necessidades do país, repensando a relação entre engenheiro e engenheiros técnicos e defendendo também a reforma do ensino<sup>42</sup>.

Ainda que cuidadosamente referida, a guerra colonial constituía uma preocupação para todas as famílias, mesmo que os rapazes ainda estivessem longe de cumprir o serviço militar, dado que os adiamentos possíveis, no caso dos estudantes universitários, acabavam quando estes deixavam de poder concluir o curso dentro dum prazo que se obtinha somando 20 anos de idade ao número de anos do curso.

A partir de certo momento, os estudantes começaram a arriscar contestar a guerra colonial, ainda que em manifestações convocadas como sendo contra a guerra do Vietname e em que procuravam o apoio da população. Como afirmou Fernando Valdez sobre uma em fevereiro de 1968:

*Uma associação não convocava uma manifestação contra a guerra colonial, mas uma entidade estudantil podia convocar (e podia sair dos portões do Técnico) uma manifestação contra a guerra do Vietname, tal como aconteceu. Aquela que se transformou, talvez, na maior manifestação contra a guerra colonial saiu do Técnico. Teoricamente era uma manifestação contra a guerra do Vietname (geralmente as manifestações contra a guerra colonial eram convocadas como manifestações contra a guerra do Vietname), e eles puseram a polícia à nossa espera no percurso para o destino oficialmente previsto, a embaixada dos Estados Unidos. Nós não fomos pelo percurso que estava previsto. Fomos em direção ao Chile, eles estavam à espera do outro lado e, quando passámos junto à Portugália, ainda houve uns agentes provocadores a dizer: Embaixada é por ali, a embaixada é por ali! Para cortarmos em direção à Estefânia (onde estava a polícia de choque), mas não era bem essa a nossa ideia. As pessoas estavam a gritar slogans contra a guerra colonial e só nos pararam nos Anjos. O trânsito embarrancou todo, a polícia não conseguia chegar porque nós estávamos a*

*ocupar a via. Era uma manifestação muito grande que foi reprimida com uma violência indescritível porque era um assunto muito sensível para o governo. Os polícias bateram desalmadamente, cães morderam nas pessoas, uma série de gente foi presa. Nessa manifestação fomos saudados pelo Fernando Lopes Graça, o compositor ia num elétrico e saudou efusivamente os manifestantes<sup>43</sup>.*

Nesta fase do movimento estudantil, as cheias de 1967 constituíram um momento simbólico marcante, ao permitirem um conhecimento e uma aproximação ao povo, inéditas para muitos estudantes.

Quando, na noite de 25 de novembro, as inundações irromperam por Lisboa, arredores e Baixo Ribatejo, morrendo cerca de 500 pessoas, os estudantes empenharam-se no apoio às vítimas. Iniciativa da Juventude Universitária Católica (que já antes visitava bairros pobres em ações sociais), e decidido o apoio na RIA, as ações estudantis foram coordenadas a partir da AEIST, local de onde partiam diariamente as camionetas com os estudantes e os materiais para as áreas sinistradas.

Tendo durado duas semanas, abrangeram centenas de estudantes em cada jornada, que divulgavam o sucedido à população que pouco sabia da dimensão da catástrofe, dada a ação da censura, nomeadamente através do periódico *Solidariedade Estudantil*, que teve tiragens de 10000 exemplares e se esgotou numa manhã. A saída das escolas permitiu aos estudantes descobrir um país de pobreza e lama<sup>44</sup>.

A partir daí, alguns ativistas procuraram intensificar o conhecimento mútuo entre estudantes e populações. Fizeram-no através do estudo e das viagens, procurando conhecer a realidade portuguesa – fosse através dos estudos de economia, da passagem na secção sonora de recolhas etnográficas, de idas breves ao mundo rural ou de campos de férias, onde procuravam participar nos trabalhos agrícolas, ouvir as pessoas e disseminar notícias ou música de intervenção. Os estudantes procuraram também incluir notícias de lutas de trabalhadores na imprensa estudantil; reciprocamente, tentavam difundir as lutas estudantis junto das populações, através de comunicados e boletins.

É nesta perspetiva de relacionamento entre estudantes e populações que se deve enquadrar, no verão de 1970, a feitura de

*30000 cópias de um folheto com informação que ia desde o movimento estudantil à guerra de África e às lutas operárias, que [foram deixadas] em molhos nas associações de estudantes, para quem as quisesse levar e distribuir nas férias*<sup>45</sup>.

No ano letivo de 1968–69, em que a contestação estudantil voltou a ser forte, os estudantes do IST mobilizaram-se<sup>46</sup>.

Em protesto contra o aumento do preço das refeições na cantina e na sequência de outras ações, os estudantes marcaram um piquenique no pavilhão central para o dia 4 de dezembro. Decidindo o diretor Almeida Alves fechar o pavilhão central, os alunos ocuparam-no. Os estudantes entraram pelas janelas da Sala das Alunas, situada no piso térreo do pavilhão central, e declararam-na como sala de convívio comum. José Mariano Gago lembrou que ocuparam a sala a que alguns chamavam o gineceu:

*Juntaram-se muitas pessoas, rapazes e raparigas, entraram e, simbolicamente, acabaram com o gineceu de forma engraçada, mas muito difícil de compreender por quem está de fora. Aliás, tem um significado que nenhum dos próprios protagonistas podia, na altura, compreender. Mais tarde pensei muito nisto. Era preciso um ato simbólico na forma de agir, não era apenas entrar lá. Era um grito de alma*<sup>47</sup>.

Na realidade, depois da ocupação, os estudantes foram buscar papel de cenário e pintaram uma faixa onde se podia ler:

*Viva a Revolução Sexual!*

No entanto, segundo um órgão de imprensa próximo das autoridades do IST, as palavras de ordem inscritas seriam:

*Ocupámos o harém. Viva a Revolução Sexual*<sup>48</sup>.

Este episódio, quer na vertente do piquenique, quer na dos eventos na sala das alunas, evidencia como os tempos haviam mudado. Sobre esta mudança, afirmou uma estudante do IST:

*Depois de me formar estive um ano em Paris e, quando vim, eram então dirigentes do Técnico o Mariano Gago e de Económicas o Félix Ribeiro. Fui assistir a uma reunião na Cidade Universitária em que estes discursavam e fiquei muito surpreendida, pois estavam a discutir as teorias do Mao. Começou-se também a falar mais abertamente contra a guerra colonial. Houve um grande salto. Depois da Campanha de Solidariedade e do Seminário de Estudos Associativos dá-se o maio de 68, que teve um grande impacto no movimento associativo. Nesse verão, muitos de nós foram nas férias para Paris e traziam as novidades e aquela sensação de que podíamos mudar o mundo. O movimento de 68–69 começa porque, perante o protesto dos estudantes pelo aumento dos preços na cantina, a associação exige ao governo maiores subsídios. Este foi o pretexto, podia ter sido um outro qualquer, o mal estar era de fundo, queríamos a liberdade e o fim da guerra colonial*<sup>49</sup>.

Como afirmou José Mariano Gago:

*Pouco importava o pretexto. Eu diria que, do ponto de vista dos estudantes, havia uma vontade de ação coletiva que estava patente, sem se perceber bem o quê, e que tinha muito a ver com uma agenda que não tinha nada a ver com o antigamente. Era a vontade de assumir uma dinâmica de juventude moderna*<sup>50</sup>.

Dias depois, o governo fechou o IST. A luta reacendeu-se, sendo que *indignação é o termo que melhor exprime o sentimento estudantil*<sup>51</sup>. Os estudantes reuniram-se, em plenários, noutras faculdades cujas direções associativas se solidarizaram com a luta dos alunos do IST, nomeadamente em Económicas. Quando o IST reabriu, em janeiro, a direção da AEIST estava suspensa, vários dirigentes tinham processos disciplinares, as autoridades escolares tutelavam a associação, pagando aos funcionários, e as contas da AEIST estavam bloqueadas pelo banco. A AEIST não fechou, mais uma vez, devido à necessidade de manter os serviços prestados aos alunos.

Os estudantes organizaram-se, contudo, numa espécie de movimento para-associativo que, segundo José Mariano Gago,

(...) conduziu e manteve um movimento dentro do Técnico, a partir de estruturas de base, eleitas nos cursos e nas turmas, com delegados, e a partir de uma pequena estrutura central que fez um boletim. Este processo durou até ser, finalmente, autorizada a realização de eleições para a AE.

Alguns dos dirigentes mais destacados partiram para a Alemanha, com bolsas de estudo proporcionadas pela social democracia alemã, através de Mário Soares. Nas eleições de maio de 1969, os estudantes elegeram José Mariano Gago presidente da direção da AEIST.

1969 foi, antes do mais, o ano da crise académica de Coimbra. Então, os estudantes de Lisboa expressaram o seu apoio aos seus colegas desta outra cidade, cuja Associação Académica estava encerrada, e em greve às aulas e aos exames. Os estudantes de Coimbra pretendiam difundir a sua luta à população, numa ação a decorrer na final da Taça de Portugal, no Estádio Nacional, na qual a equipa de futebol da Académica jogava contra o Benfica. Na preparação desta ação, dirigentes associativos de Coimbra e de Lisboa confrontaram-se com dureza, tendo o dirigente coimbrão, que tinha vindo anteriormente para a capital preparar a ação, pedido reforços no Norte.

No dia do jogo, num estádio cheio de forças policiais, os estudantes destas duas cidades, alguns em traje académico, empunharam as suas faixas, distribuíram propaganda e entoaram as suas palavras de ordem.

A controvérsia perdura sobre quem dirigiu ou coordenou a ação, num tempo em que muitos dirigentes estudantis lisboetas não apreciavam as capas e batinas e desconfiavam do futebol<sup>52</sup>.

### *Anos conturbados (1969–74)*

Entre o final dos anos 60 e o 25 de abril de 1974, num contexto estudantil bastante politizado, no caso particular do IST, muitos estudantes travaram um grande conflito com as autoridades da escola e o regime, o que se traduziu

em constantes greves (incluindo a exames), encerramentos e aberturas da AEIST e do próprio IST, assim como em expulsões e prisões, fugas ao serviço militar e idas para a guerra<sup>53</sup>. Efetivamente, o espetro do serviço militar e da guerra colonial pairava sobre os estudantes e, logo em 1969, estes protestaram contra legislação que permitia fazer depender o adiamento do serviço militar do *bom comportamento escolar*.<sup>54</sup>

Em março de 1971, os estudantes fizeram greve ao exame em disciplinas específicas, na sequência da qual a polícia entrou nas instalações do IST, facto este que, ao acontecer pela primeira vez, foi objeto de enormes protestos e teve uma carga simbólica importante, quer para professores quer para alunos.

### *Luta de 1972 – Dos incidentes às condições prévias*

Num IST cujo diretor era João Fraústo da Silva, em 1972, os estudantes protagonizaram outra mobilização importante.

Nesta luta, duas correntes político associativas diferentes dirigiram a associação: a de Joaquim Cardeira (conhecida como *pop*, designação levemente irónica), presidente da AEIST até às eleições de maio; e a de Carlos Costa (dita *reformista* pelos seus críticos), que lhe sucedeu e dirigiu o processo de negociação. Note-se que, em qualquer das eleições onde estes dirigentes foram eleitos, concorreram duas listas de esquerda.

No princípio de maio, os estudantes envolveram-se em vários incidentes: quer no exterior do IST, em manifestações de rua contra a guerra colonial, quer no interior do instituto, onde a polícia voltou a entrar. A crítica à *reforma Veiga Simão* nas escolas de engenharia ocupava periódicos e panfletos e era tema de reuniões.<sup>55</sup> A 16 de maio, a AEIST foi encerrada, tal como a associação de económicas. Os estudantes destas duas escolas decidiram, então, entrar em greve, exigindo a reabertura das respetivas associações e o arquivamento dos processos instaurados. Os estudantes mantiveram a greve às aulas durante os meses de maio e junho até que, no fim deste mês, em reunião geral de alunos do IST, decidiram alargar a greve também aos exames.

Docentes do IST, alguns dos quais antigos dirigentes estudantis, não concordaram com a realização de exames nas condições existentes, defendendo igualmente a reabertura da AEIST. O diretor Fraústio da Silva encerrou o instituto a 6 de julho. Apesar da greve, a direção do IST quis assegurar os exames, pelo que alguns destes decorreram sob o cerco da polícia.

Entretanto, os dirigentes da AEIST iniciaram uma negociação com as autoridades, alguns professores e António Sales Luís, intermediário do governo e futuro diretor do IST, formando um grupo de trabalho. Segundo a direção da AEIST, os seus representantes apresentaram as reivindicações estudantis, por um lado, e, por outro, procuraram compreender até que ponto as autoridades estavam dispostas a ceder. A 20 de julho, numa reunião geral de alunos autorizada no pavilhão do Estádio Universitário, reuniram-se cerca de 2000 estudantes do IST para procurar uma solução para o impasse.

Esta grande participação significava, segundo Carlos Costa, a vontade de reabrir a associação e de normalizar a vida escolar, nomeadamente resolvendo a questão dos exames. A situação era considerada insustentável por muitos estudantes. O grupo de trabalho apresentou as suas *condições prévias* de funcionamento normal do IST e da AEIST, que permitiriam pacificar a vida escolar. Respondendo a esta proposta, os dirigentes associativos propuseram o levantamento da greve, embora a situação pudesse ser reavaliada caso os inquéritos disciplinares prosseguissem. O levantamento proposto advinha de considerarem que a luta estudantil já tinha sofrido alguma desmobilização, que as autoridades já tinham cedido nalgumas matérias (como na garantia da reabertura e do normal funcionamento da AEIST e nalgumas reivindicações pedagógicas estudantis), e que poderia haver um aproveitamento político se os estudantes não aceitassem as condições prévias, com agravamento da repressão. Apesar de criticada por alguns grupos estudantis, esta proposta foi aprovada por grande maioria e resultou na abertura da AEIST e na recalendarização dos exames.<sup>56</sup>

Veja-se o testemunho do presidente eleito da AEIST:

*O que o governo queria era que abríssimos a associação, subscrevendo um documento que se chamava Condições Prévias, ou seja, a associação reabria e os exames faziam-se. Foi um dilema complicado pelo qual fomos crucificados por outros ativistas associativos. O documento dizia que daí para a frente as coisas deveriam acontecer em paz e sossego, tendo uma carga ideológica que não era aceitável para nós. Não subscrevendo as considerações das Condições Prévias, achávamos [contudo] que, se fossem aplicadas, acabávamos com a greve a exames e a associação seria reaberta. Havia um outro ponto em discussão, que era polémico, que eram os processos disciplinares. Decidimos que, se houvesse avanço nos processos disciplinares, haveria nova reunião. Na prática abriríamos a associação sem limitações adicionais e a greve a exames era suspensa. Havia um interesse mútuo de acabar com esta situação penosa para muitos estudantes, porque ninguém queria perder o ano*<sup>57</sup>.

#### *Luta de 1973–74: Um ano de confrontos com um semestre perdido*

No ano letivo seguinte, sucedeu novo processo de luta. Em janeiro de 1973, o ministério criou a categoria de *vigilante* no *peçoal auxiliar dos estabelecimentos de ensino superior*, cuja função principal era a *manutenção da disciplina académica*<sup>58</sup>. Rapidamente chamados *gorilas* pelos estudantes, a sua presença e ação desencadearam fortes reações.

A 3 de maio, após o ministério ter colocado *gorilas* na Faculdade de Letras, uma reunião geral de alunos desta faculdade decidiu a greve às aulas. Já tendo os estudantes do IST decidido que, caso estes surgissem também na sua escola, os expulsariam *recorrendo à violência se necessário*, e que deveria haver uma resposta federativa a este decreto, em consonância com o aprovado, dirigiram-se à Faculdade de Letras para uma concentração de apoio à saída dos *gorilas*<sup>59</sup>. Nas proximidades da Faculdade de Letras, foram presos 21 estudantes, dos quais 10 do IST, incluindo o presidente da associação, Carlos Costa. Consoante o seu relato:

*A nossa ideia era forçar a entrada na faculdade, por causa dos gorilas. Estavam à porta da associação cerca de 20 pessoas, algumas dez do Técnico, incluindo a direção. Uma parvoíce! Não tínhamos grande capacidade ofensiva e a nossa ideia era, se aparecessem algumas centenas de pessoas, forçar a entrada. Mas não apareceram. Fomos cercados pela polícia de choque, eu não conhecia bem o espaço e fugi para um descampado nas traseiras da Faculdade de Ciências, na zona que é hoje o picadeiro. Acabei por ser encurralado num quintal, com um oficial da polícia a apontar-me a arma e a dizer para largar as pedras que, não sei para quê, trazia nas mãos<sup>60</sup>.*

Enviado para Caxias, permaneceu na prisão até julho e sofreu a tortura do sono.

A 4 de maio, os estudantes do IST decidiram fazer greve às aulas, pela libertação dos estudantes presos e pela saída dos *gorilas* das faculdades, e apelaram à solidariedade dos docentes. Alguns destes apoiaram-nos, enviando cartas ao Primeiro-Ministro e ao ministro da Educação, José Veiga Simão.

Nesses dias iniciais de maio, a greve foi renovada, em vários tipos de reuniões. Insistentemente, o diretor do IST, Sales Luís, mandou fechar o instituto e encerrar a AEIST.

Nos fins de maio, o diretor convocou dirigentes da associação (estando o presidente preso), e comunicou-lhes a anulação do 2º semestre, em que praticamente não tinha havido aulas, o encerramento da associação e a instauração de um inquérito para procedimentos disciplinares.

A luta estudantil, que tinha começado pela exigência da saída dos *gorilas* e pela libertação dos estudantes presos, passou a ser também contra a anulação do semestre e pela reabertura do IST e da AEIST, mais uma vez com greve a exames. No final de junho, um grupo de trabalho composto por dirigentes estudantis e docentes apresentou uma proposta para fazer funcionar três semestres letivos entre setembro de 1973 e agosto de 1974, substituindo desta forma o semestre perdido. O diretor recusou a proposta, anunciou o encerramento definitivo da AEIST e marcou nova tentativa de exames da 2ª época do 1º semestre. A 16 de julho,

primeiro dia de exames do 2º semestre, com o IST cercado pela polícia, com vários carros, entre os quais um carro de água, bem como *gorilas* e agentes da PIDE/DGS a circular dentro do IST, a greve teve grande adesão. O mesmo aconteceu nos dias seguintes, havendo detenções de elementos dos piquetes de greve. Entretanto, Carlos Costa foi libertado.

Em agosto, a direção da AEIST perspetivou o alargamento da luta a nível nacional, pela revogação do decreto que permitia a colocação dos *gorilas* nas universidades, pela reabertura das associações encerradas e pela reabertura do IST.

No mês seguinte, exigiram que os exames fossem precedidos da reabertura do IST assim como da associação e que o segundo semestre fosse recuperado. Não conseguindo os seus objetivos, reclamaram uma passagem administrativa a todas as cadeiras do 2º semestre anulado.

Em outubro, o diretor tentou mais uma vez realizar os exames da 2ª época do 1º semestre. Os exames iniciaram-se com cerco policial, incidentes com a polícia e estudantes conduzidos ao IST em carrinhas fechadas para fazer exames. Em seguida, foi montado um sistema de entradas controladas no IST através de cartões.

Em novembro, as aulas recomeçaram, com todas estas medidas repressivas e a proibição de reuniões estudantis. Contrariando a proibição de reuniões, a direção da AEIST convocou-as e, quando encontrou o IST aberto, efetuou-as. Assim, em reunião, os estudantes exigiram a reabertura da associação, a recuperação do 2º semestre do ano anterior e novas datas de exame da 2ª época do 1º semestre do ano anterior, bem como decidiram a imediata paralisação das aulas sempre que houvesse tentativas de impedir reuniões estudantis ou outras atividades associativas, ou se se verificassem tentativas de repressão seletiva.

A 26 de novembro, através do decreto-lei nº 629/73, o ministro da Educação, José Veiga Simão, permitiu aos reitores de universidades e diretores de faculdades recusar a matrícula ou a inscrição dos estudantes *considerados como prejudiciais à disciplina dos estabelecimentos*.<sup>61</sup> Ao abrigo deste decreto-lei, por carta, de uma só vez 70 estudantes souberam que lhes era vedada a inscrição no IST e uma centena de outros foi avisada de que o mesmo lhes poderia acontecer;

nesta carta, o diretor marcou ainda a reabertura das aulas para dia 3 de dezembro. Às anteriores reivindicações dos estudantes somou-se a recusa do controle de entradas, do policiamento, a luta contra a *expulsão* de estudantes, e o apelo à paralisação das aulas e à concentração dos estudantes.

Efetivamente, na data marcada, 3 de dezembro, o IST reabriu, mantendo-se excluídos os referidos 70 estudantes, com controlo de entradas e com o IST cercado pela polícia. Estudantes acumularam-se no portão da Alameda por serem impedidos de entrar. Pelas 10 horas, com a generalidade das aulas paralisadas, centenas de estudantes dirigiram-se a esse portão e, afastando os contínuos, permitiram a entrada dos alunos excluídos. As aulas pararam, entretanto, por completo. Quando o diretor apareceu, os estudantes rodearam-no. Uma máquina de filmar instalada no terraço do pavilhão de química foi atirada do alto do pavilhão, sob aplausos dos estudantes. Reunidos nessa tarde, decidiram manter a paralisação.<sup>62</sup> Nos dias seguintes, os estudantes das universidades de Lisboa manifestaram-se junto ao ministério da Educação Nacional e nas ruas de Lisboa contra a recusa de matrículas permitida pelo decreto-lei, reclamando a readmissão dos estudantes excluídos do IST e gritando também palavras de ordem contra a repressão e a guerra colonial. A 7 de dezembro, a forte presença policial impediu a entrada dos estudantes expulsos no IST, passando os alunos a ser obrigados a deixar diariamente o cartão à entrada, não sendo alguns devolvidos. Num contexto fortemente repressivo, não só havia um semestre e exames em atraso, como os estudantes estavam praticamente sem aulas.

As aulas reabriram no início de janeiro de 1974 com um sistema de controlo de entradas efetuado pela polícia e pelos contínuos, sendo que, além dos 70 estudantes excluídos, outros estavam impedidos de entrar na escola, por não lhes ter sido devolvido o cartão.

Ainda nesse mês, cerca de 30 estudantes foram notificados da sua suspensão até ao final do semestre.

Em todo este processo de constantes fechos e curtas reaberturas da AEIST, mas também do IST, não tinha havido eleições para os corpos gerentes da associação, pelo que Carlos Costa se

mantinha como presidente, embora a sua posição fosse, no mínimo, difícil e a sua legitimidade questionada. Assim se deve entender o seu desabafo: *A minha vida na direção era estudar, trabalhar e aturar a popalhada, como nós dizíamos.*<sup>63</sup>

Apesar de ainda haver outros pequenos grupos estudantis e sobretudo uma grande mole de estudantes contestatários sem pertença a qualquer destes grupos, os confrontos entre as principais correntes político-associativas afiguravam-se bastante renhido, e assentava em trincheiras com uma linguagem muito marcada, hoje difícil de descodificar.

Tendo dirigido a AEIST no ano letivo de 1971–72, a corrente *pop*, que assinava *Por um ensino popular*, afirmava-se basista, declarando que a luta pela defesa dos interesses imediatos e coletivos dos estudantes deveria ser conduzida a partir da discussão e da crítica em *organismos de base*, como as Comissões de Curso. Deste modo, centrava-se em reivindicações pedagógicas, pelas quais se devia lutar tendo presente *o antagonismo entre interesses de estudantes e professores no interior da universidade*. A reforma Veiga Simão, interpretada como uma expressão da luta de classes e vista como *um elo necessário de uma vasta reforma económica que [servia] os grandes industriais*, foi fortemente criticada por esta corrente.<sup>64</sup>

A lista *reformista*, integrada por comunistas, que ganhou as eleições em 72/73 e se manteve na liderança até 1974, sublinhava a importância da ação concreta, considerando que a direção anterior tinha baseado o seu trabalho em discussões abstratas, alheando-se da defesa das associações de estudantes perante o Estado, e asseverava que, para evitar a desmobilização do movimento estudantil, se impunha uma luta unitária e dirigida com firmeza, em vez de baseada numa coordenação ativada espontaneamente. Uma das principais reivindicações desta corrente era a Reforma Democrática do Ensino, que só poderia ser conseguida

( ) *com outra organização da sociedade e outra integração do ensino nas estruturas sociais, com uma aplicação dos conhecimentos científicos e técnicos à emancipação social do povo.*

Esta reforma concretizar-se-ia através de: melhoria das condições materiais de estudo; democratização das estruturas de ensino com a participação dos estudantes, organizados sindicalmente na vida da universidade; mudança dos conteúdos, orientando-os para os problemas sociais do país; obrigatoriedade de estágios remunerados, que permitissem o contacto com os problemas sociais; criação e reforço de organizações estudantis democráticas para participação na vida escolar e nacional em geral. Neste sentido, considerava-se que a reforma Veiga Simão constituía apenas uma parte de todo um sistema de ensino que, ele sim, deveria constituir o alvo do combate.<sup>65</sup>

### *Do 25 de Abril aos finais dos anos 70*

Foi neste contexto de grande conflituosidade e de paralisação das atividades letivas no IST que ocorreu o 25 de Abril e se iniciou a conjuntura revolucionária portuguesa.<sup>66</sup>

No dia 26, o presidente e outros dirigentes da AEIST, eleitos em 1972, acompanhados de grande número de estudantes, reabriram a associação.

Em junho de 1974, várias semanas após a reabertura, depois de um longo período de encerramento, algumas secções continuavam com problemas (como a de Folhas, onde havia máquinas avariadas), outros serviços ainda continuavam fechados, tendo sido necessário recorrer a um subsídio do ministério da Educação e Cultura para garantir o pagamento dos salários de funcionários.

Apenas o Turismo Universitário se tinha mantido em funcionamento com delegações na Faculdade de Medicina e no ISCEF.<sup>67</sup>

Apesar de só se terem realizado eleições para a AEIST dois anos mais tarde, a direção de Carlos Costa, que propunha eleições para novembro de 1974, apresentou o seu programa de ação. A sua principal bandeira de luta consistia na Reforma Geral e Democrática do Ensino, na qual, entre outras coisas, era proposto suprimir o carácter classista do ensino, acabando com a divisão dos engenheiros em duas categorias (engenheiros e agentes técnicos), pelo que se defendia a modificação dos critérios de admissão, a ligação da escola à prática (social e

técnico-científica) e a modificação do conteúdo técnico e ideológico das matérias, assim como dos métodos de avaliação. Os primeiros passos desta reforma seriam: a modificação dos métodos pedagógicos, a oposição ao *passar facilmente de forma oportunista, nas cadeiras*; a alteração dos métodos de avaliação; a transformação de programas e currículos; a formação de grupos de trabalho onde pudessem colaborar estudantes e professores; a discussão do ensino da engenharia; o estabelecimento de prazos para o trabalho pedagógico<sup>68</sup>.

Neste campo, foi proposta a criação de uma estrutura consultiva intermédia entre os estudantes e a comissão diretiva, constituída por estudantes e professores. Esta corrente propunha-se ainda reforçar e alargar a organização associativa, que considerava não ser democrática, defendendo Comissões de Curso eleitas e diretamente responsáveis perante os estudantes.

Recuperando uma antiga reivindicação do movimento estudantil, de criação de uma organização *sindical* de âmbito nacional, a direção da AEIST participou na Comissão pró-União Nacional de Estudantes Portugueses.

A AEIST empenhou-se também nas Campanhas de Alfabetização e Educação Sanitária que decorreram em agosto e setembro de 1974, o que foi contestado internamente.

Na realidade, outras correntes, distintas da que liderava a associação, marcavam o ambiente no IST - quer nesse momento, quer mais tarde, aquando da criação do Serviço Cívico Estudantil. Este foi um novo aspeto de política educativa, que consistiu na não abertura do 1º ano das universidades, na impossibilidade de acolher o dobro dos candidatos. A medida desencadeou fortes reações dos estudantes que viram o seu percurso escolar atrasar-se um ano. Também no IST se manifestaram pró, mas sobretudo contra: os estudantes que se opuseram ao Serviço Cívico Estudantil não só ganharam em reuniões de vários tipos, como abriram inscrições para um 1º ano, que não deveria abrir por decisão governamental, obrigando a que o ministério declarasse que estas matrículas e estas aulas não tinham *qualquer valor jurídico*<sup>69</sup>.

No ano letivo de 1974/75, os confrontos foram fortes e a direção da associação, integrada por membros da União dos Estudantes

Comunistas (UEC), foi contestada por vários grupos de esquerda e afastada. Neste cenário convulso, bateram-se algumas correntes entre os estudantes.

Um episódio marcante foi uma batalha campal, a 6 de março de 1975, cuja causa próxima foi ainda o Serviço Cívico Estudantil. Tendo este sido rejeitado numa reunião geral de alunos, na qual se decidiu abrir as matrículas para o 1º ano, os estudantes ligados à UEC, apoiantes do Serviço Cívico Estudantil, afixaram um cartaz em que criticavam esta abertura das aulas, à revelia do MEC. Os seus opositores (*pops* e outros) consideraram que esta corrente não estava a respeitar decisões democráticas e envolveram-se num confronto em que um dos estudantes *pop* ficou com um pé partido. No dia seguinte foi convocada uma reunião para discutir e deliberar sobre a expulsão (ou não) da UEC do movimento associativo. Estando a reunião, muito concorrida, a decorrer no pavilhão central, os estudantes da UEC não puderam entrar, concentrando-se em frente ao pavilhão central. Segundo os testemunhos, quer no interior quer no exterior do pavilhão, estavam pessoas que não eram estudantes do IST. Depois de jatos de água lançados do pavilhão central e pedradas nos dois sentidos, seguiu-se um confronto forte, que se prolongou para lá do *campus*, com cadeiras partidas e luta corpo-a-corpo.

Sobre estes conflitos com a UEC, afirmou um seu adversário de então:

*Nós barricámo-nos no pavilhão central, onde estava a haver a reunião e eles apedrejaram e partiram os vidros todos. A certa altura, abrimos as portas e saímos. Envolve-mo-nos numa cena de pancadaria enorme em que os perseguimos até ao Areeiro. E ganhámos. Como é evidente, a maior parte dos estudantes apoiava-nos. (...) [Muitos] estudantes na RGA, que não eram todos da nossa área política, mas que nos apoiavam contra o PC. Foram todos atrás de nós a partir a cabeça aos PC's por ali fora. (...) Eu era membro da comissão diretiva e simplesmente dei ordens aos contínuos para fecharem as portas e depois para as abrirem. Não sei exatamente quem, mas foram fulanos da nossa área política que comandaram*

*aquilo. (...) Tinham a alcunha de pops. Concorriam nas eleições associativas com o slogan Por um Ensino Popular. (...) Estávamos reunidos em RGA, [ocupávamos] o pavilhão central todo, para tratar dos incidentes do dia anterior em que os UEC's tinham partido o pé a um colega e tinham batido numa série de pessoas, tudo isto por uma cena qualquer provocada [por gente] do Técnico que os acusavam não sei exatamente de quê. Mas, eles [UEC] reagiram mal porque estavam convencidos que eram os donos daquilo tudo e desataram à pancadaria. Era uma reunião para os expulsar. Eles sabiam disso<sup>70</sup>.*

Embora varie a visão sobre o grau de apoio aos grupos envolvidos e sobre os recursos de que dispunham, vários dos testemunhos orais, mesmo de antigos adversários, referem a expulsão da UEC do movimento associativo, que contudo continuou a concorrer a eleições para cargos de gestão. Segundo o jornal *Expresso*, nessa reunião em março de 1975, não só foram expulsos do movimento associativo 12 estudantes da UEC envolvidos em incidentes, como um estudante do CDS o foi também, mas do IST.<sup>71</sup>

Sobre a vida associativa e estudantil nestes anos agitados, cite-se um longo testemunho de Alfredo Gomes, adversário da UEC, e por duas vezes eleito presidente:

*Houve um período em que [havia] uma espécie de comissão diretiva provisória [na AEIST] dos meus camaradas. Durante esse período, era uma bandalheira. Era uma anarquia completa. Nada funcionava como deve ser. (...) Assistimos a algumas pressões da parte do governo para ceder a cantina e a piscina a serviços sociais e nós recusámos. (...) Para nós, aquilo era uma alienação das nossas posses. Mais tarde veio a acontecer isso, creio que na direção do Pimenta. (...) Continuou tudo nas nossas mãos e continuou a haver Comissões de Curso, como havia antes. Tudo isso continuou a funcionar, só que, enquanto anteriormente havia um motivo político por detrás das nossas reivindicações, a partir daquela altura deixou de existir. Essa parte pedagógica, pela ordem*

*natural das coisas, foi abaixo porque não havia motivo para reivindicar*<sup>72</sup>.

Só em junho de 1976 houve eleições para a AEIST, que foram ganhas por uma lista apoiada pela União Democrática Popular (UDP) e movimento de Esquerda Socialista (MES). Esta lista vencedora teve 815 votos, seguindo-se a lista apoiada pela Juventude Socialista, com 793 votos, em eleições com 2858 votantes, que evidenciam uma grande participação estudantil, pois votaram 57% dos alunos inscritos no IST, desconhecendo-se o total de sócios da AEIST.<sup>73</sup> Nestas eleições, concorreram seis listas, quatro das quais apoiadas por organizações que se reclamavam do marxismo-leninismo, designação geral utilizada pelos maoistas. A lista apoiada pela UEC ficou em quinto lugar: na realidade, esta organização tinha perdido muito do seu anterior apoio, num contexto em que os dirigentes estudantis mais prestigiados, de todas as forças, estavam já na vida profissional ou envolvidos na luta política ou social fora do *campus*.

Enquanto, no movimento estudantil, se verificaram estas lutas entre grupos que já tinham tido tensões antes do 25 de Abril, no IST em geral, viveram-se tempos de grandes mudanças.

A gestão das universidades mudou. Formaram-se comissões diretivas com representantes de alunos, professores e funcionários. Ainda em 1974, foi publicada legislação sobre a institucionalização democrática dos órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino superior, criando assembleias de escola ou assembleias de representantes, conselhos diretivos, conselhos pedagógicos e conselhos científicos, com representação dos três corpos, exceção feita ao último.<sup>74</sup> Procurando ordenar a mudança, o contexto nem sempre permitiu ou propiciou a aplicação da lei. No IST, ao longo da conjuntura revolucionária, houve duas comissões diretivas (uma em 1974 e outra em 1975/76), de sensibilidades bem diversas, sendo que as relações com o ministério da Educação foram difíceis no mandato da segunda comissão diretiva.

Os cursos foram reestruturados. O sistema de avaliação mudou, sendo adotado um novo modelo de classificações com os apto e o não apto, sendo o apto escalonado em A, B, C, D e incentivando-se trabalhos de grupo em substituição

dos testes. O sistema de classificação configurava outra área de grandes tensões da época. Se a corrente político-associativa *reformista*, defensora da Reforma Geral e Democrática do Ensino, apoiava um sistema de avaliação de alunos com classificações, já as correntes integradas pelos antigos *pops* e outros grupos, inicialmente, apenas defendiam o apto / não apto, opondo-se ao apto escalonado. O papel dos professores na atribuição de classificações também foi contestado pelas correntes mais radicais. Deste ambiente dá testemunho, um comunicado aprovado pelos estudantes de química do IST, de oposição ao ministério da Educação que viam como reformista e insuficientemente revolucionário:

*As decisões tomadas a priori pelo ministério da Educação e Cultura contra a instituição de um regime de apto/não apto (...) não favorece a instituição na faculdade daquilo que os estudantes pretendem do ensino, não tendo em consideração os interesses das classes exploradas, mas a defesa dos interesses da maioria dos professores, fiéis mandatários das classes detentoras do poder, com o fim do ensino servir os seus interesses. (...) A condição fulcral de todas as medidas a última palavra aos professores, para além de ser facilmente posta em causa pelos mais simples princípios democráticos, é mais um marco de quais são interesses defendidos pelo ministério da Educação e Cultura, sob uma capa de unidade estudantil com o povo trabalhador.*<sup>75</sup>

Fizeram-se saneamentos de alguns professores e funcionários, que deixaram de ter serviço distribuído, embora tenham acabado por ter o vencimento assegurado. Em especial, o antigo diretor Sales Luís foi expulso e ofendido por alguns grupos estudantis, e protegido por professores.

Com a normalização democrática do país, surgiram novos diplomas legais para as escolas de ensino superior, entre os quais o decreto-lei de gestão, de 1976, dito de Sottomayor Cardia. Foi incrementado um modelo geral de gestão das escolas, com participação de estudantes e funcionários nas diversas assembleias e

conselhos entretanto instituídos.<sup>76</sup> Tal como em muitas outras faculdades, apesar de contestado, este decreto foi posto em prática e passou a nortear a vida escolar no IST.

No final dos anos 70, a direção da AEIST mudou radicalmente. Se, em 1977, a lista apoiada pela UDP ganhou por muito pouco (em atos eleitorais que, aliás, foram objeto de polémica), nas eleições de 1978 ganhou a lista apoiada pela Juventude Social Democrata.

Recordando esses tempos, o novo presidente da altura, Carlos Pimenta, acentuou a desorganização em que se encontrava a AEIST, afirmando que secções como a Sonora, a Cultural ou o Boletim, eram instrumentos da extrema-esquerda. Concretizou:

*Alguns loucos queriam transformar o Técnico numa Lisnave dos estudantes. Estou a reproduzir essa expressão porque a ouvi numa assembleia geral, dita por alguém de um dos partidos revolucionários, um dos marxistas-leninistas.*

Ainda segundo Carlos Pimenta, nestas batalhas eleitorais para a AEIST, apesar dos vários grupos existentes em 1977 e 1978, *verdadeiramente organizados e a disputar o poder dentro do Técnico eram dois: UDP e JSD*. Segundo afirmou, o *cansaço ideológico* e o *caos dos serviços* constituem os dois vetores que explicam a vitória de um grupo de pessoas com uma *visão mais pragmática, aberta e tolerante*, que liderou. Com a sua liderança, as secções despolitizaram-se, reivindicando assim Carlos Pimenta para a sua direção, em 1978/79, o restabelecimento da ordem e a verdadeira democratização da escola e da associação.<sup>77</sup>

Fazendo um balanço geral, este fundador da Juventude Social Democrata caracteriza o contexto anterior ao 25 de Abril como

*(...) muito complicado, porque havia três ou quatro catedráticos que, em conjunto com o diretor, exerciam, de facto, uma ditadura sobre a escola. A escola não tinha oxigénio, não respirava e era opressiva. Tinha os portões fechados e a polícia nos portões (...) Depois, vieram dois anos de caos total e absoluto, e depois foi a reorganização. Eu vivi três realidades e todas elas atípicas do que é*

*o funcionamento normal de uma universidade em qualquer país do mundo. O que, em si, foi uma rica experiência para a vida, mas não é uma experiência académica normal. Os últimos dois anos foram já com a escola a funcionar e com os currículos em transição, já dados de uma forma normal e séria.*<sup>78</sup>

Na prática, terá começado a fase da despolitização no movimento estudantil no IST e uma mudança estrutural na socialização política dos futuros engenheiros, sendo os anos 80 indiscutivelmente uma outra década.

### *Contextos do ativismo juvenil: AEIST, ativismo estudantil e ativismo juvenil*

As mudanças no ativismo estudantil no IST, com as suas diferentes fases e lideranças, inscreveram-se em contextos em que atuaram outras organizações juvenis.

Nestas décadas, o ativismo estudantil ocorreu num quadro em que, apesar da sua diferente força conjuntural, sempre se fez sentir a presença da Juventude Universitária Católica (JUC) nas faculdades, entre as quais no IST.<sup>79</sup> Estrutura dependente da Igreja Católica, não acatava contudo integralmente as orientações superiores, tendo passado por momentos de maior ou menor proximidade ao movimento associativo, tendendo a aproximar-se deste e a descolar-se das posições defendidas pelo regime do Estado Novo, tal como estava a acontecer com outras franjas do catolicismo português. Organização juvenil aceite pelos restantes grupos, tornou-se menos visível com o passar dos anos. Na memória dos entrevistados, a JUC diferenciava-se das organizações que apoiavam o Estado Novo.

Se, no pós-guerra, a Mocidade Portuguesa, organização estatal dedicada à juventude, teve alguma influência devido ao seu papel na ação social, quando as associações de estudantes passaram a ocupar-se também destes serviços, tal organização viveu um grande descrédito entre os estudantes universitários.

Deixando de lado aquela instituição oficial do regime ditatorial, atente-se nas organizações de direita em geral patrocinadas pelo regime.<sup>80</sup> Embora, a partir dos anos 50, a direita já não dirigisse associações estudantis importantes,

ainda era sentida no quotidiano estudantil e nas lides associativas. As organizações juvenis de direita, não tiveram uma expressão significativa no IST e, embora os estudantes favoráveis ao regime defendessem os seus pontos de vista em reuniões de vários tipos e inclusivamente na revista AEIST, isolavam-se na prática. À medida que o movimento estudantil se foi politizando e radicalizando, as organizações juvenis pró-Estado Novo perderam ainda mais expressão e, mesmo a título individual, era raro ouvirem--se posições de defesa aberta do regime.

Os entrevistados lembraram o movimento Jovem Portugal, organização com pouca expressão, recordada pelos seus cartazes e panfletos assim como pelo envolvimento em conflitos físicos, boicotes de ações estudantis e defesa de comportamentos fura-greves como na crise de 1962.

Foram igualmente referidas, para os longos anos 60, a Frente de Estudantes Nacionalistas e a Frente Universitária, organizações em geral pouco visíveis. Outra organização mencionada foi a Ação Académica, próxima da ala mais moderada do regime, que, apesar de ter um periódico considerado esteticamente moderno e apelativo, o *Lisboa. Espaço*, não conseguiu contrariar o isolamento da direita.

Não se tratando de uma organização juvenil, alguns dos melhores alunos do IST eram convidados para entrar na *Opus Dei*, num recrutamento que se fazia no Colégio Pio XII.

Passe-se às organizações de oposição ao Estado Novo e às da transição para a democracia.

O PCP teve apreciável peso no ativismo estudantil antes do 25 de Abril.<sup>81</sup> Perdendo influência na AEIST com as prisões de 1964/65, as direções da segunda metade dos anos 60 já não tiveram grande marca comunista. Tendo aliás perdido direções em muitas outras associações, perante a afirmação das Novas Esquerdas e o seu ataque às posições dos estudantes do PCP, a quem chamavam no mínimo reformistas, o Partido Comunista criou uma organização para o mundo estudantil, em 1972: a União de Estudantes Comunistas (UEC). A partir daí, os comunistas recuperaram peso no ativismo estudantil. Foi neste quadro que, na AEIST, em 1972, Carlos Costa ganhou as eleições. De acordo com relatos dos dirigentes estudantis da

época, ainda que adversários da UEC, os estudantes estavam cansados das posições radicais e afastadas das suas preocupações concretas.

O caso da expulsão de um estudante comunista de medicina do movimento estudantil (liderada por estudantes *pops*, na sequência de confrontos), caso este que teve forte impacto no ativismo estudantil, assim como a greve a exames de 1972, contribuíram para que a maioria dos eleitores da AEIST votasse nos comunistas, porque se afiguravam mais moderados e tolerantes. Não tendo havido, em 1973, eleições para a AEIST, após o 25 de Abril, a antiga direção retomou funções, o que não foi bem aceite por outros grupos de esquerda, que não lhe reconheciam legitimidade. Em 1975, verificaram-se reuniões conflituosas e violentas, até com feridos.

A modificação do peso dos comunistas em geral na vida política e social portuguesa (que cresceu a seguir ao 25 de Abril, mas diminuiu a partir do outono de 1975), os confrontos físicos em que a UEC se envolveu e a defesa de medidas governamentais impopulares como o Serviço Cívico Estudantil, terão contribuído para que as listas apoiadas pela UEC não voltassem a ganhar eleições para a AEIST.

Entre as organizações das Novas Esquerdas presentes no movimento estudantil no IST, destacaram-se as maoistas Na AEIST, antes do 25 de Abril, houve fortes influências maoistas e alguns grupos germinaram mesmo ali, existindo praticamente só para o mundo estudantil. Salientaram-se dois grupos: o Comitês Comunistas Revolucionários Marxistas-Leninistas ou CCR (m-l) e o Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista) ou PCP (m-l). Após o 25 de Abril, já no âmbito da União Democrática Popular (UDP), os maoistas lideraram parte importante do ativismo estudantil no IST e ganharam eleições para a direção da associação (com Alfredo Gomes, duas vezes eleito), bem como outros lugares nos órgãos de gestão. O seu domínio no IST durou até 1978, data em que lhe sucedeu a liderança social-democrata, com a qual travaram significativas batalhas eleitorais<sup>82</sup>.

Para além dos maoistas, também os estudantes do movimento de Esquerda Socialista (MES), e ainda os trotsquistas e os do movimen-

to Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) se fizeram ouvir, aqui e ali, no IST.<sup>83</sup>

Com ligações próximas a Mário Soares, a Pedro Coelho coube criar o braço estudantil dos socialistas, procurando a disseminação desta área política pela universidade, cuja influência foi incipiente até 1974, tendo uma força difusa em décadas seguintes.<sup>84</sup>

Surgida após 1974, a Juventude Social Democrata exprimiu-se sobretudo a partir de 1976, distinguindo-se Carlos Pimenta, um dos seus fundadores, na AEIST. Inicialmente uma organização frágil, ganhou as eleições em 1978 e manteve a sua influência até 1992.

### *O contexto nacional e internacional de referência*

A ação estudantil nunca se pode situar apenas no espaço escolar e circum-escolar. Mesmo em quadro ditatorial, a situação política nacional e internacional não podiam estar arredadas e os estudantes referiam-se-lhe não só nas suas conversas como nas suas práticas.<sup>85</sup>

Vejam-se os principais acontecimentos nacionais de referência, vividos pelos entrevistados enquanto estudantes do IST.

Nas memórias recolhidas, salientam-se o MUD e o MUD Juvenil, a campanha de Humberto Delgado (1958), o assalto ao paquete Santa Maria e o golpe de Beja (1961), o assassinio de Humberto Delgado (1965), o acidente e a morte de Salazar (1968 e 1970), a morte e o funeral de Ribeiro Santos em 1972<sup>86</sup>, as eleições de 1969 e 1973<sup>87</sup>, a reforma Veiga Simão, contestada pelo movimento estudantil, o III Congresso da Oposição Democrática (1973), a sempre presente guerra colonial, o 25 de Abril de 1974 e as várias jornadas da transição para a democracia.

Nalguns destes momentos, os estudantes participaram ativamente, como em várias ações do *terramoto delgadista*, em vários primeiros de maio, no funeral de Ribeiro Santos, nas eleições de 1969 e 1973 e no congresso da Oposição Democrática. Todos os entrevistados se recordam do primeiro plenário de estudantes a seguir ao 25 de Abril, no IST. Já em quadro democrático, os estudantes intervieram em momentos da luta política, como as manifestações anti-coloniais (salientando-se o boicote à substituição das

forças militares nas colónias) ou outras de cariz social e político, para além da sua participação em jornadas como o 28 de Setembro, o 11 de Março e o 25 de Novembro.

Entre os acontecimentos internacionais de referência recordados pelos estudantes como tendo sido vividos nos seus tempos universitários, estão os debates sobre as vagas de descolonização, a guerra da Argélia e a do Vietname, que contribuíam para despertar, num caso, e para discutir, no outro, a realidade colonial portuguesa. Se um acontecimento como a ocupação dos territórios portugueses na Índia pela União Indiana, em 1961, desencadeou reações contraditórias entre os estudantes, já, com o passar dos anos, a contestação ao colonialismo aumentou.

A América Latina, com a revolução cubana, as guerrilhas e sobretudo com a ação e morte de Che Guevara, constitui um continente de interesse e entusiasmo para os estudantes. Episódios como a crise dos mísseis e a morte de J. F. Kennedy ou alguns dos conflitos israelo-palestinos preocuparam os estudantes. O clima de Guerra Fria, com episódios como a Baía dos Porcos ou com o latente temor de uma terceira guerra mundial, o receio de um conflito nuclear e os movimentos pela paz, ocuparam os estudantes. Engenheiros que pretendiam ser, terçaram armas por vezes através da *corrida ao espaço*. Porém, mais relevante, o conflito sino-soviético e a Revolução Cultural dividiram-nos no palco e nos bastidores (tal como a invasão da Hungria e a Primavera de Praga), não obstante, para alguns, ter continuado a ser grande e norteador o impacto da existência do campo socialista na Europa.

No plano estudantil, o Maio de 68 e a liberdade de costumes agitou o ambiente, marcou um clima diferente e constituiu-se como um referente de memória essencial.

Já nos anos 70, o governo de Unidade Popular no Chile foi derrubado pelo golpe de estado de Pinochet, a 11 de setembro de 1973.

A queda das ditaduras espanhola e grega passaram mais despercebidas num Portugal que vivia, então, já em democracia. Contudo, antes do 25 de Abril, os estudantes portugueses tinham Espanha bem presente: a denúncia do regime franquista fez-se através da disseminação da cultura espanhola, da sua poesia

e dos seus vultos, tantos deles perseguidos pelo franquismo, e do noticiar dos movimentos estudantis e sindicais no outro país ibérico.

Sublinhe-se ainda que, frequentemente, ao abordar temas internacionais, era também de Portugal que os estudantes estavam a falar: foi o que aconteceu quando evocaram o resistente francês Jean Moulin, aprisionado, torturado e morto às mãos dos nazis, em contextos em que havia dirigentes estudantis presos e torturados, ou ainda quando dedicaram longas páginas da imprensa periódica à cultura africana ou organizaram reuniões e manifestações contra a guerra do Vietname, querendo significar a necessidade de lutar contra o colonialismo português.

### *Um ativismo estudantil em mudança*

#### *Fases do ativismo estudantil*

Recapitem-se, agora, as fases do ativismo estudantil.

Uma primeira fase situa-se da Segunda Guerra Mundial à luta contra o decreto-lei 40900. Sendo o ativismo estudantil relativamente ténue, as associações existentes trataram sobretudo de apoiar os estudantes. Apesar de algumas ações de distanciamento ou mesmo de crítica ao regime, realizadas em condições duras, a denúncia do regime não foi massiva. Nas iniciativas estudantis, a AEIST marcou presença.

A luta contra o decreto-lei 40900 deu uma nova visibilidade ao movimento associativo e inaugurou uma segunda fase. Contestando a intromissão do regime nas associações, os estudantes reclamaram a preservação da autonomia associativa. Inscrevendo-se na luta travada anteriormente contra a ingerência da Mocidade Portuguesa no desporto universitário, os estudantes beneficiaram do apoio de individualidades do regime, sendo o decreto suspenso, facto nunca antes sucedido. Ao mobilizarem-se em torno do direito à realização do Dia do Estudante, os estudantes argumentaram novamente com a autonomia associativa. A luta contra o decreto-lei 40900, em que o lugar da AEIST foi importante, e, de forma mais evidente, a crise de 1962 consciencializaram os estudantes do seu poder reivindicativo e mesmo de enfrentamento do regime, desempenhando os órgãos de coordenação estudantil (como as RIA) um importante

papel. As associações de estudantes reforçaram, então, o seu caminho comum. A unidade procurada ficou representada num símbolo feito propositadamente para o Dia do Estudante: a corda, com o seu entrelaçado, que voltou a aparecer em organizações políticas posteriores<sup>88</sup>. Nesta fase do despertar do movimento estudantil, em que participavam os oposicionistas ao regime, mas também estudantes próximos deste, o ativismo estudantil politizou-se.

Da crise de 1962 a 1967, terceira fase, o movimento estudantil sofreu revezes, especialmente com as prisões de 1964/65 que atingiram duramente os estudantes do IST e a sua associação, procurando fazer ressurgir o movimento associativo com iniciativas como os Seminários de Estudos Associativos e a *viragem aos cursos*.

As condições de vida dos estudantes (quanto à habitação, alimentação, transportes, bolsas de estudo), a participação estudantil na vida universitária, estando subjacente a ideia de espaços de liberdade e de democracia, a reforma do ensino e a questão da relação entre engenheiros e engenheiros-técnicos ocupavam os estudantes.

Neste tempo em que surgiram ruturas à esquerda do PCP, já a composição da direção da AEIST, em 1966/67, exprimia mudança, pelo seu carácter de coligação, reunindo pessoas com características políticas distintas (socialistas, católicos, maoistas e comunistas). O Partido Comunista Português, até então com substancial influência no movimento estudantil, perdeu peso e as organizações juvenis e os estudantes assumidamente de direita tornaram-se recessivos. Com a crise de 1962, a guerra nas colónias e o serviço militar obrigatório, ao qual os estudantes não podiam escapar, a não ser que se tornassem refratários ou desertores, a politização do movimento estudantil acentuou-se e mais estudantes contestaram, para além de vários aspetos pedagógicos, a natureza do regime.

Os anos de 1967/8/9 marcam a transição para uma quarta fase, que se prolonga até ao 25 de Abril. Neste período extremamente vivo do ativismo estudantil, a AEIST, uma organização muito importante pelas suas instalações, atividades e poder económico, reforçou o seu peso. Logo nas cheias de 1967, ação que trouxe uma outra dimensão ao movimento estudantil por permitir aos estudantes aperceberem-se da

situação do país e dos seus problemas, foi visível o lugar desta associação. Os finais dos anos 60, afirmaram-se como bandeiras de luta, para além das mudanças no ensino, a liberdade, a democracia e o fim da guerra colonial, utilizando-se neste último caso frequentemente a luta contra a guerra no Vietname como metáfora. Quando as listas *pops* venceram as eleições para a direção os estudantes reforçaram as reivindicações pedagógicas. O sentimento geral referido por dois entrevistados de correntes político-associativas diversas surge na mesma expressão: a universidade estava *esclerosada* e precisava de uma mudança radical.<sup>89</sup> Lugar de grandes movimentações, greves e repressão no final dos anos 60 e nos anos 70, a AEIST constituiu também a casa-mãe de correntes marxistas-leninistas, designação então usada por grupos maoistas, como o CCR m-1 e o PCP (m-1).<sup>90</sup> O confronto ideológico intensificou-se dentro e fora da AEIST, pronunciando-se também estas novas correntes políticas sobre as agendas reivindicativas. Radicalizando-se a luta, o recurso a greves prolongadas às aulas e mesmo aos exames tornou-se frequente, distanciando-se contudo alguns alunos destes processos. Havendo tensões e negociações frequentes, a instabilidade e a repressão marcaram presença.

Os estudantes assumiam querer conhecer a realidade nacional (colocando esse objetivo no discurso escrito) e igualmente a realidade internacional. Discutia-se mais abertamente a guerra colonial, a condição feminina e mesmo a questão sexual. Denunciando os privilegiados, o ativismo estudantil afirmava ter uma nova forma de olhar as associações, os estudantes e a vida, afirmando querer abrir-se a um mundo em transformação, cheio de mudanças sociais e comportamentais.

Com o 25 de Abril, o ativismo estudantil entrou numa quinta fase. Os estudantes não só conseguiram representação nos órgãos de gestão como constituíram um poder efetivo. Tal como noutras faculdades, no IST, foram tomadas várias medidas radicais, como a criação de um sistema de gestão com participação dos estudantes e dos funcionários, o saneamento de alguns professores, alunos e funcionários do instituto, a reestruturação de cursos, e a aplicação de um novo sistema de avaliação. Nas ações

e reuniões estudantis, tomaram-se posições em função da luta política no país e verificaram-se grandes conflitos entre a UEC e outros grupos estudantis, devido a medidas de política educativa geral, ou tão-somente devido às tensões existentes na sociedade portuguesa. Nas disputas renhidas para a AEIST, a UEC e outros grupos, como os antigos *pops*, opuseram-se, assim como o fizeram em reuniões e eleições, mais tarde, diferentes correntes político-associativas, dos maoistas à Juventude Social Democrata<sup>91</sup>. Este período caracterizou-se pela grande politização, partidarização e conflitualidade no ativismo estudantil. Nos anos seguintes, com o final da revolução e com o fim da hegemonia da esquerda na associação, as novas direções apontaram a necessidade de repor a *ordem*, num quadro em que o ativismo estudantil se despolitizou.

Traçado este quadro do ativismo estudantil no IST, façam-se algumas observações.

### *O regime do Estado Novo e a repressão*

Antes de mais, note-se que, apesar do ativismo estudantil contra o regime, os estudantes constituem um grupo que, enquanto tal, o Estado Novo reprimia, mas não da forma mais dura. Como afirmou João Cravinho:

*O regime, apesar de tudo, tinha consciência de que o conhecimento da repressão entre estudantes tinha uma enorme capacidade de difusão no país. Portanto, (...) sabia que tinha de dosear e ser, como sempre foi, seletivo. O sistema de repressão do regime é um modelo de discriminação segundo a capacidade de difusão da perturbação na população. Coloquialmente, se o tipo era um camponês alentejano... meu caro amigo... Se é advogado, já não é bem a mesma coisa. E havia casos em que se avisava os pais: que os filhos estavam a portar-se mal ou se deixavam arrastar por más companhias, a que se seguiriam desagradáveis consequências, a não haver mudança. Era a ideia de que o pai de família tinha que ficar responsável pelo comportamento do filho. Isto passava-se com os filhos de famílias conhecidas, claro. Havia uma nítida diferenciação [da repres-*

são] segundo o posicionamento social. Nisso, o regime era exímio.<sup>92</sup>

Houve momentos de repressão mais violenta, mas essa repressão exerceu-se sobre ativistas e não tanto sobre o grupo. Em larga medida, vindos das elites e destinados a constituir as futuras elites, tolerava-se-lhes alguns desvios de juventude que eram supostos serem abandonados mais tarde. Neste sentido, os estudantes do IST foram mais poupados pela repressão do que os do Instituto Industrial, onde se formavam os agentes técnicos de engenharia.

### *Ser bom aluno*

Da Segunda Guerra Mundial até aos anos 70, ser bom estudante afigurava-se importante para ser líder estudantil:

*Ser reconhecido como um estudante aplicado era uma vantagem efetiva para se ser eleito para a direção da associação ou para delegado de curso. O que importava era alguém que representasse bem os estudantes, que defendesse os seus interesses junto dos professores. Tinha de ter prestígio e autoridade. O Amaro da Costa era um excelente aluno, os Sampaio, os Medeiros Ferreiras, os Vitor Wengorovius... eram todos bons alunos. E isso dava uma grande autoridade junto dos professores e junto da família.<sup>93</sup>*

Embora com o avançar dos anos e a afirmação da nova cultura juvenil, a condição de ser bom aluno para se ser dirigente estudantil ter perdido importância, estas duas condições continuaram a coincidir.

### *Meter-se em política.*

Obviamente que o associativismo juvenil constituiu um espaço de formação de elites, que se revelam mais tarde, neste ou naquele campo, pelo que, nos variados contextos, se observa que os líderes estudantis se tornam figuras públicas posteriormente. Porém, para além disso, o Estado Novo disseminou na sociedade portuguesa uma visão temerosa e pejorativa da política, levando a que esta olhasse aqueles que ocupavam o poder como técnicos e protetores, por um lado, e,

por outro, aqueles que combatiam o poder como sendo *políticos* e não *verdadeiros portugueses*. A coincidência entre líderes estudantis e bons alunos deve ser perspetivada à luz, não só da necessidade de ter pessoas menos vulneráveis, na intervenção política e social, como à luz da desconfiança pelos políticos que o Estado Novo entranhou na sociedade portuguesa, que implicou a necessidade de legitimar por outros meios e credibilizar aqueles que se dedicavam às atividades associativas e políticas.

Neste sentido, em vários momentos, os estudantes sentiam uma pressão social, nomeadamente dos familiares, para não arriscarem a sua vida profissional e pessoal, *metendo-se* em política. Como testemunhou um antigo estudante:

*As próprias famílias iam chamando à atenção. [O meu pai] nunca foi político mas, de qualquer forma, dizia: não te metas nisso, não se metam em política! E todas as pessoas na universidade pertenciam ao meio pequeno/médio burguês. Por parte dos pais, havia uma certa influência no sentido de dizer não se metam nisso, estás a estragar a tua vida.<sup>94</sup>*

A neutralidade política e religiosa constituiu tema que atravessou os debates sobre associativismo, sobretudo nos primeiros anos em estudo: de sincera convicção à conveniência tática em afirmá-lo, o modo como a questão se colocou variou ao longo do tempo e nas várias correntes do ativismo juvenil.<sup>95</sup>

Na viragem para os anos 70, este debate perdeu a atualidade e não mais foi travado. Na transição para a democracia, as preocupações foram outras, e o movimento estudantil que lhe sucedeu já não se caracterizava por uma socialização política à esquerda.

### *Organizações políticas e ativismo estudantil*

As várias organizações políticas pretendiam agir no campo estudantil propondo, construindo, modificando e influenciando as agendas reivindicativas estudantis.

A estas forças, convinha efetuar um trabalho de mobilização protagonizado por aqueles que eram menos conhecidos pela oposição ao regime. Os associativos preocupavam-se em manter ao seu lado os não associativos, ou seja, a maioria

dos estudantes. Além de alimentarem o movimento, era em nome dos estudantes em geral que os associativos desencadeavam as ações e era através deles que as procuravam legitimar. Ao formular bandeiras de luta, os dirigentes tinham de atender às preocupações da generalidade dos estudantes, de modo a não ficarem isolados, até para proteção própria.

João Cravinho sustenta que o facto dos católicos estarem associados às reivindicações de 1956/7 não permitiu o argumento do regime de que as reivindicações eram políticas e *sopradas* por *meia dúzia* de estudantes comunistas. Anos mais tarde, a progressiva politização do movimento associativo e estudantil e a sua radicalização (por exemplo, greves a exames) desmobilizou e enfraqueceu o protesto estudantil, nalguns casos. Deste problema resultou a preocupação em aproximar os estudantes da luta das associações, precisamente um dos temas em discussão nos seminários de estudos associativos, surgidos depois da luta de 1962, nos quais se procurou saber como deviam as associações de estudantes conduzir a luta e quais deviam ser as agendas reivindicativas. Mais uma vez, após as prisões de 1965, no quadro desta preocupação com os problemas básicos dos estudantes, a AEIST reforçou o debate sobre as questões pedagógicas, aproximando a luta dos cursos, num processo a que chamaram a *viragem aos cursos*. Também com a afirmação das correntes *pops*, mau grado a presença permanente da crítica à reforma Veiga Simão, a politização efetiva, ao nível do discurso, subsumia-se nas reivindicações pedagógicas e no acentuar da chamada componente sindical da luta estudantil.

Porém, a politização ou mesmo a partidari-zação eram mais complexas do que parece. Mesmo sobre uma época mais aberta, a segunda metade dos anos 60 e a primeira dos anos 70, afirmou Fernando Valdez:

*As coisas não tinham o controlo férreo que algumas pessoas pensam que havia. Era mais uma questão de linha ideológica, programática. Há uma história engraçada que é contada por Murteira Nabo. A certa altura, penso que tinha havido uns problemas em Económicas, eles resolveram fazer uma direção de bons alunos. Então, foram buscar*

*o Octávio Teixeira e outros. Parte dos tais bons alunos era gente com ligações ao PCP, que ele nem imaginava, e descobriu porque a PIDE foi a casa de um e este pediu-lhe para avisar outro. Ele, como o outro não estava, foi ao quarto dele ver se havia coisas para deitar fora e encontrou uma série de propaganda clandestina do PCP que deitou fora. Estas coisas eram um bocado difusas. As pessoas não podiam andar com emblemas na lapela porque era prisão certa. Embora entre nós tivéssemos consciência de quais eram mais ou menos as orientações. A maior parte das pessoas não tinha ligação orgânica a nenhuma organização, quer fosse maoista, quer fosse do Partido Comunista. Tinham afinidades ideológicas<sup>96</sup>.*

#### *Relação com a sociedade e o mundo*

Outra vertente importante da ação estudantil era a procura de relação com a situação nacional e internacional. A mobilização dos estudantes e a denúncia do Estado Novo e das suas ações repressivas implicava a difusão da informação aos outros estudantes, aos amigos, aos pais, à sociedade. Assim, ao procurarem conhecer a realidade portuguesa estudando ou contactando diretamente as populações, os estudantes difundiram também muitas das suas posições. Quer em ações localizadas, como os campos de férias, ou em viagens pelo país ou, mais simplesmente, aquando da sua ida para férias, os estudantes levavam consigo material para difundir. Estes jovens procuraram chegar à comunidade internacional através de organizações estudantis nacionais doutros países e também de organismos internacionais de estudantes, de modo a denunciar o regime (e para este efeito, o Turismo Estudantil foi mais uma via que permitiu abranger mais estudantes). Se este movimento de saída dos muros das escolas se afirmou no final dos anos 60, quer em termos nacionais quer internacionais, a inovação consistiu na procura, por parte de muitos estudantes, do contacto mais alargado, direto, ou através de associações de estudantes, sem a mediação de organizações pré-existentes e reconhecidas, políticas, como o PCP. A ida ao povo afirmou-se como bandeira, sendo que a sua concretização não era imune

às organizações políticas. Nesta procura de relação com as populações menos favorecidas, no pós-25 de Abril, pode-se enquadrar a contestada participação nas Campanhas de Alfabetização e Educação Sanitárias no verão de 1974, e no Serviço Cívico Estudantil, sendo que houve muitas outras ações de educação popular em que estudantes participaram a título individual.

## AEIST, movimento associativo e movimento estudantil

### *Participar na AEIST*

Os entrevistados começaram a colaborar na AE por motivos tão diversos como a influência de amigos, o interesse por uma secção em particular, ou forte consciencialização política.

Alguns estudantes faziam-no assim que chegavam ao IST, como é o caso dos que tinham atividade associativa e/ou partidária anterior. Numa afirmação que dirigentes das mais variadas correntes políticas e de diferentes gerações poderiam subscrever, Carlos Costa afirmou sobre a importância política do trabalho associativo e o percurso dos dirigentes:

*A partir de certa altura, considerava [chegar à associação como] um imperativo partidário, isto é, deveria preparar-me para conquistar o poder na associação. Ainda não estava no PCP, mas [faltava] pouco tempo. Quando cheguei ao IST, achei que precisava de ter alguma atividade e inscrevi-me na secção pedagógica, onde aceitei as tarefas que me deram. Isto para contrapor ao que aconteceu em 1972/73, em que jovens do 1º ano intervinham como se fossem catedráticos na matéria. Gente muito verde do ponto de vista político e de maturidade intelectual, mas que aparecia e tinha jeito para falar (...). Em 72 parecia que as pessoas nasciam ensinadas e eram grandes dirigentes associativos. A característica fazer estágio e aprender nas secções desapareceu. Mas eram eficazes e falavam bem, para desespero da minha rapaziada que tinha alguma dificuldade em exprimir-se. Para mim o normal era ser colaborador numa secção, depois ser membro de uma comissão de curso, participar na*

Num contexto democrático, a questão se coloca de outra maneira, tendendo a normalizar-se, perdendo o carácter de sufoco e deixando a procura de relacionamento nacional e internacional de se colocar como meio de denunciar um regime que já tinha caído.

*reunião de colaboradores e, a partir de certa altura, espreitar as possibilidades de fazer uma lista para a direção.*<sup>97</sup>

Contudo, por vezes as motivações eram difusas: assim, Paula Fonseca considerava a AEIST como o *único veículo de ação em relação às preocupações sociais que havia*.<sup>98</sup>

Durante um longo período, a Semana da Recção aos Novos alunos constituiu um momento marcante para a entrada nas lides estudantis, de que nos dá testemunho João Cravinho para os anos 50 e Pedro Coelho para os 60. Veja-se este último:

*O António Guterres (...) uma vez disse-me: –Tu és o responsável por eu ser Primeiro-Ministro.*

*Eu respondo-lhe:*

*–Por ter fundado o Partido Socialista?*

*Ao que ele responde:*

*–Não, é que eu fui à reunião em que tu foste falar aos estudantes que chegaram ao Técnico.*

*O presidente da AE ia todos os anos falar na presença do diretor da escola aos novos alunos. (...) Pela primeira vez na minha vida, com 17 anos, ouvi um tipo mais velho, presidente da associação, dizer que os estudantes estavam ali para estudar e tirar um curso, mas que havia outras coisas pelas quais se deveriam interessar, como a sociedade, as outras pessoas, o desporto, as atividades culturais. Foi a primeira vez que alguém me disse que havia outras coisas para além de estudar. Agora é multiplicar isto por cinquenta mil conversas*<sup>99</sup>.

Outros estudantes não descobriram um novo mundo logo, mas sim mais tarde, quando ocorreram episódios que consideraram chocantes, como por exemplo, em 1962, a proibição do Dia do Estudante e a repressão, que geraram uma repulsa que conduziu muitos estudantes, alguns deles sem qualquer ligação ao movimento associativo, a manifestarem-se ao lado das direcções das associações e contra as diretivas do poder central<sup>100</sup>.

A secção cultural ou as atividades culturais em geral chamaram muitos alunos para o universo da AEIST e, mais, levaram-nos ao trabalho empenhado e, não poucas vezes, à direcção ou presidência. Em épocas diferentes, praticamente todos os entrevistados colaboraram na área cultural. João Vieira Lopes começou por trabalhar no Cineclube Universitário. Também José Mariano Gago entrou na AEIST pelas atividades culturais:

*Houve um momento em que eu decidi intervir na AE. Fui lá e disse que queria colaborar na secção cultural (...). Eu escrevia umas coisas, crítica de livros, de teatro, de cinema... Tinha pegas monumentais com os controladores do PC da associação, que não achavam graça à geração dos literatos e dos estetas. Achavam-nos muito independentes para o seu gosto. E éramos, claro!*<sup>101</sup>

#### *As secções da AEIST, as estruturas estudantis e o seu funcionamento*

As secções foram-se reconfigurando ao longo do tempo, redefinindo missões, fundindo-se e autonomizando-se, pelo que não é possível apresentar um quadro válido para várias décadas, nem tampouco para vários anos. Apesar das dificuldades, tente-se esclarecer quais os núcleos de ação e os seus suportes organizativos, em contextos em que os estudantes atendiam bastante ao estatuto legal das secções<sup>102</sup>.

No princípio dos anos 50, de acordo com os estatutos então aprovados, existiam as secções cultural, folhas, pedagógica, papelaria, fotográfica, social, aeronáutica, grupo desportivo, biblioteca, cantina, a revista Técnica e a Caixa de Empréstimo de Honra e Subsídios<sup>103</sup>. Na revisão seguinte dos estatutos, a estas secções os

estudantes acrescentaram a referência às de propaganda, departamento-sede, Boletim e intercâmbio<sup>104</sup>. Nos anos 60, ainda estes estatutos estavam em vigor e eram editados, sendo estas secções que eram anunciadas na receção aos novos alunos – como, por exemplo, em 1964<sup>105</sup>.

Esta multiplicidade de secções era propiciada pelas condições materiais. Constando do projeto do novo *campus* e efetivamente construídas, as instalações da AEIST localizavam-se, como a própria AE reconhecia, em 1945, *num belo edifício próprio onde iam aumentando as secções existentes e criando [-se] outras*.<sup>106</sup>

Beneficiando o IST de prestígio, sendo a AEIST importante e gozando destas excelentes instalações, o espaço possibilitava não só a atividade das secções, como as mais variadas realizações e grandes reuniões. Sobre a primeira metade dos anos 60, afirma António Mota Redol:

*A universidade tinha uma certa autonomia. A PIDE não entrava dentro do Técnico ou noutra faculdade sem autorização do diretor, e, quando entrava, era à revelia. Quando isso acontecia, o diretor protestava junto do ministério. No Técnico, o diretor deixava fazer os plenários (...). Não se fazia sem autorização dele. Houve um período em que as reuniões ainda foram na associação, na piscina; era tanta gente que não havia sala onde se coubesse, a piscina não tinha água e as reuniões eram ali. Quando a associação foi fechada, já não podiam ser ali. No pavilhão central havia uns cubos de pedra grandes, ao lado das escadarias, e os dirigentes subiam-nos e dirigiam a reunião dali. As reuniões passaram a ser mesmo em frente do Técnico, naquela alameda e nas escadarias. Mas o diretor autorizava, mantínhamos uma certa conversa com ele porque também não queria ter os alunos todos contra ele, porque às tantas aquilo envolvia-se tudo e tornava-se completamente ingovernável. Ele autorizava umas coisas, outras não, e foi mantendo o equilíbrio. Claro que a PIDE e a polícia de choque queriam era bater e, se pudessem entrar, espancavam aquela gente toda. Mas os diretores e os professores tiveram sempre uma atitude*

*de acalmar as coisas. Até porque a associação do Técnico tinha um grande prestígio junto dos professores, porque era um verdadeiro império comercial. Tinha uma quantidade de de secções.*<sup>107</sup>

Apesar do litígio com os diretores nos anos 70, o espaço do IST continuou a ser muito usado quer pelos estudantes do instituto, quer pelos de outras escolas.

Vejam-se, agora, quais os principais eixos de atividade e as estruturas estudantis nestas décadas.

### Secções

Se havia secções cuja missão não proporcionava a obtenção de receitas, outras possibilitavam-nas<sup>108</sup>. Algumas secções tiveram um papel muito importante na sustentação do movimento estudantil, pelo apoio logístico e financeiro que podiam prestar, destacando-se em épocas diferentes a secção de folhas e a de turismo.

Ao produzir materiais necessários a todos os estudantes, a secção de folhas revelava-se imprescindível ao funcionamento do instituto e constituía uma via de obtenção de fundos para a AEIST. Produzia as sebatas das disciplinas, a partir de textos fornecidos pelos professores ou de apontamentos dos alunos mas revistos por aqueles. Editava ainda cadernos pedagógicos, cadernos culturais, a coleção Temas Estudantis, textos de apoio a reuniões e atividades, brochuras com textos de conferências ou com letras de canções de José Afonso, por exemplo<sup>109</sup>. Importante para o movimento estudantil, foi a sua, então, moderna máquina *offset*, referida por quase todos os entrevistados. Emblemática,

*a secção de folhas com um parque de máquinas poderoso, onde já se distinguiam meios de impressão offset e um elevado número de empregados fixos e de trabalhadores em part-time (normalmente estudantes) era uma empresa dentro da empresa. Toda a documentação técnica necessária aos cursos era ali produzida e comercializada. E, claro, não produzia só livros de estudo, produzia também com grande eficiência, jornais, revistas, comunicados etc. o que, naturalmente, não tinha a simpatia da governação.*<sup>110</sup>

Próxima da secção das folhas situava-se a papelaria.

Através do contacto com o exterior, a secção de turismo, designada de várias formas ao longo dos anos, permitia o relacionamento internacional e os seus lucros elevados reforçaram, a partir de certa altura, o papel da associação<sup>111</sup>.

João Cravinho sublinhou a importância, em meados dos anos 50, para a troca de experiências e convívio entre pessoas de diferentes países em estágios internacionais, turismo universitário e campos de trabalho. Desde essa década que as relações internacionais, pelo contacto com outras realidades técnicas e científicas, mas também económicas, políticas, culturais e sociais em geral, entusiasmavam muitos estudantes que aí viam a possibilidade de conhecer mundo. Assim, deve ser interpretado o esforço despendido com os intercâmbios, os estágios e a participação na *International Association for Exchange of Students for Technical Experience* (IAESTE), conseguida em 1954, e na *Fédération Internationale d'Associations Nationales d'Élèves Ingénieurs* (FIANEI), alcançada em 1953, depois com breve interrupção, ascendendo o IST à sua vice-presidência em 1960. Em 1966, a AEIST organizou, recebeu e acompanhou a visita a Portugal da universidade flutuante americana *Chapman College*, o que permitiu conhecer outras gentes, assim como denunciar, nas entrelinhas das conversas, o carácter repressivo e colonial do regime português. António Mota Redol perspetiva o significado destes contactos:

*O governo não via isto muito bem porque os estudantes vinham lá [de fora] com ideias esquisitas, porque tinham contacto com outra realidade. Isso foi importante para mostrar aos estudantes (...) o que eram as democracias, como é que as coisas funcionavam, situações muito diferentes a nível económico. O governo não gostava muito, mas não tinha outro remédio senão aceitar. Posso dizer que seriam milhares de estudantes que iam todos os anos para esses campos de trabalho. E vinham alguns estrangeiros para cá também.*<sup>112</sup>

A área do Turismo Universitário desempenhou um papel crucial nas direções de José Mariano Gago e João Vieira Lopes, assumido como estratégico para o ativismo estudantil, ainda que conjunturalmente a situação tivesse sido muito difícil e estado por um fio, pois a AEIST tinha as contas bloqueadas e apresentava dívidas<sup>113</sup>. Para além disso, dado o papel que esta estrutura desempenhava nas relações externas, o regime tentou, junto das instâncias internacionais, retirar a representação do Turismo Estudantil à AEIST, procurando entregá-lo a uma organização estatal.

Transcrevo o testemunho de José Mariano Gago, que entendeu o papel desta secção dentro da AEIST

*(...) como absolutamente crítico para a sobrevivência do próprio movimento estudantil português, ...*

*(...)*

*Ser presidente da AE do Técnico era dirigir uma média empresa, que eu descobri muito rapidamente que tinha um orçamento na ordem da grandeza do Técnico, não por ter a seu cargo muitas pessoas, mas por causa da secção do Turismo Estudantil. O representante de Portugal no Turismo Estudantil Internacional era a secção de turismo do Instituto Superior Técnico. O turismo de estudantes tinha começado um ou dois anos antes a ter uma importância significativa em Portugal. Fretavam-se aviões e muitos estudantes iam para campos de férias noutros países. Os anos 60 foram anos de mobilidade estudantil na Europa que também chegou a Portugal, que participava nesses consórcios de fretamento de aviões (...) de vender bilhetes a preços muitíssimo baixos a estudantes, que ficavam em hotéis ou que iam trabalhar durante as férias. Esse movimento estava a atingir [grande] dimensão. Quando tomei conta da associação, em maio, a situação era caótica. O verão estava à porta (quando os aviões voavam), as contas bancárias estavam bloqueadas há cinco meses, desde o fecho do Técnico, os pagamentos internacionais não eram feitos e havia reservas – estamos a falar de 30 ou 40 aviões fretados – que se arriscavam a ser*

*todas canceladas. Portanto, não estamos a falar de uma empresa pequena. A direcção anterior tinha procurado profissionalizar, e bem, a secção de Turismo Estudantil. Havia um jovem sueco (julgo que namorava uma portuguesa) que veio trabalhar em Portugal, era um profissional; havia funcionários competentes de turismo, administração, etc. Era uma pequena agência de turismo dentro do corpo da AE; portanto, muito depressa foi preciso tomar decisões nessa matéria. Lembro-me que percebi muito depressa que tinha de dedicar muito tempo e energia a, por um lado, aprender como se fazia, depois, a resolver os problemas da gestão interna da AE, e, em terceiro lugar, resolver o problema do Turismo Estudantil que, na altura, era absolutamente crítico para a sobrevivência do próprio movimento estudantil português. A AE do Técnico era a mais rica do país por causa do Turismo Estudantil, coisa que eu percebi nessa altura. O facto de ter o Turismo Estudantil dava-lhe uma possibilidade, que nunca tinha sido explorada, de relação internacional. Portanto, quando entrei na associação do Técnico, a minha estratégia foi dizer: –O Turismo Estudantil é uma bênção dos céus e vai permitir internacionalizar e criar uma relação do movimento estudantil em Portugal com o resto do mundo<sup>114</sup>.*

Passe-se, agora, a outra secção, crucial, embora não originasse o tão necessário afluxo de verbas.

Ao transmitir as realizações quotidianas da associação e as informações prementes, a secção de propaganda, pela sua própria natureza e por pertencer a uma associação forte, conseguia ultrapassar os muros da AEIST.

Inúmeros entrevistados contaram que os comunicados mais perigosos não eram feitos pela secção de propaganda dentro das instalações da AEIST, mas em vários locais mais resguardados, como em casa de estudantes ou noutras faculdades<sup>115</sup>. Sobre uma das suas ações, afirmou um dos entrevistados:

*O reitor da UTL (...) disse que um dia se tinha visto sair comunicados da AE do Técnico, à meia-noite, para serem distribuídos*

*pela cidade. Isso era falso porque, embora algumas vezes se fizessem, em geral os comunicados não eram feitos aqui no Técnico. Era noutros sítios que eles não sabiam. A maior parte dos comunicados mais perigosos, que eram os da RIA, eram feitos em Ciências, nos edifícios lá para trás (...). Havia alguns aspetos da organização que eram clandestinos, nós podíamos ser presos a qualquer momento, era só eles decidirem*<sup>116</sup>.

Este entrevistado, António Garcia, considerou mesmo que se devia fazer uma homenagem a dois elementos essenciais da luta estudantil, a saber, o *stencil* e o comunicado, muito manuseados pela secção de propaganda. Especificando:

*O comunicado foi o instrumento de comunicação fundamental do movimento estudantil junto da população estudantil. Eram documentos de grande qualidade literária, sociológica e política que muito bem retrataram a situação e o espírito do tempo. Seria importante que se colecionassem, se editassem, se estudassem e se relembressem os seus autores. A impressora a stencil, essa prodigiosa maquineta (manual ou elétrica), simples, barata, transportável, com a qual, durante anos, se imprimiram livros, documentos, comunicados e milhões de panfletos. Uma simples folha de papel de cera batida à máquina e já estava, era só dar à manivela ou, se fosse elétrica, carregar no botão. Este simples equipamento, cuja transportabilidade era de grande utilidade, sobretudo no caso de comunicados sensíveis, prestou grandes serviços à luta estudantil e a outras lutas.*<sup>117</sup>

Aliás, o copiógrafo (uma impressora a *stencil*) constituiu uma das âncoras de memória de alguns dirigentes estudantis. Se a secção de propaganda utilizava as novas máquinas das folhas (entre as quais o *offset*, para aqueles trabalhos que exigiam maior qualidade gráfica), o velho copiógrafo continuou a servir e, quando se referem os comunicados e os *stencils*, era o velho copiógrafo que produzia os comunicados, a partir do *stencil*, que está também sempre em mente.<sup>118</sup>

Dado o seu carácter mais político e exposto, pelo menos em certa fase, era na secção de propaganda que o cuidado com os colaboradores era maior. Como refere Jorge Dias de Deus:

*Nós percebíamos que as secções só podiam existir se as pessoas que lá estivessem gostassem e, por isso, não podíamos usar aquele rigor político muito grande, exceto na propaganda. Aí, fiava mais fino! Que era onde se faziam os comunicados e divulgação. Aí trabalhavam os especialistas [nisso] e alguns deles trabalhavam também para os comunicados da RIA. Os da Propaganda tinham de ser da confiança total.*<sup>119</sup>

Sendo a atividade cultural um dos eixos centrais da atividade estudantil, notabilizou-se a respetiva secção, uma porta de entrada para muitos estudantes no mundo associativo, um fórum alargado e uma forma de abertura das atividades da AEIST ao exterior. Dada a sua importância, para além da organização de conferências, exposições, debates, concertos, etc. a secção cultural tinha uma permeabilidade grande com outras secções como, por exemplo, a sonora, o grupo de teatro (quando existiu), a fotográfica, e articulou-se também com a secção de convívio, criada nos anos 60, sendo uma das grandes organizadoras da Semana de Receção aos Novos alunos.

Muitas das suas atividades abrangiam estudantes de outras escolas e articularam-se com outras organizações do universo estudantil lisboeta, como o Clube Universitário de Jazz.

Muito embora a biblioteca do IST contivesse muito mais do que livros técnicos e científicos, a AEIST mantinha uma biblioteca com alguma importância, dada a proximidade com os estudantes e o facto de se localizar dentro das instalações da associação, o que facilitava a circulação de livros proibidos. Debatendo-se com falta de espaço, no início dos anos 60, os estudantes destruíram uma coleção da *Seara Nova* que, embora aprovada em reunião competente, dada a biografia da revista, constituiu uma marca traumática na memória de alguns estudantes<sup>120</sup>.

No campo das publicações, desde 1925 que a AEIST editava a prestigiada revista *Técnica*, cujo diretor era necessariamente um estudante e

onde muitos professores e engenheiros colaboravam com artigos científicos e de disseminação da cultura científica. Publicava também o periódico aeist que, no final de 1962, para deixar de ir à censura, terminou formalmente, passando a designar-se *Boletim AEIST*, até que, em 1964, foi substituído pelo *Binómio*; esporadicamente produziu o *Esteiro*.

Há muito que se salientavam, na AEIST, as atividades desportivas. Equipas disputaram lugares no desporto universitário e até federado. Em épocas diferentes, destacaram-se as equipas de ténis, ténis de mesa, esgrima, atletismo, boxe, hóquei em patins, voleibol, basquetebol, rugby, xadrez, entre outras. Na viragem para os anos 70, o judo conseguiu muitos adeptos, nomeadamente entre as Novas Esquerdas, tendo aberto uma turma de judo feminino em 1968. Em geral, o ginásio multi-usos e a piscina possibilitavam a prática desportiva, não só aos estudantes do IST, como a muitas outras pessoas. A conexão com o Centro Desportivo Universitário de Lisboa (CDUL) constituiu uma preocupação de estudantes e dirigentes ao longo dos anos de 50 e 60.

Nestas décadas, a AEIST geria a cantina, frequentada por centenas de alunos, sobretudo ao almoço, e muito importante para os alunos de fora de Lisboa. Na mesma área, funcionava também um bar. Objeto de atenção permanente por parte dos estudantes, a cantina foi comentada e discutida sob várias perspetivas, desde os preços praticados à qualidade das refeições (incluindo a adoção da alimentação racional e o consumo de bebidas alcoólicas), ou ainda aos problemas com os seus numerosos trabalhadores assalariados.

Na área social, João Cravinho salientou a Caixa de Empréstimos de Honra e Subsídios, um fundo importante nos anos 50:

*Havia muita gente que tinha as mais variadas dificuldades que se poderiam prolongar por muito tempo. Nessas circunstâncias, pediam um empréstimo à Caixa de Honra garantido pela sua palavra de honra. E pagavam sempre.*<sup>121</sup>

Ainda numa ordem próxima de preocupações, a AE tinha um lar universitário, um

gabinete médico e um posto de enfermagem, que assegurava assistência médica e cuidados de enfermagem gratuita aos sócios, bem como acordos com diversas entidades para apoio aos estudantes no campo da saúde.

A AEIST atribuía muita importância às questões pedagógicas. Proporcionava aos alunos formação e informação em áreas diferentes, do simples curriculum escolar aos cursos de línguas, a visitas de estudo e conferências. Não só a secção pedagógica espelhava essa preocupação, como a AEIST se envolveu na organização do Congresso do Ensino de Engenharia, em 1962, em resposta à iniciativa da secção de Antigos alunos. Muito concorrido, este congresso reuniu engenheiros, agentes técnicos, professores e alunos que debateram, entre outros temas, a relação entre engenheiros e agentes técnicos assim como a necessidade de aproximação da universidade às necessidades reais do país<sup>122</sup>. Existia ainda uma ligação à Ordem dos Engenheiros através de um dos cargos da direção da AEIST (vogal à ordem).

*Imprescindível era a secção de contabilidade, tesouraria e administração.*

Secções mais pontuais como, por exemplo, a secção de astronáutica e missilismo, desenvolveram-se frequentemente, em correspondência com interesses específicos de alguns alunos.

Com todas estas secções e serviços e com um número variável de funcionários pagos (além dos alunos voluntários), a AEIST era das associações mais fortes de Lisboa. Não obstante se reportar aos anos 50, a afirmação de João Cravinho poder-se-á alargar, em boa parte dos seus tópicos, a outras décadas:

*O Técnico era, na altura, a escola com a associação mais forte, mais organizada, mais integrada na própria escola, estando prestigiada não só entre os estudantes como também entre os professores, incluindo os da direção da escola.*<sup>123</sup>

O prestígio, a aceitação, a tolerância perante a realização de atividades mais ousadas e mesmo a relutância em encerrar a AEIST advinham da edição da *Técnica*, da responsabilidade

da associação por serviços de apoio básico (entre os quais a secção de folhas, com a qual os professores colaboravam), não sendo indiferente o facto da direcção ser presidida, frequentemente, pelos melhores alunos. Sobre os primeiros anos 60, afirmou um dos entrevistados:

*O governo, por exemplo, podia querer que os professores apoiassem o encerramento da associação, e eles, isso, nunca fizeram. Em 62, o governo demitiu a direcção da associação, destituiu todos os corpos gerentes, mas a associação não fechou. Entregou a associação ao diretor e ele é que ficou a geri-la. Como o diretor tinha mais que fazer, nomeou um dos empregados da associação mais antigos (...) para ser o responsável/gestor da associação.*<sup>124</sup>

Posteriormente, evitar o acentuar da conflituosidade estudantil como resposta ao fecho da AEIST também pesava nas decisões das autoridades, no momento de deliberar sobre o seu eventual encerramento.

Por todos estes motivos, pela sua dimensão e instalações à época e, sobretudo, pelo volume de dinheiro que movimentava (especialmente devido a folhas, à cantina e à expansão do Departamento de Turismo Universitário), a AEIST foi descrita como uma pequena ou média empresa, cujas secções tinham missões e situações específicas, onde trabalhavam estudantes voluntários, estudantes com ligeira remuneração e assalariados propriamente ditos. Os entrevistados não hesitam em usar a palavra *empresa*:

*A associação do Técnico tinha imensas secções, era quase uma empresa. Eu lembro-me de, quando foi o quinquentenário, fazermos uma sessão solene onde historiámos um pouco o que era a atividade na associação. A associação era, em relação às outras, de longe, a mais bem organizada como empresa. Tinha secções que permitiam realizar dinheiro para financiar outras que efetivamente eram mais de índole cultural, e que, portanto, não teriam receitas. Por exemplo, os livros que utilizávamos eram praticamente impressos na associação*<sup>125</sup>

*Foi um bocado complicado gerir um empório daqueles porque, para além de sermos alunos e fazer umas coisas a brincar, tínhamos de gerir uma empresa. Havia problemas de contabilidade, nesse ano foi introduzido um novo sistema de contabilidade*<sup>126</sup>.

*Era (...) uma empresa bem organizada, a funcionar bem naquilo que eram as suas missões e com grande espírito voluntário.*<sup>127</sup>

E relembre-se a afirmação de José Mariano Gago:

*Ser presidente da AE do Técnico era dirigir uma média empresa, que eu descobri muito rapidamente que tinha um orçamento na ordem da grandeza do Técnico*<sup>128</sup>.

Na AEIST, chegou a haver problemas laborais, bem como estruturas organizativas próprias dos trabalhadores, sendo que dispunham de espaço próprio no *Binómio*; mesmo antes do 25 de Abril, existia um Conselho de Empregados<sup>129</sup>. O número de funcionários e colaboradores variou, aumentando até aos anos 70 e diminuindo drasticamente após a revolução.

#### *Estruturas*

Com uma estrutura complexa, cada secção dispunha de uma relativa autonomia, que aumentou progressivamente, articulando-se as secções com a direcção através de formas orgânicas, de reuniões ou de simples conversas informais. Se bem que tenham existido sempre uma direcção, uma assembleia geral e um conselho fiscal, tal como diferentes secções, a articulação entre estes órgãos nem sempre foi a mesma e as estruturas organizativas variaram ao longo do tempo<sup>130</sup>.

Vejam-se vários testemunhos sobre a vida interna da AEIST e as diferentes formas de práticas democráticas tentadas.

José Pinharanda testemunhou a importância das assembleias gerais e a articulação entre a direcção, as secções e estas assembleias no princípio dos anos 60:

*[Havia] reuniões de carácter geral, por exemplo, as assembleias de eleição e as assembleias de relatório e contas. Fazíamos relatórios muitíssimo precisos. Na assembleia*

*geral fazia-se a análise desses documentos e dos valores apresentados. Os relatórios de contas eram verdadeiros repositórios do ano de atividade da associação. Todas as direções das secções faziam o seu relatório, e a direção fazia também o relatório próprio com todas as atividades. Esses relatórios eram realmente muito completos, descreviam-se as coisas e davam-se perspectivas para o futuro*<sup>131</sup>.

Reportando-se a um período ligeiramente posterior, Mário Lino testemunhou a autonomia das secções e a democraticidade das assembleias, lembrando as normas de Roque Laia, aceites tacitamente num regime ditatorial como guião de funcionamento democrático durante décadas, o que tem algo de insólito, e que continuaram a ser consensuais depois do 25 de Abril:

*O funcionamento das secções era muito participado. Havia discussões, era preciso fazer as eleições para as direções das secções. Não era a direção central que dizia:*

*—Olha, tu é que és o diretor da secção fotográfica.*

*E às vezes havia mais do que uma candidatura. Faziam-se programas, depois ia-se a votos. A direção da associação seguia uma determinada conceção do que era preciso fazer, procurava que as pessoas com a mesma conceção estivessem lá. Procurava influenciar nesse sentido, mas havia democracia interna. As assembleias gerais e as reuniões gerais de alunos eram muito participadas. Na altura, havia um livro escrito por um jurista português muito conhecido, que se chamava Roque Laia. Nesse livro explicava-se como é que se dirigia uma assembleia geral. Era um guia fundamental: quando havia propostas alternativas, o livro esclarecia quando se discutiam em conjunto, se se eliminavam ou se eram todas votadas, ou se se votava uma e depois a outra. Porque há uma forma de tratar essas matérias e é o que sucede também na Assembleia da República*<sup>132</sup>.

Sobre os anos 60 mais avançados, Paula Fonseca testemunhou:

*As secções tinham uma grande autonomia havendo, no entanto, a distribuição da coordenação dessas secções pelos membros da direção da associação. As folhas e o DTU eram a nossa fonte de receitas para as outras atividades e, portanto, um dos vice-presidentes da direção e o tesoureiro tinham um papel importante na sua gestão. Os outros membros da direção, mais políticos nas suas atividades, só gastavam. Coitados, nós estávamos sempre a chatear. Se [alguém] queria não sei o quê íamos para a reunião decidir. O Prates, que era o nosso tesoureiro e uma figura doce mas determinada, dizia que não podia ser, porque não havia dinheiro. E nós estávamos ali horas até conseguir que o Prates abrisse os cordões à bolsa!*<sup>133</sup>

Reportando-se aos anos seguintes, afirmou ainda Carlos Costa:

*A partir de 1971/72 as secções mantiveram o seu funcionamento com uma autonomia cada vez maior, mas não havia reuniões de colaboradores dessas secções. Por exemplo, o corpo editorial da revista Técnica trabalhava por sua conta, fazendo o que lhe apetecia. Mesmo na minha direção não fazia ideia do que eles faziam, apesar de, supostamente, sermos nós os responsáveis. Tínhamos uma secção de intercâmbio e turismo – uma agência de viagens com alguma importância – também muito autónoma. No meu tempo, a atividade da direção estava muito centrada nas crises, por isso as secções trabalhavam mais ou menos em roda livre, com algum controle financeiro. Na prática, pode concluir-se que, a partir dos anos 70, o trabalho das associações se descentrou das secções e que estas deixaram de ter relevância prática na atividade associativa, apesar de terem continuado a existir.*<sup>134</sup>

Os estudantes organizavam-se ainda através de outras estruturas importantes, como a Junta de Delegados, primeiro, e, depois, as Comissões de Curso.

João Cravinho descreveu a Junta de Delegados nos anos 50:

*A Junta de Delegados e os delegados de curso asseguravam a representação de cada turma e do corpo discente junto dos professores e da direção da escola, do ponto de vista pedagógico. Cada turma elegia o seu delegado de curso. Estes elegiam entre si o presidente da Junta de Delegados. A Junta de Delegados era um órgão prestigiado. A direção da associação não interferia no seu funcionamento corrente. A junta, um órgão representativo de todo o corpo discente, integrava-se estatutariamente na associação.<sup>135</sup>*

Deste modo, a Junta de Delegados representava todos os alunos do IST, incluindo os não associativos, propiciando o diálogo com todos os estudantes, os professores e a direção da escola, e contribuindo para a representatividade e prestígio das estruturas associativas. Vários dirigentes entrevistados foram também delegados de curso e alguns presidentes da Junta de Delegados.

Porém, existiu uma outra estrutura que substituiu a Junta de Delegados, mais forte no tempo das novas direções dos anos 70, as Comissões de Curso. A estas comissões se referem dois entrevistados que foram antigos adversários.

Em primeiro lugar, explicou Carlos Costa:

*Quando entrei para o Técnico, já tinha acabado a Junta de Delegados. Grosso modo, evoluiu para uma organização de Comissões de Curso, talvez por influência dos grupos maoistas, que acharam a Junta de Delegados algo muito formal e hierárquico e preferiram uma organização mais basista. Na minha opinião, os grupos maoistas tinham a pretensão de reproduzir na universidade a luta de classes em geral. Brincávamos com eles e até dizíamos que, para eles, os estudantes eram o estudantariado, ou seja, a classe de vanguarda, e os professores eram a burguesia. Havia a ideia de uma oposição entre estudantes e professores perfeitamente absurda. Criavam, então, uma espécie de comissões de trabalhadores ou de soviets, que eram as Comissões de Curso, que consideravam mais adequadas à luta estudantil. As Comissões de Curso eram mais soltas, já que, na prática, não havia nenhuma estrutura*

*de coordenação, nem [mesmo] a secção pedagógica. Aliás, as Comissões de Curso eram um pouco autónomas em relação à associação. Também as assembleias gerais caíam completamente em desuso. Passámos a fazer as RGA (reuniões gerais de alunos), dirigidas pela direção da associação [mas] onde estavam presentes sócios e não sócios. O órgão que comandava a vida na escola era a RGA, e, para assuntos mais concretos, eram as Comissões de Curso. No fundo, a RGA era uma espécie de assembleia geral alargada. No início, havia também a reunião de colaboradores, uma instância relativamente politizada e onde, supostamente, se deveriam reunir os colaboradores das secções. Mas, as secções foram perdendo a importância do passado e a reunião de colaboradores passou a ser mais aberta e participada por quem quisesse: colaboradores das secções, das Comissões de Curso, os amigos, etc. Considerávamos colaboradores da direção da associação, aqueles que apoiavam diretamente a direção e que tinham colaborado na lista, e eram nossos opositores aqueles que tinham perdido as eleições e que eram das outras listas. A reunião de colaboradores não tinha estatuto deliberativo, mas era um fórum de discussão e de preparação de reuniões gerais. Não sei o que teriam sido em momentos de relativa paz porque não me recordo de ter tido esses momentos! Logo no início da existência das Comissões de Curso passou a haver reuniões de comissão de curso, onde eu também participava, já que era membro da minha comissão de curso. Isso dependia das direções. Talvez na direção [anterior], cuja sigla era: Por um Ensino Popular!, de orientação maoista, eles tivessem feito fundamentalmente reuniões de Comissões de Curso<sup>136</sup>.*

Já João Guerreiro recordou desta forma as Comissões de Curso:

*Esta nossa estratégia de valorizar as questões pedagógicas obrigava-nos também a que nós tentássemos não ver a associação como uma entidade separada dos cursos. O que nós fazíamos, sempre que possível, era criar Comissões de Curso e, através delas, alargar a*

*nossa ação. Havia, no passado, delegados de curso, mas nós queríamos adotar o figurino de Comissões de Curso, para que a responsabilidade recaísse não apenas numa pessoa, mas pudesse integrar três, quatro ou cinco pessoas. Isto quer dizer que as nossas atividades reivindicativas estavam muito próximas dos estudantes e portanto tínhamos uma capacidade de mobilização muito mais interessante do que se estivéssemos fechados numa secção da associação a fazer trabalho cultural, pedagógico ou outro tipo de atividade. Esta imersão nos cursos resultava também da viragem que introduzimos no trabalho associativo, orientando-o para os problemas específicos dos cursos do Técnico*<sup>137</sup>.

Cerca do 25 de Abril, as Comissões de Curso tinham um peso importante na vida do IST. Estas afirmações informais não podem deixar de espelhar alguns traços da realidade:

*As Comissões de Curso funcionavam nessa base, para resolver questões pedagógicas. Quando entrei para o movimento associativo, havia Comissões de Curso não eleitas, eram espontâneas e as pessoas reuniam. O 2º ano de electricidade devia ter uns 300 alunos. A comissão de curso reunia uns 25, 30, 40 ou 50. Era bastante gente. Normalmente, fazíamos reuniões de curso, interrompíamos as aulas, o professor tinha que se calar e fazíamos a reunião. Isto no tempo da outra senhora. Mandávamos naquilo e não havia contestação. Até que as coisas evoluíram politicamente, de tal forma que o Técnico passou a estar num estado de sítio com o diretor Sales Luís. Aí, tínhamos controlo de entrada, com polícia e isso tudo. Começou em 72, e durante todo o ano de 73, até ao 25 de Abril. Era um órgão autónomo (...) éramos nós que propúnhamos aos professores das cadeiras as iniciativas, do tipo:*

*—Queremos mais um exame!*

*Tínhamos alguma ligação, não formal, mas normal com a associação, aquilo fazia parte da associação*<sup>138</sup>.

O 25 de Abril, ao permitir uma grande mudança no IST, introduziu como forma de gestão

as frequentes reuniões gerais de escola e reuniões gerais de alunos e formaram-se vários órgãos com representantes de alunos, professores e funcionários. Após a legislação de 1974, que tentou nortear a participação estudantil em órgãos de gestão, a legislação de Sottomayor Cardia de 1976 formatou-a e diminuiu o seu peso. Em qualquer caso, quer na fase revolucionária, quer na fase posterior, os estudantes tiveram larga participação em órgãos de gestão e governo das escolas. Em consequência, o mundo associativo em sentido lato (das associações de estudantes mas também das Comissões de Curso) já não constituía o único espaço de intervenção dos estudantes com mecanismos eleitorais e, provavelmente, deixou mesmo de ser o principal palco de ação estudantil. De facto, as eleições para a AE e Comissões de Curso deixaram de ser o único instrumento de medição da temperatura político-associativa. E sobretudo, a ação estudantil extravasou para fora do espaço das associações.

#### *A AEIST e as outras associações de estudantes*

Após a Segunda Guerra Mundial e com o agudizar das crises, as relações entre a AEIST e as outras associações reforçaram-se. Os encontros e diálogos entre dirigentes associativos tornaram-se mais frequentes e desde cedo que surgiu a proposta de criação de uma união nacional de estudantes, proposta esta que foi reativada após o 25 de Abril, embora sem sucesso.

Em 1949, criou-se a Comissão Inter-AE (CIAE); em meados dos anos 50, transformou-se na Reunião Interassociações (RIA), devido ao figurino organizativo menos forte pressuposto nesta última designação, num tempo em que a coordenação organizacional das associações de estudantes era interdita.

A publicação do decreto-lei 40900 e os acontecimentos de 1962, por questionarem a autonomia das associações de estudantes, alargaram o movimento associativo a um maior número de estudantes e sublinharam a importância da sua união.

Sobre os anos de 1950, afirmou ainda João Cravinho:

*As relações em Lisboa eram intensas, no início, uma vez por outra, pré-conflituais, mas*

*isso é o normal destas coisas. Em geral, direi que se tornaram intensas e boas. (...) Há a luta toda até janeiro de 1957. Em 52, na crise anterior, ativistas estudantis foram perseguidos violentamente. Houve mesmo prisões mas não houve uma solidariedade generalizada dos colegas para com eles, foram isolados e reprimidos. Não houve uma aprovação, pelo contrário, mas as manifestações claras de protesto que houve ficaram dentro de uma esfera restrita. Com o 40900, as coisas passaram-se de modo diferente, ficaram a meio caminho entre aquilo que se passou em 52 e aquilo que se passou, depois, em 62. Já houve grandes manifestações em quase todas as escolas de Lisboa, do Porto, e de Coimbra e os estudantes estiveram presentes em massa em S. Bento, na rua e dentro do hemiciclo, pedindo a revogação do 40900<sup>139</sup>.*

José Pinharanda encarou o modelo organizativo da viragem para os anos 60 da seguinte forma:

*Claro que as escolas tinham uma atividade muito própria e o grosso da atividade das associações era entre muros. Mas, sobretudo a partir do 40900, que procurou quebrar a vida democrática das associações, acabou por haver um movimento que as aproximou bastante na defesa dos seus pontos de vista. O que resultou – não sei se foi imediatamente, ou se já existia alguma coisa antes e que foi reforçada – foi que houve várias reuniões interassociações, as RIA, que passaram a ter uma projeção, e uma atenção dada pelas associações, que me parece que não existia antes. Passou a haver com regularidade reuniões interassociações, que se acentuavam cada vez que havia algum processo mais complicado, e nos períodos de maior acalmia iam mantendo conhecimento e informação<sup>140</sup>.*

Sobre o papel da AEIST face a outras associações em meados dos anos 60, afirmou Jorge Dias de Deus:

*Tínhamos uma relação muito especial com a Pró-Associação dos Liceus, à qual dávamos apoio. Tínhamos cá sempre os estudantes do*

*secundário e alguns, depois, passaram para as associações de estudantes universitários. Eles eram sempre dos mais radicais. (...) Nós tratávamo-los como se fossem os miúdos mais novos, mas não interferíamos nada, podiam usar tudo. Tínhamos que preparar a geração seguinte!<sup>141</sup>*

Outro exemplo de coordenação entre as associações foi em 1967, depois da RIA ter aprovado a iniciativa de apoio às vítimas das cheias, quando coube à AEIST a coordenação operacional, a partir das suas instalações, deste movimento de solidariedade estudantil.

Se, de um modo geral, em momentos de crise, as relações entre as associações de estudantes se intensificavam, a AEIST, pelas suas condições de espaço, pela capacidade económica, por ter máquinas de *stencil* e *offset* e pela sua localização central em Lisboa, constituía um grande apoio do movimento estudantil, especialmente quando as faculdades não tinham AE ou estas tinham sido encerradas.

Sobre os anos 70, afirma Carlos Costa:

*O Técnico tinha a associação mais poderosa financeiramente, do ponto de vista de máquinas, com instalações próprias, muitos sócios e uma secção de viagens que lhe dava um rendimento extra. Era um pouco o asilo das pró-associações e das associações com dificuldades. Quando morreu Ribeiro Santos, foi lá que se foi fazer o plenário. Logo a seguir ao 25 de Abril, o plenário dos estudantes de Lisboa foi também no Técnico. Quando o Técnico estava fechado chegámos a fazer plenários no átrio do Hospital de Santa Maria. Em princípio, sabíamos que a polícia não ia atuar, pois (...) não podiam fechar o hospital. Lembro-me de fazer plenários dentro do próprio hospital ou cá em baixo, junto à estátua do Egas Moniz. Mas a maior parte das vezes, quer os plenários da academia, quer as nossas RGAs, realizavam-se no Técnico.*

Reciprocamente, quando a AEIST esteve encerrada, também outras associações ajudaram. A proximidade político-associativa das

direções propiciava o apoio entre associações. Veja--se ainda o mesmo testemunho:

*A nossa relação com outras associações dependia muito da nossa concordância com eles. Nós éramos muito unidos com a associação de Económicas porque éramos da mesma raça. A direção, eleita no mesmo ano que a minha, era também de gente da UEC, logo, tínhamos uma relação muito estreita com eles. Também com a Pró-Associação de Medicina mantínhamos uma atividade muito intensa porque era uma associação solidária e apoiavam-nos sempre, apesar de algumas divergências nas RLA. Muitos dos comunicados foram feitos lá, bem como algumas reuniões de colaboradores, e algumas de estudantes, estas mais arriscadas. Havia então grande cumplicidade com medicina também em termos logísticos. E o contrário também funcionava. A secção de folhas tinha uma máquina muito poderosa, offset, e esta secção continuou a laborar mesmo com a associação fechada, só que o acesso a essa máquina não era possível. Em situação normal a secção de folhas seria nossa e fazíamos o que entendíamos das máquinas. Por exemplo, os Binómios numerados e a imprensa mais digna eram feitos em offset, já os comunicados do dia-a-dia eram feitos em stencil. Quando não tínhamos a associação aberta, fazíamos stencil onde calhasse, fora da associação, normalmente era Medicina ou em Económicas, mas mais em Medicina, porque, quando em 1972 o Técnico encerrou, Económicas também fechou<sup>142</sup>.*

Contudo, as divergências político-associativas não constituíram um impedimento à solidariedade. Carlos Costa e António Abreu testemunham a presença de elementos de outras direções estudantis nas instalações da AEIST. Lembrou o primeiro:

*Havia outras atividades que se realizavam no Técnico que constituíam um risco maior para a segurança da associação, nomeadamente quando algumas direções de escolas que foram sendo fechadas se instalaram na galeria da piscina, ao lado do SIAEIST (secção de intercâmbio e turismo). Eram*

*colaboradores de Direito, do ISCSPU ou de outras faculdades, que a certa altura deixaram de ter instalações próprias, um pouco à semelhança do que fizemos quando o Técnico estava fechado e utilizámos como instalação alternativa a sala de alunos dos estudantes de Medicina. Se lá estivesse uma direção que não fosse da nossa simpatia e que nos quisesse pôr fora teria tido algumas dificuldades. Essas zonas da associação do Técnico foram ocupadas por pessoas afetas ao MRPP, que foram tomando conta daquilo, e tínhamos muita dificuldade em gerir esta situação. Não sabíamos bem o que se passava por lá, mas certamente editavam comunicados.<sup>143</sup>*

Recordou António Abreu:

*Quando o Técnico foi encerrado, tivemos atividades sediadas em Direito, Económicas, ISEG, Medicina e vice-versa. Quando Medicina, Letras, Instituto Industrial (que foi a maior greve estudantil de sempre que houve nesse período, mais arrastada e mais prolongada) estiveram fechados, eles encontravam nas instalações da associação recursos, salas, apoio na impressão de documentos, em alguns casos praticavam-se os mesmos preços sociais dos sócios para alimentação já que passavam lá muito tempo, e em comunicações. Isso existiu quase sempre enquanto eu lá estive e funcionava nos dois sentidos.<sup>144</sup>*

A AEIST manteve relações ambíguas com Coimbra em inúmeros momentos anteriores ao 25 de Abril. É certo que estudantes do IST assistiram às cerimónias comemorativas da Tomada da Bastilha, participaram em concertos de José Afonso na Associação Académica de Coimbra e, na crise de 69, colaboraram no episódio da final da Taça de Portugal em Lisboa. Contudo, estudantes de Lisboa, entre os quais os dirigentes da AEIST, viam a academia de Coimbra, como conservadora, anacrónica ou tradicionalista. Carlos Costa afirmou:

*A nossa relação com Coimbra era muito débil. As associações de Lisboa apoiaram Coimbra na crise de [em] 69 [mas] as relações com Coimbra não eram cordiais, eram de aceitação. Nós não hostilizávamos*

*Coimbra e Coimbra não nos hostilizava. A direção da associação era relativamente unitária, tinha gente que não era membro do PC, como o Alberto Martins, e membros, como o Osvaldo Castro. Contudo, o PCP apoiaria este tipo de lista. Mas como, em 69, em Lisboa, no Técnico era o Maria-no Gago, as relações acabavam por não ser boas. Nós gozávamos um pouco com a Tomada da Bastilha e considerávamo-los um pouco atrasados, nada progressistas ao nosso nível. Na altura, não era dirigente nem reunia com dirigentes de Coimbra; a minha opinião, concordo hoje que excessiva, era baseada no ambiente e nas posições que conhecia entre os colaboradores e ativistas com quem contactava Mas mobilizámo-nos para o jogo de futebol [da Final da Taça de Portugal, em 1969].<sup>145</sup>*

Já com o Porto as relações foram pouco significativas até ao 25 de Abril.

Em certas fases anteriores ao 25 de Abril, a Reunião Interassociações (RIA), não reconhecida pelo poder, representou uma sede de concertação do movimento associativo de Lisboa, na qual as discussões entre diversos grupos e propostas eram acesas, na procura de um consenso favorável à ação. Inúmeras RIA foram efetuadas no IST. Ali também se realizou o IV Seminário de Estudos Associativos, que procurava uma nova estratégia para o movimento associativo, o último de uma série que constituiu uma referência do ativismo estudantil (para uns importante, enquanto para outros estava ultrapassada) mas, em qualquer caso, um fórum de debate entre dirigentes e colaboradores organizados em associações<sup>146</sup>.

Sobre a RIA, afirmou António Mota Redol:

*A RIA de Lisboa era a mais dinâmica, reunia as escolas e liceus de Lisboa. Cada secção das associações tinha uma correspondente nessa organização federativa: as Reuniões Interpropagandas, as Reuniões Interpedagógicas, as Reuniões Interdesportivas, as Reuniões Interculturais, etc. Portanto, um representante de cada escola reunia também com uma certa periodicidade e levavam a efeito coisas em comum<sup>147</sup>.*

Esta perspetiva é reiterada por Fernando Valdez:

*Desde logo havia escolas que não tinham associação, ou cuja associação tinha fechado. Havia a RIA (Reunião Interassociações); antes disso houve a CIA (Comissão Interassociações), mas essa já não apanhei. Havia uma cooperação institucional em que representantes de todas as associações de Lisboa se reuniam na RIA e discutiam os assuntos comuns. Depois faziam-se plenários da academia em que as pessoas se tinham de juntar num local amplo. Por exemplo, uma ocasião em que estive toda a academia no Técnico foi no IV Seminário de Estudos Associativos. A piscina, que era o espaço maior, foi esvaziada. O ginásio era mais sensível porque uma reunião daquele tipo era suscetível de danificar muito o piso e implicar grandes despesas de recuperação, portanto era mais fácil esvaziar a piscina. Puseram-se lá umas escadas para as pessoas descerem (...). O IV Seminário de Estudos Associativos teve um largo debate (...) Na academia, havia a Reunião Interassociações, a Reunião Interculturais, que reunia representantes das secções culturais das várias associações ou escolas (porque havia casos em que eram pró-associações), a RIP (Reunião Interpropaganda), que reunia responsáveis da propaganda das várias associações. Portanto, havia o organismo de cúpula, a RIA, e alguns organismos de área.<sup>148</sup>*

Posteriormente, os Encontros Nacionais de Direções Associativas (ENDA) substituíram as RIA. Tal como nas RIA, nos ENDA, as diferentes sensibilidades reuniam-se e debatiam a melhor forma de ir para a luta, sendo sessões longas e de consenso nem sempre fácil. As associações de estudantes com afinidades político-associativas apoiavam-se mutuamente.

A importância das RIA variou consoante os contextos. Em dados processos, centralizaram a emissão de comunicados à comunidade estudantil, prepararam decisões sobre processos e formas de luta e tiveram um papel de concertação, planificação e definição estratégica.

Noutros contextos, foram mais importantes os grandes plenários e as reuniões gerais de alunos, que os dirigentes procuravam que fossem o mais concorridos possível, para que as decisões fossem legitimadas e os dirigentes não ficassem isolados. Objeto de cuidadosa preparação e mesmo negociação prévia, o elevado número de alunos presente neste tipo de reuniões massivas podia transformar o resultado previsto para estas.

No caso da AEIST, antes do 25 de Abril, havia um certo cuidado por parte dos seus dirigentes em evitar a radicalização da luta, porque, ao contrário das pequenas associações ou das pró-associações, o facto de ser uma *empresa* de que os estudantes dependiam para algumas necessidades básicas, implicava avaliar bem a atitude a tomar, para não levar ao seu encerramento. Por outro lado, da AEIST dependia também um número significativo de trabalhadores, que chegou a ultrapassar a centena na altura em que empregou mais gente, e, portanto, o seu fecho punha em causa postos de trabalho.

Deste modo, os estudantes procuravam evitar o encerramento efetivo e prolongado da AEIST. O mesmo faziam as autoridades que, mesmo destituindo direções e fechando a associação, tentavam encontrar forma de manter ativa a gestão da AEIST.

Outros estudantes ou associativos de outras escolas vinham à AEIST não só por razões de política estudantil, como também para utilizar os serviços e participar nas atividades culturais. Assim, muitos estudantes dirigiam-se ao IST para frequentar a cantina, a piscina, para participar nos bailes, para assistir a conferências, exposições, concertos, etc. A AEIST é vista pelos seus dirigentes como uma das mais importantes associações de estudantes do país e a *associação pivô de Lisboa*<sup>149</sup>.

*O Técnico era um centro da universidade em Lisboa, não só da Técnica como também da Clássica. [Tinha uma] cantina, um ginásio, uma piscina, um campo de futebol de cinco e um ringue de patinagem, bastante mau, mas tinha. Era um polo de atracção. Tinha várias atividades: chegou a ter rugby; voleibol, este fundamental; andebol; e judo, posto pelo Sacramento, o presidente que me sucedeu. Creio*

*que ainda no meu tempo comprámos uns tapetes para o judo. Vinha ali muita gente e, principalmente, muita conspiração partia dali. Em Direito e Económicas também se conspirava bem, mas o Técnico serviu de infra-estrutura logística e de presença à maior parte das RIA e não só. Em julho de 67 eu estava na RIA e o Sacramento na direção da associação. É o ano em que acabo o curso, ainda estou em funções mas o Sacramento já está eleito. Decidimos fazer, por proposta de Direito (...) uma manifestação contra a guerra do Vietname.*<sup>150</sup>

A luta contra a guerra colonial, inicialmente apresentada como contestação à guerra do Vietname, constituiu, assim, uma reivindicação que permitiu e favoreceu ações conjuntas de vários setores estudantis.

Após a revolução de 1974, foi no IST que se realizou o primeiro plenário dos estudantes de Lisboa. Em janeiro de 1975, um dos mais emblemáticos plenários de estudantes sobre o Serviço Cívico Estudantil, de recusa da proposta do ministério da Educação, realizou-se no IST, com milhares de estudantes de todas as faculdades.<sup>151</sup> Mais uma vez, as amplas instalações construídas nos anos 30 albergaram iniciativas que interessavam a estudantes das mais diversas faculdades de Lisboa.

## Culturas estudantis (1945–80)

Entre os estudantes do IST de finais dos anos 40 e os dos 80, as diferenças são enormes, como diferentes são os Portugais de cada uma dessas épocas.

A partir dos anos 60, a juventude descobriu-se e foi descoberta, emergindo uma cultura juvenil (por vezes, mais visível do que a cultura do grupo social de origem do estudante), que começou a diluir a condição estudantil e que se articulou frequentemente com a luta contra o Estado Novo. Assim, importa perceber as transformações culturais nas quais os estudantes do IST viveram, tentando identificar algumas das suas práticas culturais em mudança. Com a revolução de 1974, o contexto político modificou-se radicalmente e processos de mudança social que vinham de trás alargaram-se ou alteraram mesmo a sua trajetória. A condição juvenil tornou-se mais importante do que a condição estudantil na configuração da identidade do grupo social dos estudantes. A integração europeia contribuiu para o fim do isolamento português e para a afirmação desta cultura juvenil que, na Europa, era muito anterior. Num quadro democrático, a juventude vive livremente na sociedade, deixando os contextos universitário ou associativo de constituir os espaços fulcrais de formação política e cultural em sentido lato. Assim, a cultura não pode ser analisada a partir da realidade associativa, nem tão pouco estudantil<sup>152</sup>.

### *Entrada no IST*

As ciências sociais valorizam as fases liminares já que, geralmente, nos percursos, o primeiro momento do avistar da coisa nova, a primeira imagem depois da expectativa, a passagem da imaginação do lugar procurado para o confronto com a sua realidade, constituem momentos marcantes. Assim, justifica-se tentar perceber as razões da ida para o IST e identificar as imagens iniciais da nova escola, objetivos a que se pode aceder através das memórias de quem passou pela experiência.

De acordo com os testemunhos, a escolha de um curso de engenharia no IST deveu-se à vocação, à orientação de pessoas próximas (como

por exemplo pais já diplomados pelo IST, bons professores nas áreas de ciências no liceu), ao prestígio do IST, dos seus cursos e saídas profissionais. Para além destes motivos, o contexto de desenvolvimento e progresso técnico e científico incrementaram o fascínio pelas tecnologias, traduzindo-se na opção pelo IST aquando da ida para o ensino superior.

Feita a escolha e conseguido o objetivo, como se caracterizou o primeiro contacto com o IST?

Os entrevistados referem uma primeira impressão positiva do instituto e quase sempre o recordam como uma escola de prestígio, organizada e planificada, rigorosa, seletiva e com um elevado número de reprovações (principalmente nas matemáticas), considerando que continua a ser exigente no século XXI.

Da exigência e do prestígio decorre um certo elitismo, sentido, por exemplo, por João Vieira Lopes:

*Por razões familiares e outras, o Técnico não era propriamente novidade. A primeira noção é um certo sentido de austeridade, de disciplina e alguma cultura elitista. Naquela altura, as pessoas escreviam engenheiro eletrotécnico, mas punham sempre entre parênteses IST. O acesso ao ensino superior era restrito, e, culturalmente, havia muito maior proximidade e muito menos heterogeneidade em termos de pessoas que frequentavam estes cursos.*<sup>153</sup>

Este olhar é partilhado por João Guerreiro:

*O IST metia respeito e era apreciado. Normalmente, as pessoas colocavam nos cartões de visita Engenheiro IST. Era a maneira de estabelecer uma diferenciação entre os engenheiros, marcando uma posição de distanciamento em relação à outra escola de engenharia então existente. Era uma escola de elite! E uma boa escola de elite!*<sup>154</sup>

Os testemunhos lembram sobretudo uma grande escola e um elevado número de alunos, especialmente nas aulas teóricas, onde não havia lugar para todos (este número seria considerado pequeno quando comparado com o dos dias de

hoje, acrescentam), o que levava os alunos a chegarem bem cedo de manhã para conseguirem um bom lugar nas salas de aula e nos anfiteatros. Ficou também na memória aquilo que era, até há poucas décadas, um espaço masculino e com poucos automóveis.

Em termos pedagógicos, quase todos os entrevistados concordam que a escola, em certas áreas, podia ser melhor. Muitos referem não ter assistido às aulas teóricas por serem desinteressantes mas, embora faltassem a estas, não o faziam às práticas, onde as faltas contavam para reprovar. A imprensa estudantil e os comunicados denunciaram repetidamente os problemas pedagógicos<sup>155</sup>. Assim, os alunos estudavam a matéria sozinhos ou em grupo, mais através das folhas do que dos livros, lembrando sobretudo o estudo no café e notando já a existência de cadeiras que se faziam numa noite<sup>156</sup>. A memória da competência docente é, nos rebeldes anos 60, ofuscada pelo facto de haver bons, mas também maus professores e, nos anos 70, pela crítica do carácter abstrato e elitista do ensino.

Num outro plano, os professores mais tradicionais não permitiam que os alunos assistissem a aulas teóricas sem gravata, o que é sempre recordado. Assim, apesar de aparecer como um mundo mais aberto, o Técnico também é associado, antes do 25 de Abril, a certo conservadorismo no clima de algumas aulas e na relação entre rapazes e raparigas.

Paula Fonseca descreve assim o seu primeiro contacto com a escola nos anos 60:

*Outro choque foram as relações rapaz/rapariga. Nós vínhamos de turmas mistas, tínhamos uma relação solta, aqui os rapazes eram mais contraídos e as raparigas no Técnico até tinham uma sala só para elas, a sala das alunas. Mas já tinha tido o mesmo choque anos atrás, quando cheguei a Lisboa entre aos 11/12 anos e entrei no Liceu Maria Amália vinda de um liceu misto em Angola.*<sup>157</sup>

Contraoponha-se um olhar masculino sobre esse mesmo mundo:

*Como nos liceus os sexos eram separados, não estranhámos que o curso de eletrotécnica praticamente não tivesse mulheres. Em*

*150 alunos do meu curso havia apenas três ou quatro. Só química é que tinha a maioria de mulheres.*<sup>158</sup>

Exceção feita a este último curso, mais feminino, as mulheres eram muito poucas, o que fundamentava a imagem masculina do IST, mantida durante muitas décadas.

Particularmente marcante afigurou-se o contacto com a intensidade das atividades da AEIST, do movimento estudantil.

Mário Lino e Carlos Costa utilizam mesmo a expressão deslumbramento para caracterizar a descoberta daquele mundo. Afirmou o primeiro:

*No liceu, em Moçambique, já tinha alguma vida associativa, embora muito limitada. Mas o Técnico foi uma coisa deslumbrante, porque a associação fazia logo uma boa recepção aos alunos.*<sup>159</sup>

Reportando-se a uma década depois, asseverou o segundo:

*Para um jovem acabado de chegar à universidade, aquilo era um movimento interessante: as reuniões, os dirigentes que eram pessoas que falavam bem e criavam um élan especial ... Eu era suburbano (morava em Queluz), logo, para mim, Lisboa e o movimento estudantil eram relativamente deslumbrantes.*<sup>160</sup>

Os entrevistados caracterizam a AEIST como estruturada, forte, de esquerda e com secções que funcionavam bem. Pedro Coelho chama-lhe mesmo *a casa de todos os estudantes* e considera-a um *foco fundamental*<sup>161</sup>. Assim sendo, e dados os serviços prestados, muitos dos entrevistados nela se inscreveram logo no primeiro ano. A Recepção aos Novos alunos, com muitas atividades culturais, apelando à participação, consta frequentemente das memórias do contacto inicial com o IST, nomeadamente nos anos 50 e 60. A AEIST aparecia como um mundo de maior abertura, cheio de possibilidades.

Contudo, a um dirigente estudantil que frequentou parte do curso em ciências o ambiente desagradou inicialmente:

*Eu não gostava muito do ambiente do Técnico. Durante o primeiro ano feito no IST não me entusiasmei com o movimento estudantil, que estava de ressaca depois da crise de 62, embora ainda tenha ido a um ou dois plenários. As instalações da associação não me agradaram do ponto de vista físico: nós chegávamos e descíamos, parecia quase um buraco com os muros a tapar.<sup>162</sup>*

Aluno anos mais tarde, Carlos Pimenta recorda uma escola em grande agitação política, que se prolongaria desde a sua entrada em 1972 até depois do 25 de Abril:

*Foi agradável e muito bonito, a única coisa foi que se entrou numa escola em turbulência política, (...) muito conturbada. Tive logo assembleias gerais de escola, reuniões gerais de alunos e o Técnico fechou. Portanto, o primeiro contacto foi bom em termos académicos, porque gostei do ambiente e das aulas. Era tudo uma grande novidade e gostei muito. Depois, teve toda a carga política que, para mim, também era novidade e que, também, me motivou muito.<sup>163</sup>*

Para os alunos que já tinham trabalhado na Pró-Associação dos Liceus, a familiaridade com este ambiente era outra, entrando de pleno direito em círculos e mesmo em espaços onde anteriormente já tinham estado.

### *Sociabilidades estudantis*

Ao implicarem inter-relação e partilha, as sociabilidades (episódicas ou prolongadas, voluntárias ou não), originam e difundem vivências de problemas, que constituem o meio onde se constroem e reconfiguram modos de vida e politizações, contribuindo as sociabilidades intensas para a formação das culturas organizacionais, mesmo em contextos de rutura

Tratando-se o IST de uma escola, os primeiros lugares de sociabilidade eram as aulas e as oficinas, os corredores, e os espaços exteriores dentro do IST. Porém, é nas sociabilidades não obrigatórias, de escolha livre, que importa atentar.

Já o fundador do IST, Alfredo Bensaúde, nos longínquos anos de 1920, se preocupava com o espaço, a cultura física e com as sociabilidades:

*O instituto deveria possuir para uso dos seus alunos pelo menos um campo destinado a jogos ao ar livre ... um balneário, uma sala de ginástica, uma cantina que lhe fornecesse, por preço módico, ligeiras refeições durante o dia, assim como umas salas onde pudessem estudar ou simplesmente divertir--se honestamente e estabelecer entre si relações de intimidade, preciosas para as suas futuras carreiras, desviando-os ao mesmo tempo de más companhias e mil perigos.<sup>164</sup>*

Nos anos 40, o IST já se tinha mudado para um amplo *campus* murado planeado de raiz, com edifício próprio para a AEIST e destinado a atividades associativas, incluindo as desportivas, a que Bensaúde era sensível.

### *Os espaços para além das aulas*

#### *Cafés*

Os cafés constituem os locais principais de sociabilidade, nestas décadas. Os estudantes estudaram, conviveram, discutiram e organizaram inúmeros eventos em *A Mexicana*, no *Copacabana*, na *Mimo*, no *Roma*, no *Londres* (com bilhar), na *Capri*, no *Pão-de-Açúcar*, no *Império*, no *Rialva*, na *Portugália*, no *Vá-Vá*, no *Nova Iorque*, no *Tatoo*, no *Monte Carlo* e no *Monte Branco*, no *Ibiza*, no *Luanda*, na *Desportiva* (uma papelaria junto ao IST com bilhar), no *São Remo* (onde se jogava bilhar e xadrez), no *Café Bocage* e no *Udina*.

Grande parte destes cafés situava-se ou situa-se ainda na área mais ou menos próxima do IST. Quem por lá passou fala com nostalgia dos cafés que atualmente já não existem, onde *fizeram várias cadeiras, ou mesmo o curso*. Mesmo mudando os públicos dos cafés ao longo dos tempos, a geografia política e cultural destes locais continua marcada. Comece-se a mapear os cafés:

*No Café Bocage, era o grupo mais político e o do neorrealismo; no Udina, era o grupo do Técnico, onde preparávamos as aulas, os exames, sobretudo aquelas cadeiras que se*

*faziam numa noite. (...) Nós juntávamos-nos aí e depois íamos para casa de um e passávamos lá a noite a estudar para o exame do dia seguinte.*<sup>165</sup>

Ao *Rialva* iam os residentes da Casa dos Estudantes do Império, muito próxima, alguns dos quais alunos do Técnico, e os estudantes do IST em geral:

*Iam ao Rialva muitos alunos do Técnico e os da Casa dos Estudantes do Império. Aí conviviam estudantes do continente e das colónias, [o que era] importante por ali se trocarem muitas experiências diferentes, nomeadamente [sobre] a situação colonial. Muitas pessoas sabiam o que se passava nas antigas colónias através desse contacto, ou na própria Casa dos Estudantes do Império, onde alguns iam.*<sup>166</sup>

Continuando, recorda outro dirigente:

*Havia uma série de cafés com muita característica de origem social: a Mexicana, o Roma e o Londres eram frequentados por pessoal da avenida de Roma, os filhos de família, os novos-ricos. Havia depois o núcleo à volta da Casa dos Estudantes do Império. Existiam ali dois cafés, o Rialva e a Mimo que, conjuntamente com a Casa dos Estudantes do Império, eram outro ponto de convívio e de encontro. Depois havia o Império, que também era outra grande fábrica (...) de estudantes. Chegava-se cá acima, olhava-se para baixo e toda a gente estava a estudar! Eram as salas de estudo possíveis.*<sup>167</sup>

Porém, outros entrevistados sustentam que *A Mexicana*, o *Londres*, o *Roma*, o *Copacabana* e o *Ibiza* constituíam pontos de paragem, de conversa e de estudo porque a avenida de Roma e as Avenidas Novas eram sítios com residências e quartos para alugar e onde moravam muitos estudantes do IST.<sup>168</sup>

No *Vá-Vá*, podiam encontrar-se intelectuais, artistas e estudantes. Sobre este café, Pedro Coelho afirma:

*A minha tertúlia do Vá-Vá, depois do jantar, não era uma tertúlia de engenheiros, era*

*uma tertúlia de gente das artes gráficas, cineastas, atores de teatro, jornalistas e escritores.*<sup>169</sup>

João Vieira Lopes classifica os cafés da seguinte forma:

*Havia uma instituição que eram os cafés da praça de Londres, onde se formavam grupos. Havia grupos por regiões de origem, por atividades políticas, os do bilhar, etc. (...) Eu nunca fui muito dos cafés da praça de Londres, era mais dos cafés de Alvalade onde se juntavam estudantes de várias faculdades. Havia o Vá-Vá que era do cinema, o Luanda que era do teatro. Nunca fui grande frequentador da zona à roda do Técnico, mas ia ao Londres e ao Roma onde se jogava bilhar. Havia a Copacabana, na Guerra Junqueiro, que era mais dos professores. Outros estudantes iam para o lado da Duque de Ávila.*<sup>170</sup>

Ainda há quem divida os cafés pelos dos lisboetas e os dos não lisboetas. Muitos dos alunos de fora de Lisboa frequentavam os cafés que ficavam abertos até mais tarde do que o IST, permitindo estudar, fazer outras atividades ou simplesmente estar:

*Eu fiz parte do meu curso na Mexicana. O nosso grupo reunia-se muito lá porque era a caminho do lar do Técnico. Normalmente comíamos na cantina, depois saíamos do Técnico, descíamos a Manuel da Maia, íamos à praça de Londres, depois a avenida de Paris. Nos primeiros anos, ainda estudávamos muito, e, curiosamente, nessa altura podia fazer-se isso na Portugalia. A cervejaria tem aquelas grandes mesas, e até ao meio-dia era normalmente onde íamos estudar as cadeiras que tinham imensos cadernos. Lembro-me que podíamos espalhar os cadernos de química geral e física I em cima daquelas mesas enormes.*<sup>171</sup>

Tal era a importância dos cafés que, quando se tornou obrigatória a presença ou a justificação de faltas nas aulas práticas e surgiu um cartão de faltas que deveria ser assinado pelo docente dessas aulas, um estudante,

*exímio falsificador de assinaturas, quase montou escritório no Londres, [onde] era abordado por alunos, muitos dos quais ele nem conhecia, para rubricar os cartões de faltas.*<sup>172</sup>

## AE

Para além de constituir um espaço destinado às atividades associativas e aos serviços, a associação representou um local preferencial de convívio, assumido como tal ou assim funcionando nos intervalos das atividades das secções. Na cantina, nestas décadas gerida pela associação, os alunos conviviam, especialmente os de fora de Lisboa, que ali almoçavam e jantavam. Como refere João Vieira Lopes,

*ali é que funcionavam os grupos dos algarvios e dos alentejanos, pessoas que viviam em quartos alugados. A cantina acabava por ser um pouco a sala deles.*<sup>173</sup>

Outras secções proporcionavam também o convívio, como o ginásio, a piscina, o bar, a secção pedagógica, o grupo de desporto, o turismo, a atividade editorial, a cabine sonora, a secção cultural, etc.

O carácter politizado destas atividades acentuou-se ao longo dos anos 60 e 70, para posteriormente vir a perder essa natureza. Os associativos passavam ali grande parte do seu tempo a organizar atividades, muitas vezes de oposição ao regime:

*A associação era um mundo, tinha uma atividade frenética. As coisas eram bastante politizadas. Por vezes apareciam listas concorrentes à associação, denotando sensibilidades diferentes. Todos eram anti-ditadura, anti-colonialistas (apesar de relativamente a este aspeto já poder haver nuances), todos visavam a democracia, etc.*<sup>174</sup>

Envolventes, as atividades associativas marcaram época:

*Quando não tínhamos aulas íamos para a associação. Ia jogar xadrez, pingue-pongue, discutir política, trabalhar nas várias secções em que nos inscrevíamos.*

O mesmo entrevistado descreve a associação da seguinte forma:

*Havia uma envolvente, as pessoas não estavam sós. Havia de tudo, mas muitos dos chamados associativos (os estudantes que dedicavam a sua vida à associação) eram muito bons alunos. E hoje (...) muitos antigos dirigentes e quadros associativos (...) são pessoas com grande prestígio. Não era por se envolverem em muitas atividades que não tinham tempo para estudar, ou que não tinham boas notas. Dedicávamo-nos a miúdas coisas ao mesmo tempo e às vezes não se dormia. Eu fiz muitas noites sem dormir. Vivíamos muito aquilo em que nos envolvíamos, tínhamos o tempo muito preenchido e convivíamos muito*<sup>175</sup>.

Contudo, apesar da associação ter tido forte intervenção cívica e política, sendo também a casa dos estudantes, estes procuravam defendê-la, mantendo a atividade política direta de movimentos clandestinos ou semi-clandestinos fora do seu espaço.

## Outros

Outros locais de sociabilidade estudantil foram, as residências de estudantes, nomeadamente o lar da AEIST, situado na avenida Almirante Reis; mesmo os não moradores podiam frequentar estes locais, desde que aí tivessem colegas, o que acontecia sobretudo à noite, aí pernoitando em contextos mais agitados.

Conviveu-se, também, na biblioteca do IST, na sala das raparigas ou em festas anuais como o Baile dos Finalistas (memorável nos anos 50) dentro do *campus*, mas também na Casa dos Estudantes do Império (com afamados bailes), no Clube Desportivo Universitário de Lisboa (CDUL), no Cineclube Universitário, no Clube Universitário de Jazz e nas casas daqueles colegas onde os estudantes se sentiam particularmente à vontade<sup>176</sup>.

## Conversar e debater

Ainda que o papel do ativismo estudantil fosse notável até aos anos 80, sublinhe-se que o tema das conversas e dos debates em geral deixa

poucos rastros escritos, podendo recuperar-se o seu teor a partir dos conteúdos dos periódicos, comunicados, e demais literatura do tipo, em circulação, assim como de documentação pessoal, e ainda recorrendo à memória oral. Ora esta foi recolhida junto dos dirigentes estudantis.

Os estudantes falavam do quotidiano, do desporto (então um universo masculino), e da vida estudantil. Nas três décadas que se seguem ao fim da Segunda Guerra Mundial, os temas de conversa e debate entrecruzam-se com as bandeiras de luta e com os momentos marcantes a nível nacional e internacional, refletindo as preocupações com a vida associativa e estudantil e com a situação política, comentando-se também os avanços científicos e tecnológicos da época e questionando-se o papel do engenheiro na sociedade.

As vivências das aulas, os percalços dos estudos, assim como o quotidiano eram, obviamente, temas de conversa, notando-se igualmente preocupações com a habitação nos entrevistados vindos de fora de Lisboa.

No entanto, essas três décadas não constituem um período homogéneo.

Nos anos 50, os estudantes preocupavam-se com os assuntos da AE. O decreto-lei 40900 relançou discussões, já iniciadas, em torno da autonomia da associação. Então pensava-se a organização do movimento universitário e a sua autonomia, as questões pedagógicas, o problema da gestão universitária, debatia-se a ideia de fazer um grande congresso estudantil e discutiam-se temas culturais. Falava-se sobre a realidade nacional e internacional a nível económico, político e cultural. Os diferentes posicionamentos políticos, especialmente entre comunistas e outros opositores ao regime mais moderados, estavam na base de debates, mesmo dentro da associação, nem sempre se chegando a um consenso em termos de ação estudantil.

Após a luta contra o decreto-lei 40900, a crise estudantil de 1962 e o início da guerra colonial, as preocupações políticas no meio estudantil acentuaram-se. Muito embora, até meados dos anos 60, se discutisse política, tal acontecia sobretudo entre pessoas de confiança, num ambiente mais reservado e também nas entrelinhas dos debates culturais.

Na realidade, entre os mais interessados falava-se muito de cinema, literatura, arte e música. Segundo Mário Lino, havia

*(...) discussões filosóficas sobre o sentido da vida, sobre a ética, sobre Marx, Engels, Lenin, Kant, Hegel e tantos outros; sobre o existencialismo e o neorrealismo no cinema, na literatura e na arte em geral; sobre os temas políticos da vida nacional e internacional; sobre o papel dos estudantes, o papel da universidade, a responsabilidade social, a vida sexual, a condição feminina, os costumes. Todas essas questões eram muito envolvidas e nós discutíamos-las todas, muitas vezes com o apoio de livros e revistas. Mas também discutíamos futebol e outros desportos*<sup>177</sup>.

As dissidências surgidas no seio do movimento comunista ganharam relevo nas conversas nos anos 60, para se virem a acentuar na década de 70:

*Falávamos do Mao Tsé-Tung, do Che Guevara, mas curiosamente, falávamos pouco de Estaline, porque o PC desviava as conversas*<sup>178</sup>.

Com a afirmação dos novos modelos de socialismo, a abertura de Maio de 1968 e as notícias de movimentos estudantis estrangeiros, às novas reivindicações em termos pedagógicos juntam-se os temas das relações entre os géneros e da sexualidade, bem como do sentido político das mais elementares práticas quotidianas, alvo de grandes e mesmo violentas polémicas, apesar da repressão.

Embora inicialmente não constituísse um tópico claramente abordado, os estudantes angustiavam-se com a guerra colonial, presente no horizonte de vida de todos, e constituindo uma preocupação acrescida para aqueles que estavam no limite do adiamento do serviço militar permitido pelo estatuto de estudante. António Mota Redol refere que

*(...) houve uma altura em que começaram a aparecer uns estudantes que não tinham acabado o curso no Técnico, foram metidos na tropa, e já vinham das colónias. Então,*

*eles já começavam a falar da guerra e nós já tínhamos um bocado a ideia do que se passava, mas eram sempre umas conversas muito cautelosas. Falava-se que era complicado, que às vezes havia tipos que morriam, e não se passava muito disso*<sup>179</sup>.

Uma discussão mais aberta sobre a ilegitimidade da guerra e, sobretudo, sobre se devia ser combatida pelo interior ou pela fuga ao serviço militar surgiu, em particular, com as posições defendidas pelas Novas Esquerdas já no final da década de 60. Então, a guerra colonial pesou bem mais nas conversas entre os estudantes e nas suas ações, algumas das quais foram convocadas como reuniões ou manifestações contra a guerra do Vietname, que funcionou como instrumento para chegar ao posicionamento contra a guerra colonial portuguesa, como na manifestação de fevereiro de 1968 e noutras que se lhe seguiram.

Mais tarde, os estudantes contestaram abertamente a guerra colonial. Veja-se o testemunho de José Mariano Gago:

*Se tiver de escolher uma ação política que fiz que considero verdadeiramente relevante no movimento estudantil foi ter, na primavera de 1970, promovido em Lisboa uma reunião pública com os presidentes de todas as associações de estudantes, e que ocupou o átrio da Faculdade de Letras de Lisboa, contra a guerra colonial, considerado um tabu do movimento estudantil. O PC estava completamente contra que o movimento estudantil se metesse nisso. Mas para nós era essencial que o movimento estudantil tocasse naquilo que era um elemento absolutamente central: os rapazes saíam dali e iam para a guerra. Estava na nossa consciência: o que é que nós estávamos a fazer no movimento estudantil se não tocássemos nesse problema? Foi uma reunião que eu dirigi e, por solidariedade, todos os presidentes de associações de estudantes estiveram presentes. O átrio da Faculdade de Letras [estava] completamente cheio de gente e com um professor, o Lindley Cintra e um investigador da universidade, o Afonso de Barros, presentes. Lembro-me onde é que o Lindley estava, na sala. Diria*

*que isso marca, também, uma mudança na relação do movimento estudantil com a política e com a sociedade.*<sup>180</sup>

Sobre as conversas e o lugar ocupado pela guerra colonial, a partir do final dos anos 60, afirmou Carlos Costa:

*As conversas públicas e privadas não eram muito diferentes umas das outras. Por exemplo, em 1971, fui dirigente de uma Cooperativa Cultural na Amadora, onde se realizavam atividades culturais e onde se pretendia conquistar um espaço de liberdade, possibilitando discussões com alguma abertura. Também a AE era um espaço mais ou menos tolerado de liberdade de expressão, embora, de vez em quando, a polícia intervisse, encerrando-a e prendendo pessoas. Nas associações de estudantes e dentro da universidade, em reuniões mais ou menos alargadas, não me coibia de defender que a política colonial era errada, que a guerra devia acabar, que os povos coloniais tinham direito à independência, que o governo era fascista, que reprimia e que devia ser derrubado. Este tipo de temas, tabu na sociedade, abordávamos-los, por exemplo, em resoluções, em reuniões de colaboradores ou em material escrito da responsabilidade da direção, e o que era escrito no Técnico era único e tinha um eco importante. Isto era falado com alguma naturalidade em todo o movimento estudantil, a partir de 1969. Em Coimbra a situação foi um pouco diferente, mas em Lisboa, nas reuniões, meetings e assembleias, estes temas eram discutidos. (...) Estas discussões ajudaram a criar na minha geração um sentimento anti-fascista mais alargado. É um pouco difícil perceber até que ponto este ambiente de liberdade que se vivia na universidade foi importante, sendo talvez mais fácil analisá-lo através de pessoas que não eram ativistas do movimento estudantil e que se sentiram envolvidas por este clima. Lembro-me de dirigentes da PT, onde trabalhei, se referirem aos tempos do Técnico como tempos importantes. Estas pessoas não tinham tido muitas ligações ao movimento estudantil, mas, depois do 25*

*de Abril, diziam que tinha sido importante. Também num sentido negativo porque se traduziu em prejuízos pessoais para muita gente, com perdas de ano ou idas para a guerra. Era algo conquistado, mas ao mesmo tempo tolerado, porque o governo achava que poderia tolerar isso às elites.*<sup>181</sup>

Revelador desta crescente abertura para falar da guerra colonial foi o lugar que o tema foi ocupando na imprensa estudantil até ao 25 de Abril. Se até 1967/68 não constava dos temas abordados, a partir daí, várias foram as referências (com textos e fotografias) aos crimes de guerra e violência no Vietname, metáforas do que acontecia nas colónias portuguesas. Assim, por exemplo, o *Binómio* de fevereiro de 1973, mesmo em cima do sucedido, condenou abertamente o assassinato de Amílcar Cabral, ocorrido no dia 20 do mês anterior, a repressão feita à iniciativa católica de contestação à guerra colonial na capela do Rato, publicou a moção do Conselho de Segurança da ONU, que reconhecia às colónias portuguesas o direito à autodeterminação e à independência, e ainda noticiou o movimento associativo dos estudantes de Moçambique<sup>182</sup>.

Alguns dos entrevistados sublinharam a importância dos contactos entre os estudantes e militares enquanto alunos do IST. Em certa fase, os engenheiros militares (do Exército e da Força Aérea) iam ao IST fazer parte dos seus cursos de engenharia. Assim, apesar da contenção militar, o seu encontro quotidiano não podia deixar de evocar a guerra colonial, que os civis iriam viver enquanto milicianos e os militares iriam experienciar em posição profissional e sobre a qual tinham desde logo mais e diferentes notícias. Se os civis liam literatura de crítica ao regime e ao colonialismo, os militares também tinham de saber desta última para conhecer o inimigo que combateriam. Nenhuma das partes podia ficar imune à convivência. Para além disso, a experiência do clima de liberdade vivida no interior da AEIST, a crítica aberta da guerra colonial e a visão dos confrontos frequentes entre estudantes e forças policiais não podia deixar de ser observado pelos militares. Verificou-se, aliás, uma deserção para a Suécia e Bélgica de 10 ex-alunos da Academia Militar que

tinham frequentado o IST e outros casos se verificaram de abandono do Quadro Permanente das Forças Armadas<sup>183</sup>. Com repercussão indiscutível nas Forças Armadas e no movimento estudantil, estes casos propiciaram que as associações de estudantes se tornassem plataformas favoráveis a fugas à tropa e à guerra.

Com o 25 de Abril, os debates políticos prevaeceram, ainda que com contornos muito diferentes, dada a nova situação política do país. Combateu-se politicamente tendo em atenção a conquista do poder no movimento associativo e no movimento estudantil (nomeadamente em processos eleitorais e nalgumas situações de conflito aberto).<sup>184</sup>

### *Práticas culturais*

Se, dum modo geral, nestas décadas, se notava a preocupação cultural, nos anos 60 e 70, os dirigentes associativos revelavam um enorme interesse pela cultura e pela articulação entre política e cultura.<sup>185</sup> Assumiam-no como, por exemplo, num artigo em que se afirma que as autoridades do regime

*(...) não estão nada interessadas em que os indivíduos possuam uma consciência crítica e reflexiva dos acontecimentos que os enquadram e sabem também que a cultura é o meio de a adquirirem.*<sup>186</sup>

No contexto repressivo e de censura do Estado Novo, o conhecimento e o acesso a livros, filmes, música e peças de teatro, incluindo os proibidos pelo regime, ganhavam contornos de combate também político. As atividades culturais representavam uma dimensão importante da vida pessoal e de grupo. José Mariano Gago descreve esta sede intelectual como

*(...) uma procura de saber muito mais e de perceber muito mais, num país em que nada funcionava, em que nada era informado e em que tudo estava fechado.*<sup>187</sup>

Apesar das abordagens diversas e das prioridades conjunturais, a AEIST manteve uma atividade cultural enorme e diversificada, com concertos de música clássica, coros, jazz, música de intervenção, exposições de pintura, colóquios

sobre literatura, sessões de declamação de poesia, etc. Algumas destas atividades estavam desde logo presentes na semana da Receção aos Novos Alunos<sup>188</sup>. Ao longo do ano letivo, asseguravam-se páginas culturais na imprensa associativa e existiu mesmo um periódico de curta duração apenas dedicado à cultura, intitulado Esteiro<sup>189</sup>. Em todos estes anos, os estudantes orgulhavam-se da *Técnica*, editada pela sua associação, considerada a principal revista de engenharia em Portugal.

### *Livros*

Até aos anos 80, os entrevistados procuraram os livros com uma componente política e social forte, designadamente os livros marxistas. Apesar da dificuldade em lhes aceder durante o Estado Novo, dado que muitos eram proibidos pela censura, estes conseguiam-se clandestinamente em vários locais, de que a Livraria Barata é emblemática. De França vieram também muitos livros, igualmente em condições ilegais. Alguns entrevistados ainda hoje comentam a sorte daqueles cuja família tinha ou acedia mais facilmente a estes livros.

Para os entrevistados, autores de referência foram Marx, Engels, Lenine, Rosa Luxemburgo, Pannekoek, Mao Tsé Tung, Che Guevara, Fidel Castro, Amílcar Cabral e Frantz Fanon. No campo da literatura portuguesa, lembraram-se Eça de Queirós, Ferreira de Castro, Aquilino Ribeiro, Fernando Namora, Alves Redol, Sttau Monteiro, Urbano Tavares Rodrigues e José Cardoso Pires, destacando-se o neorrealismo, bem como a revista Seara Nova. Enquanto, na literatura americana, se recordaram Ernest Hemingway e John Steinbeck; entre os autores brasileiros lembraram-se, Jorge Amado, Erico Veríssimo, Lins do Rego, Graciliano Ramos e Josué de Castro; na literatura francesa, Stendhal, Aragon, Sartre, Camus, Roger Vaillant, Simone de Beauvoir e André Malraux; na literatura russa, Máximo Gorki, Dostoievsky, Constantin Simonov e Tolstoi; na literatura grega, André Kedros; e na literatura italiana, Elio Vittorini, Giovanni Papini e Curzio Malaparte. Os livros técnicos e científicos interessavam essencialmente aos alunos mais aplicados, exceção feita aos obrigatórios nos

respetivos cursos. Até ao 25 de Abril, liam-se os jornais portugueses mais nas entrelinhas do que nas linhas, procurando-se a imprensa estrangeira. Jorge Dias de Deus relatou:

*Os livros eram na Barata. O senhor da Barata tinha lá uns livros clandestinos que nos mostrava, e nós comprávamos. Ele fazia um bom negócio com a literatura clandestina! Arranjavam-se os livros marxistas, leninistas e o que fosse necessário. Acho que havia bastantes. Depois havia, por exemplo, o pai de um colega que recebia os jornais de França e nós líamo-los. Eram coisas um pouco ridículas, mas eram importantes. Mantinham-nos ligados à informação mais normal, porque nós, praticamente, não líamos os jornais de cá. Só líamos se fosse preciso fazer um artigo para o jornal da associação.*<sup>190</sup>

Dedicando-se a própria AEIST a divulgar literatura, constituiu um evento marcante o ciclo de cinco conferências sobre Correntes da Literatura Contemporânea, que originaram publicações editadas pela associação e que alguns entrevistados ainda hoje guardam<sup>191</sup>.

Realizado em 1964, este ciclo de conferências versou sobre o naturalismo (Joel Serrão), o surrealismo (Ernesto Sampaio), o existencialismo (Vergílio Ferreira), o neorrealismo (A. Pinheiro Torres), e o novo romance (Alfredo Margarido). Como afirmou um dos dirigentes que guardou estes volumes:

*Estas conferências geraram uma saudável e vivíssima polémica, principalmente entre a corrente neorrealista e a corrente existencialista. (...) A polémica estourou também com muita vivacidade em torno do então recém aparecido Um Dia na Vida de Ivan Denisovich de Soljenitsine, questionando frontalmente o sistema soviético. Foi delicioso! Os textos das cinco conferências foram editados pela associação em dois volumes impressos em offset, que de imediato se esgotaram.*<sup>192</sup>

Reportando-se a esse mesmo ano, Jorge Veludo recordou a revolta sentida entre os estudantes pelo encerramento da Sociedade Portuguesa de Escritores, após a concessão do prémio literário a Luandino Vieira, então preso pelo regime.<sup>193</sup>

Na biblioteca do IST, podiam-se encontrar livros proibidos pelo regime, o que, mais uma vez, é interpretado pelo carácter transitório da condição do estudante universitário:

*Tenho a impressão que haveria uma certa tolerância relativamente àquilo que os jovens faziam nas escolas superiores, desde que fosse lá dentro e não transparecesse cá para fora, porque, por um lado, eram privilegiados, por outro lado acreditava-se que quando entrassem no mundo do trabalho essas ideias passariam. Os livros estavam disponíveis para todos. Era uma liberdade restrita a certos núcleos ou centros de privilegiados, que estavam bastante fora da massa sujeita à repressão diária, à falta ou manipulação de informação, de formação, etc.*<sup>194</sup>

### Cinema

Embora inúmeros filmes e espetáculos fossem proibidos antes do 25 de Abril, a visualização de cinema, por iniciativa dos cineclubes, foi frequentemente seguida de discussões de ordem social e política, constituindo espaços com alguma liberdade de expressão. Entre os estudantes do IST, alguns dos quais assíduos frequentadores dos cinemas Império ou Monumental, o cineclubismo esteve bem presente, havendo muitos sócios do Cineclube Universitário de Lisboa, aliás criado por iniciativa da AEIST<sup>195</sup>. Outros filmes de distribuição comercial regular originavam o mesmo tipo de debates, que se prolongavam em ambientes mais resguardados ou na imprensa estudantil<sup>196</sup>. Nas próprias associações de estudantes se projetavam filmes, como foi o caso do *Couraçado Potemkin*, cujo visionamento, em 1972, originou que uma das listas candidatas à AEIST o incluísse no debate político-associativo:

*É um exemplo do que não se deve fazer no campo [cultural] a recente projeção do Couraçado Potemkin nos moldes em que foi feita: mal anunciada, sem preparação da*

*discussão posterior, resumindo-se tal projeção a uma vulgar sessão de cinema.*<sup>197</sup>

Os estudantes procuravam aquilo que João Cravinho chama filmes de autor ou filmes de tese, que materializavam uma articulação política / cultura / conhecimento da realidade, e que

*(...) funcionavam como instrumentos de formação de quadros de pensamento, de definição de situações e, de certo modo, de julgamentos de juízos informadores da bondade da visão mais global, chegando a um dado filme através de um realizador, e não o contrário.*<sup>198</sup>

Deste modo, se os realizadores referidos nas entrevistas se repetem, tal não acontece com os filmes mais marcantes. Realizadores lembrados são:

no cinema italiano: L. Visconti, D. Risi, M. Antonioni, F. Fellini, P. P. Pasolini, R. Rossellini e V. De Sica,  
no cinema francês: F. Truffaut, J.-L. Godard, J. Rivette, J. Bécker e A. Resnais,  
no cinema americano: O. Welles, J. Ford, S. Kubrick, Chaplin e A. Hitchcock,  
o realizador japonês A. Kurosawa e o sueco I. Bergman.

O critério político estava muito presente no visionamento ou, pelo menos, na discussão sobre cinema. Carlos Costa refere, que muitos estudantes avaliavam a qualidade dos filmes pela presença de uma mensagem política e pela opção política tomada:

*Na época, nós estávamos sedentos de conhecimento e de informação e qualquer filme que não fosse justo para com a luta de classes era mau.*<sup>199</sup>

Assim, os entrevistados dos anos 50, 60 e 70 gostavam do cinema neorrealista italiano. Ao ser nomeado pelos dirigentes estudantis mais recentes, o cinema francês da *Nouvelle Vague*, para alguns, representava uma nova e mais moderna época. Quanto ao cinema americano, a polémica surgia:

*Quando estive na direção do Cineclube organizámos alguns ciclos cinematográficos*

*com esse tipo de filmes o que, aliás, dava origem a debates muito acalorados, porque as pessoas mais sectárias consideravam que o cinema americano era imperialista.*<sup>200</sup>

Ingmar Bergman suscitava o mesmo tipo de discussões:

*Uma vez estava no cinema Roma, no cineclube, a ver os Morangos Silvestres do Bergman. Eu estava a adorar e um grande amigo meu, que na altura era muito estalinista, estava na fila de trás e só chateava toda a gente dizendo:*

*–Esta burguesia ... e andam os operários aqui a ser explorados!*

*Achava aquele comportamento detestável. Era assim, vivíamos intensamente as coisas. Não era de uma forma passiva. Nós sabíamos praticamente tudo o que se passava ao nível das correntes literárias, filosóficas, do cinema, do teatro, etc.*<sup>201</sup>

Jorge Dias de Deus sintetizou:

*Na política era tudo da mesma opinião e dizíamos todos a mesma coisa. No cinema havia divergências: havia uns puristas que diziam que o Bergman não era suficientemente de esquerda para ser bom.*<sup>202</sup>

Em qualquer caso, mesmo estes debates mostram uma presença forte do cinema entre os estudantes do IST.

### *Teatro*

Considerado a locomotiva de popularização cultural, no dizer dos anos 60, ou, nas palavras de Jorge Veludo, *uma arte muito mobilizadora, pelo contacto direto dos atores com o público*, o teatro ocupou os estudantes do IST, que denunciaram o seu controlo pelo regime e a censura a peças que, após uma ou duas sessões, foram proibidas<sup>203</sup>.

Se o teatro utilizava espaços comerciais, este também se fazia nas associações de estudantes, pela maior liberdade aí permitida. Em Lisboa, o Grupo de Teatro de Letras e o Grupo de Teatro de Direito salientavam-se, pelas peças que apresentavam e pela continuidade. O Grupo de

Teatro do IST não funcionou permanentemente, lembrando-se porém das suas performances os entrevistados que frequentaram o instituto nos anos 60/70. Independentemente do local de representação, ficaram na memória peças como por exemplo: *Mário. Eu próprio. O outro* de Mário de Sá-Carneiro, *O Judeu* de Bernardo Santarém, *Tartufo* de Molière, *Antígona* de Sófocles de Brecht, *O Urso* de Tchekhov, *Os Sequestrados de Altona* de Sartre, *A Casa de Bernarda Alba* de Federico García Lorca e *Morte e Vida Severina* baseada num poema de João Cabral de Melo Neto e musicada por Chico Buarque de Holanda que veio a Portugal, em 1967, através do Teatro da Universidade Católica de São Paulo, tendo esta acabada também por ser proibida.

Rogério Paulo e Mário Sérgio encenaram algumas das peças representadas pelos estudantes do IST e, necessariamente, ensinaram os estudantes a colocar a voz e a falar em público<sup>204</sup>.

Mariano Gago relata o ambiente dos ensaios:

*O curso de teatro do Rogério Paulo foi muito engraçado porque permitia, por exemplo, juntar muita gente, discutir teatro, aprender algumas coisas básicas (...) quando comparado com aquilo que os meus colegas do Grupo de Teatro da Faculdade de Letras estavam a tentar fazer. Mas foi uma aprendizagem importante. Aliás, nunca me esqueci de quando comecei as aulas porque o Rogério Paulo punha-nos no ginásio da AE a ler uma fala de uma peça qualquer e ele punha-se na outra ponta. E dizia:*

*–Não oiço, fala mais alto.*

*Eu falava mais alto e ele dizia:*

*–Mas essa fala não é a gritar, pois não?*

*Essa pessoa está a falar baixo para a pessoa do lado, portanto, eu tenho de ouvir aqui e tu tens de falar baixo para a pessoa do lado. Era uma aprendizagem de colocar a voz, de ter atenção a fazer-se ouvir. Isso foi muito importante para mim para falar em público. Só reconheci isso mais tarde. Isto é uma reinterpretação, na altura não percebi o que estava a acontecer. Percebia que gostava de fazer isso, gostei muito de fazer uma encenação de Tchekhov, etc. Gostei muito de ler clássicos modernos americanos de teatro e de descobrir na excelente biblioteca da*

*Embaixada Americana, que ficava ali perto, coisas que eu nunca tinha visto e que não conhecia*<sup>205</sup>.

As Novas Esquerdas e os seus ventos de mudança também sopraram no teatro. Uma peça que exprimiu as novas posições na área cultural, nomeadamente no teatro, foi *O racismo não existe*. Criada no IST, encenada por Mário Sérgio e com música de um estudante do IST, A. P. Braga e representada em 1969 e 1970, a peça versa o racismo. Denunciava-o como *razão ideológica de que se servem as classes dominantes para justificar [a] dominação de classe* e como *participado a maior parte das vezes pelas classes exploradas do país dominador de países de povos de cor diferentes*. Assumindo esta posição, o grupo teatral propunha-se fazer *um teatro incómodo e profundamente politizado, um teatro não-burguês que à burguesia nada dissesse*, distanciando-se do *teatro conformista de esquerda*. Num gesto de algum modo auto-crítico, sempre num tom combativo e radical, o grupo afirmava contudo ainda não ser possível *instaurar uma nova cultura, que fosse a dos explorados e oprimidos*.<sup>206</sup>

Posteriormente, a peça *O Ensino Médio*, inclusivamente representada durante uma reunião geral de alunos, teve a mesma preocupação central de intervenção, denunciando o carácter de classe desse ensino e, em especial, a repressão vivida pelos alunos dos Institutos Industriais e Comerciais, cuja escola tinha sofrido uma intervenção policial e que estavam a braços com processos disciplinares.<sup>207</sup>

No campo da expressão dramática, poderão ainda situar-se as leituras dos discursos dos deputados do regime na Assembleia Nacional, com o objetivo de os caricaturar, na cabine sonora.

### Música

Tentando o Estado Novo controlar a criação e interpretação musicais, a atuação ao vivo configurava-se com contornos que nada têm a ver com os atuais e constituía, mais do que um espetáculo, um ato de mobilização política e cultural, próprio de uma cultura de resistência. Veja-se o testemunho de Fernando Valdez,

quando afirma que, como muitos dos trabalhos não estavam disponíveis em discos, os cantores

*(...) ouviam-se em sessões, muitas vezes, com as faculdades cercadas pela polícia e pela PIDE, e com negociações para as pessoas poderem sair de lá – isto aconteceu em vários sítios, no Técnico, em Ciências e em Agronomia*.<sup>208</sup>

Nas associações, os estudantes convidavam os músicos de intervenção (portugueses, mas também espanhóis e brasileiros), cantando frequentemente com eles.

Foi o caso de vários concertos de José Afonso no IST, que atuou em 1968 (no Festival de Poesia e Canção de Protesto) e depois nos anos 70. Na última destas sessões, o cantor foi interpelado por aqueles que o consideravam recuado e que contestaram letras das suas canções, como *A Morte Saiu à Rua* ou *O que faz falta*, por não equacionarem devidamente os problemas ou não apresentarem alternativas corretas. Concretizando este último caso: ao verso *O que faz falta?* sucedia o verso *É avisar a malta* que, entendido literalmente como resposta à pergunta anterior, seria insuficiente do ponto de vista da ação política. Mesmo tendo sido uma interpeção minoritária, o presidente da AEIST teve que intervir em defesa do cantor e poeta.<sup>209</sup>

Sendo hoje muito difícil assumir ter-se criticado e interpelado José Afonso, esta memória revelou-se difícil de recolher e apenas foi ouvida de quem o defendeu.

Tendo as sessões anteriores no IST e noutros locais sido bem diferentes, a força da sua música aparece em muitos testemunhos. Sobre o percurso de José Afonso e o dealbar da música de intervenção, afirma um dos entrevistados:

*Recordo com muita saudade ter assistido em Coimbra, numa sala da Associação Académica, a uma das primeiras apresentações para um público restrito do Menino do Bairro Negro que o Zeca ainda estava a afinar. Era o início de uma evolução – o fado de Coimbra mantinha os seus pergaminhos, mas surgiam novos caminhos com novas músicas de intervenção, as baladas. Nas festas académicas do tempo, o José Afonso e a sua música de intervenção eram presença*

*obrigatória. O início dos anos 60 foi o começo e o Zeca estava presente um pouco por todo o lado. (...) Depois a música dele evoluiu e implanta-se no país.*<sup>210</sup>

Esta empatia em torno de José Afonso levou a que o *Binómio* denunciasse a suspeita interrupção de um concurso do Rei da Rádio, em que o público votava diretamente e em que o cantor ia à frente.

A AEIST editou livros com as letras das suas canções e entregou o produto da venda à mulher (subentendendo-se que estava preso), e proporcionou-lhe também emprego como professor de judo, arte marcial na qual tinha uma graduação muito elevada, quando estava impedido de ensinar no ensino público e privado.<sup>211</sup>

Em 1967, particularmente premonitória foi a súbita introdução, num artigo sobre os 80% de reprovações a matemáticas gerais, de uma caixa com as duas primeiras estrofes de *Grândola*, a emblemática canção do 25 de Abril.<sup>212</sup>

O encanto de José Afonso exprimiu-se também assim:

*Eu ia ao ballet, a concertos e à ópera de vez em quando. Mas de facto o que mais gostava era de ouvir o Zeca Afonso e muitos dos outros baladeiros. Um espetáculo com o Zeca, que coisa mais emocionante! Depois [cantávamos] aquelas coisas dele. Aquela voz magnífica. Eram momentos magníficos! Estes espetáculos eram simultaneamente jornadas de luta, algumas delas terminadas com um cerco da polícia às instalações.*<sup>213</sup>

De formas diferentes e em momentos diferentes, os estudantes do IST iam a casas de fado em Alfama nos anos 50 assim como ouviam compositores clássicos, ópera, jazz e blues nesta década e na seguinte.<sup>214</sup>

Quanto a música clássica ouviam Monteverdi, Bach, Beethoven, Haydn, Mozart, Wagner, Verdi ou Debussy.<sup>215</sup>

Constituindo a música clássica uma referência musical dos anos 50 e 60, na imprensa estudantil escrevia-se sobre Bach ou Wagner ou ainda sobre compositores portugueses, como Luís de Freitas Branco, Álvaro Cassuto ou Fernando Lopes Graça.<sup>216</sup>

Sobre o jazz, pronunciaram-se, entre outros, dois dos entrevistados. Sobre os anos 50, afirmou João Cravinho:

*Para alguns, era um gosto e era um consumo cultural perfeitamente natural, para outros era um sinal de distinção, tinham de ter um emblema e uma atitude em relação à cultura em que lhes fosse reconhecida alguma característica notória, e o jazz servia magnificamente para isso.*<sup>217</sup>

E, sobre a viragem para os anos 70, confessa Carlos Costa:

*Passsei também a gostar de jazz porque havia algumas sessões interessantes de divulgação. Um especialista, se bem me recordo, o José Duarte, era convidado com alguma frequência e fez uma série de sessões à noite muito frequentadas.*<sup>218</sup>

José Duarte, líder do Clube Universitário de Jazz, assegurou a ligação deste tipo de música ao IST. Este apreciador e divulgador de jazz realizava 3 tipos de sessões fonográficas:

*(...) num tipo, [dava] a ouvir trechos de jazz, [comentava-os e debatia-os] com a assistência; noutra ordem de ações, [organizava] concertos com músicos portugueses; no último tipo, [levava] bandas ao IST, em especial as que vinham nos barcos de guerra americanos onde cumpriam o serviço militar.*<sup>219</sup>

Justificando a AEIST como um espaço abrigado para esta difusão do jazz, José Duarte afirmou: *O Técnico tinha um prestígio ... liderava um bocado as associações*, reiterando mais adiante que *o Técnico tinha muita força e para a PIDE, [intervir] no Técnico era uma decisão ponderada*. Ainda seguindo José Duarte,

*(...) usava-se o jazz porque se gostava de jazz e se gostava de passar essa paixão mas, por outro lado, era uma arma para resistir, para fazer exposições de cultura africana e fazer colóquios.*<sup>220</sup>

Nos anos 60 e 70, também se ouvia pop e rock (Beatles, Rolling Stones), Folk (Bob Dylan, Joan Baez e Pete Seeger) e música francesa.

Nos anos 60, o pop-rock português constava do programa das Semanas de Receção aos Novos Alunos: em 1966, nela atuaram os *Kappas*, o *Quinteto Académico* e os *Jets*<sup>221</sup>.

Nos primeiros anos 60, a direita caricaturou o Rock como ié-ié:

*(...) a mística ié-ié, começada com o surto de Rock and Roll, aqui há uns anos virou em técnica social do frenesim. E na qualidade de histeria coletiva adquiriu uma super-estrutura política. (...) [O] decorrente movimento ocidental dos ié-iés é frenético, é catecismático, é monótono e é fatalista. Verdadeiramente, é um movimento da selva-jaria para gente branca e apresenta-se como tentativa, muito grave, porque com certo sucesso, de cafrealização maciça da humanidade civilizada. É um ambiente intelectual de senzala.*<sup>222</sup>

Contudo, não foi por esta perspetiva do pop e do rock como selvático que este tipo de música ocupou um lugar moderado durante vários anos. Muito embora não possa ser generalizada a todas as épocas, atente-se nesta afirmação de António Mota Redol:

*A maior parte das pessoas que não eram adeptas da música pop eram da associação, porque achávamos que [essa música] era mal definida, confusa, protestavam, mas não sabiam bem contra o quê. Gostávamos de saber bem o que se protestava! A música de intervenção era a preferida de todos. O Zeca Afonso, o Adriano, depois o José Mário Branco, o Sérgio Godinho, o Manuel Freire, e outros. No Técnico havia o A.P. Braga, que foi da direção da associação e que ainda gravou alguns discos. E houve outros de Coimbra e de Lisboa.*<sup>223</sup>

Estes músicos encontraram nas associações de estudantes espaços privilegiados para apresentar o seu trabalho. Jorge Veludo caracteriza-as como ilhas exóticas, que não entravam dentro do esquema, pois *nelas se vivia uma legalidade democrática que não existia no resto do país.*

Esta perspetiva também se aplicava a algumas sociedades recreativas e culturais de bairro, como mostram o exemplo de Jorge Veludo (Ateneu, do bairro da Madre Deus) e de Carlos Costa (Cooperativa VIS, da Amadora).<sup>224</sup>

Sobre o clima musical do IST nos anos 70, leia-se ainda a seguinte passagem escrita por um antigo aluno do IST sobre a preparação da reabertura da secção sonora da AEIST:

*[Nas emissões não esquecíamos] a música, não apenas a música do tipo Chants du monde, mas também as de carácter genuinamente popular ou de intervenção, desde as de Zé Mário Branco, Luís Cília, Sérgio Godinho, Adriano Correia de Oliveira, José Afonso, Leo Ferré, Joan Baez, Bob Dylan, John Lee Hooker, até aos blues, ao jazz norte-americano, aos cânticos e espirituais negros.*<sup>225</sup>

#### Artes plásticas

A expressão plástica e a arte pública ocuparam estudantes do IST e seus próximos. Se recentemente surgem *graffitis*, já nos anos 70/80, as paredes do IST foram objeto de cuidadosas pinturas murais.

Às artes plásticas atenderam já os estudantes do IST nos primeiros anos 60, com a realização de grandes exposições. Em 1962, realizou-se a Exposição Retrospectiva de Arte Moderna Portuguesa, no salão nobre do IST. Beneficiou de visitas guiadas por Rui Mário Gonçalves, que fez os contactos com os artistas participantes. Exuseram, entre outros, Júlio Pomar, Querubim Lapa, Jorge Barradas, Nikias Skapinakis, Almada-Negreiros, Rogério Ribeiro, Ângelo de Sousa, Cesariny, Francisco Relógio, António Pedro, Vespeira, Cipriano Dourado. Conseguiu-se que, do estrangeiro, Vieira da Silva enviase uma litografia, que foi exposta.

A iniciativa contou com expositores emprestados pela Casa dos Estudantes do Império, numa colaboração com os alunos do IST. Dela resultou um catálogo, com uma tiragem de 200 exemplares, com desenho original feito por António Bronze e prefácio de José Augusto França.<sup>226</sup>

A exposição beneficiou das redes sociais alargadas da oposição. Assim se estruturava uma cultura de oposição, na qual os dirigentes

estudantis participavam e que pretendiam alargar aos colegas. Na imprensa estudantil, ao noticiar o evento, os estudantes levantaram a questão da Arte na sociedade e afirmavam dever procurar-se uma *reatividade à obra de arte que poderá ser a base da procura de uma cultura plástica que é indiscutivelmente essencial a um equilibrado desenvolvimento intelectual do Homem*.<sup>227</sup>

#### *Política e cultura*

Ao enumerar e caracterizar algumas linhas das várias práticas culturais torna-se visível como, nesta época, se materializou uma articulação cultura-política e como a cultura foi pensada em termos de leitura do mundo que permite e norteia uma ação política, por um lado, mas também como expressão dessa ação. Observa-se ainda como esta articulação cultura-política se redefiniu, nomeadamente por o conceito de cultura se ter redesenhado.

Nos anos 50 e 60 e posteriormente, para algumas forças políticas, a cultura almejada é a cultura nacional integrada quer pela cultura letrada quer pela cultura popular – e assim se deve interpretar a presença no IST, quer de concertos de música clássica quer de corais alentejanos, ou a representação quer de peças teatrais eruditas quer dos Bonecos de Santo Aleixo. Ou seja, apesar da valorização ancestral da cultura letrada, os associativos dos anos 50/60 ligam-na à expressão da cultura popular, assumindo na prática a defesa da cultura nacional, tal como a oposição moderada e as correntes comunistas pró-soviéticas, defendiam, na esteira das posições leninistas sobre práticas culturais. As correntes maoistas adotaram posturas mais radicais, distanciando-se da cultura cómoda e burguesa, de *esquerda conformista*, valorizando sobremaneira a *nova cultura dos explorados e oprimidos*, na esteira dos defensores do *Proletkult* do tempo da Revolução Russa<sup>228</sup>. Contudo, mesmo o *Binómio*, em fevereiro de 1973, num tempo em que a direção da AEIST tinha dirigentes da UEC afirmava:

*Um espetáculo é uma arma. Defendemos que o espetáculo está e deve estar virado a uma determinada classe. A música, a expressão corporal e a movimentação cénica são suscetíveis de um tratamento coletivo que as*

*torne atuantes em ordem a uma modificação da sociedade atual.*<sup>229</sup>

Os tempos eram de um discurso cultural aguerrido e politizado.

A mesma postura radical caracteriza a crítica do fenómeno comemoracionista. Para comemorar a luta estudantil de 1968 no IST (iniciada pelo piquenique no pavilhão central, passando pela ocupação da sala das raparigas, e depois pela luta pela reabertura do IST) no seu primeiro aniversário, o *Binómio* apresenta um número especial, com muitas fotografias sobre estes eventos, cujo editorial começa do seguinte modo:

*Nós não somos por efemérides, não comemoramos datas, não olhamos para o passado saudosistamente. Se é verdade que o movimento de massas desencadeado no Técnico, no 1º período do ano passado, foi um dos momentos mais altos da luta estudantil nesse ano, também é verdade que alguns erros foram cometidos, alguns oportunismos houve, algumas potencialidades não foram aproveitadas. A análise crítica do passado, tanto nos seus aspetos positivos como negativos, é uma das condições mais importantes para o avanço teórico e prático do movimento estudantil no momento presente. É este o nosso objetivo quando editamos um Binómio comemorativo.*<sup>230</sup>

Desconfiava-se do épico, a luta queria-se diária, desejava-se quotidianamente uma outra vida, num tempo em que se falava da questão feminina, de sexualidade e se ouviam e debatiam as notícias sobre o Maio de 1968.

Estes gestos e estas vozes assinalam um novo tempo, mesclado mas diferente, um novo clima num país fechado ou, para usar expressões de José Mariano Gago, uma *nova cultura de modernidade* da juventude.

*A diferença de percepção entre a juventude e o poder institucional era de tal maneira grande nesse momento que eu julgo que os intérpretes do poder institucional não se apercebiam que alguma coisa tinha mudado profundamente na sociedade e nesta juventude, designadamente em Lisboa. Não*

*encontrei esta diferença tão acentuada, por exemplo, em Coimbra, mas em Lisboa o mundo tinha mudado sem que muitas das pessoas que estavam à frente das instituições e que, de alguma maneira, representavam aquilo que podemos chamar o poder se tivessem, de todo, apercebido. 67/68 é o período da abertura das lojas Porfírios na Baixa, onde se começam a vender jeans. É o período em que as operárias da Standard Electric de Cascais, as moças do liceu e, sobretudo, da universidade, pela primeira vez na história portuguesa, passam a vestir-se da mesma maneira, coisa que no resto da Europa tinha começado a acontecer 20 anos antes, no pós-guerra. Esta mudança de atitude da juventude, de valores, de exposição e de comportamentos, mas também de não perceber o que está a fazer neste mundo, de dizer: –Eu não tenho a ver com este mundo!, esta sensação é o que marca a enorme viragem mental dos anos 67/68.*

*Talvez as cheias tenham permitido, de uma forma muito diferente do que era habitual e de que nem sequer o movimento associativo se deve ter apercebido, estar perante um grande movimento público de generosidade e solidariedade com outros, mas que, de facto, era o princípio de uma história diferente, de uma maneira de ser coletiva diferente. Não tinha nada a ver nem com o discurso do PC nem com reivindicações tradicionais, mas tinha a ver com, pura e simplesmente, a forma de estar na vida.*

*E há uma mudança total. Nessa altura há muitos dirigentes estudantis da geração anterior que demoram algum tempo a perceber que, de facto, o que têm perante eles é um movimento muito diferente do habitual. Não estamos perante lutas a defender a autonomia das eleições nas associações académicas, ou o decreto nº 40900 sobre as liberdades de associação. Não estamos a fazer as tradicionais movimentações para defender a autonomia universitária ou os colegas presos. Não é nada disso, ou melhor, não é apenas isso. É mais profundo. Tem a ver com querer viver num país diferente. E mais, talvez a convicção que eu acho que é a primeira vez*

*que existe no movimento estudantil português, de que isso é possível, o que faz os mais velhos olharem para muitos de nós com horror. [Para eles], éramos uns completos patetas que não sabíamos o que estava para vir, que isto era uma desgraça, que íamos fazer com fossem fechadas todas as associações, que não sabíamos o que era defender as conquistas que tinha havido nos anos anteriores e éramos uns completos irresponsáveis. Há aqui uma diferença de uma geração que, de alguma maneira, prenuncia o 25 de Abril. É uma geração que, não só, não quer viver num mundo assim e acha que vai mudar tudo na vida quotidiana, na relação com a autoridade, com o estudo, com a forma de vestir, na relação entre rapazes e raparigas, como também, que isso vai mesmo acontecer. Nós queremos ser iguais aos outros países e [achamos] que isso vai mesmo acontecer cá. Essa convicção profunda que se instala é um prenúncio de uma mudança social em Portugal que, provavelmente, provoca também uma enorme rutura de atitude desta geração com gerações anteriores de responsáveis associativos. Não estão contra, mas não percebem que se possa pensar assim. Nós não pensávamos, de maneira nenhuma, em termos políticos, conspirativos e organizativos, pensávamos em termos de sociedade e de vida.<sup>231</sup>*

### *Percursos: do ativismo estudantil à vida lá fora*

Os antigos alunos do IST descrevem a sua experiência na escola e na associação como muito positiva e intensa, constituindo uma experiência enriquecedora a nível pessoal, profissional e político.

Ao proporcionar uma boa formação de base, o IST permitiu aos seus alunos enveredar não só pela engenharia como por outras áreas, ensinando-lhes, como referiu António Mota Redol, a pensar e a elaborar *esquemas de raciocínio*:

*No Técnico aprendiam-se as bases. Aprendia-se a pensar, aprendia-se certos esquemas de raciocínio, que permitiam, depois, entrar em qualquer domínio. Aliás, os engenheiros eram aqueles que serviam para tudo. (...) Eram aqueles que tomavam conta das finanças das empresas, da parte*

*administrativa, de aspetos técnicos em que não tinham formação, não tinham formação como gestores mas eram gestores. O Técnico dava uma formação de ordem geral que permitia às pessoas entrar em vários setores, mas do ponto de vista técnico tinham muito que aprender. (...) Isso era das tais coisas que era criticável (...), e eu também senti isso. Embora gostasse muito de química, e tivesse tirado esse curso, fui para a Junta de Energia Nuclear, fui selecionado porque tinha boas notas a matemática. Depois tive de trabalhar ainda na matemática, na estatística, na economia, que era completamente diferente daquilo para que tinha sido preparado e onde tinha mais formação. Nesse ponto de vista, o Técnico serviu-me de formação base. Possibilitou-me ter a capacidade para me adaptar a outros domínios mas, para aquele domínio em que eu fui trabalhar, não me preparou. A mim e de maneira geral.*<sup>232</sup>

Também João Cravinho perspetivou as suas aprendizagens no IST:

*Tenho a certeza forte de há muitos anos para cá, que o Técnico deu aos seus alunos no meu tempo, como hoje ainda dá, uma excelente formação de base que lhes permite, depois, escolher e aprofundar de acordo com métodos mais variados, outras áreas do conhecimento, sem que se possa dizer: —Eh pá! Foi tempo perdido. (...) O Técnico dava boa formação de base em física e em matemática. E, depois consoante as (...) especialidades, [havia as] mais variadas combinações, umas tradicionais e outras completamente novas, para atingir determinados objetivos específicos (...). No Técnico sabe-se o que é ciência, o que é tecnologia e o que é arte, e sabe-se o papel que cada uma destas coisas deve ter por si e em articulação com as outras. É a base (...). É uma excelente formação para o mundo moderno.*<sup>233</sup>

Nas entrevistas, a vida associativa e estudantil, assim como o combate contra a ditadura até 1974 superaram as recordações da escola prestigiada e de excelência em termos de formação

em física e matemática. O IST desenha-se não só como uma escola no sentido académico e profissional, mas como uma escola de vida, sobretudo graças ao ativismo estudantil.

Durante o Estado Novo, na AEIST respira-se e aprendia-se a democracia: *O Técnico foi relevantíssimo e, em particular, a AE, que era uma espécie de escola de vida democrática.*<sup>234</sup>

António Brotas, que entrou para o IST em 1947, considerou que, para ele, a AEIST era então um edifício, destituídos que tinham sido os seus corpos dirigentes anteriormente. Anos mais tarde, a situação tinha mudado, afirmando Brotas:

*Sempre me pareceu que se pode aprender muito mais com a vida do que com os livros, e um dos sítios onde aprendi mais foi na AEIST. A associação já não era um edifício, era um esforço. Ali, vivia-se, quase posso dizer. As coisas tinham princípio, meio e fim; ideia, discussão, aprovação: sim ou não, distribuição de trabalho pelas várias pessoas e realização.*<sup>235</sup>

Sobre os anos 70 avançados, Carlos Pimenta sublinhou algo de próximo:

*A formação que obtive no Técnico, aliada à formação política (...) foram matrizes que me deram as ferramentas para a vida. No resto da vida política e empresarial lidamos com pessoas, com situações, com saber defender uma ideia, saber convencer as pessoas dessa ideia, saber ouvir os outros e mudar a nossa ideia, saber operacionalizar uma ideia e passar do x ao y criando o f de x e como se joga o f de x.*<sup>236</sup>

Indagando o seu próprio percurso político, Raimundo Narciso escreveu em livro:

*Examinava males sociais, lembrava casos, buscava antecedentes que explicassem o meu estado de rebeldia e me punham comunista. Lisboa ampliou sinais, acelerou convicções. A associação de estudantes era uma verdadeira escola de política e de luta contra a ditadura. A associação do IST comparada com a escola secundária de Torres Vedras, onde estivera do 3º ao 7º ano de liceu, parecia-me*

*um mundo novo e exaltante. Tinha assembleias, discussões, votos, as reuniões da secção cultural, exposições para organizar, com aquela, de gravura, a primeira da Cooperativa dos Gravadores de Portugal onde Júlio Pomar ainda não era o artista famoso que depois veio a ser. A associação do Técnico estava envolvida na luta contra o célebre decreto 40900 que mobilizou de tal modo os estudantes universitários contra ele que a ditadura parou para medir o que fazer. Fomos em manifestação até à Assembleia Nacional. Ir em manifestações a S. Bento não é como agora. Era um desafio arriscado. E tinha, mais emocionante ainda, a Comissão Cívica Eleitoral, que se constituía em vésperas de eleições falsas, na sede da Seara Nova e nos oferecia emocionantes reuniões mais ou menos secretas.*<sup>237</sup>

Desenvolvendo o sentido de responsabilidade, o ativismo estudantil possibilitou aprender a trabalhar em equipa, a gerir conflitos, a planificar, a organizar, a adquirir várias competências também em aspetos práticos, como saber dirigir uma reunião, discutir e tomar decisões. Tal como o IST, a AEIST preparava para o mundo profissional, até pela compreensão do lado do outro que os antigos dirigentes da AEIST conseguiriam ter quando ocuparam cargos dirigentes.

A AEIST funcionava com um empresa e proporcionou aos dirigentes uma formação adicional em gestão. Preparou gestores de empresas e do país, sendo que muitos têm desempenhado cargos políticos. Vários entrevistados salientaram esta experiência mais técnica de gestão na associação. João Vieira Lopes:

*Foi uma experiência muito interessante, porque a associação do Técnico era uma empresa que faturava 10000 contos na cantina e 10000 contos no Departamento de Turismo Universitário, o que hoje corresponderia a cerca de 2 milhões de contos, tinha 85 empregados, e foi a minha primeira experiência de gestão.*<sup>238</sup>

José Mariano Gago:

*Tive de aprender tudo. Aprendi com os funcionários responsáveis das diferentes secções: foi a primeira vez na minha vida em que tive de fazer, de facto, como, normalmente se faz numa empresa: que é ver qual a estrutura que existe, falar regularmente com os responsáveis das secções, ir aos sítios ... Nessa altura, talvez, o que eu tenha aprendido mais e que fiz espontaneamente, porque não sabia, e acabei por ir fazendo ao longo de toda a minha vida, foi ir aos sítios e não ficar quieto à espera que alguém viesse ter comigo, ir a todas as secções e falar com os responsáveis, falar com todos os funcionários e tentar fazer disto uma rotina regular para compreender o que é que estava a acontecer em cada um dos sítios. Aprendi na associação o que hoje se diria, ser um instrumento moderno de gestão: gestão participada, procurar trabalhar com as pessoas responsáveis pelos setores, procurar reuni-los, procurar saber um a um e fazer disto uma rotina.*<sup>239</sup>

A AEIST permitiu aos antigos estudantes criar uma rede de colegas e de amigos, que ultrapassavam as barreiras do IST e do país, gerou amizades, encontrando-se os dirigentes dos longos anos 60 ainda hoje, independentemente das suas posições políticas atuais.

Em tempos particularmente duros, os ativistas estudantis viviam no fio da navalha, atendendo aos pequenos gestos:

*Vivíamos sempre entre a ameaça e o perigo, e em cima da corda. A nossa fronteira entre a atividade e a repressão era uma linha muito ténue e era isso que caldeava toda esta vida, esta defesa das liberdades e da cultura (...). Esta fronteira de luta era muito móvel. Se se chegasse um bocadinho para lá conquistava qualquer coisa, se estivesse um bocadinho a afrouxar, o sistema conquistava. Esse é o grande ensinamento do movimento estudantil. Não é de grandes vitórias, mas é de algumas coisas. Por exemplo, tal como a*

*Académica veio a fazer mais tarde no Estádio Nacional, os tipos de voleibol do Técnico, que era, na altura, uma atividade importante, foram jogar de braçadeira negra para corresponder ao luto da academia. Tudo isto são pequenas coisas, mas que vão marcando as pessoas. Foi este tecer, este cerzir toda a vida, que a associação do Técnico [fez].<sup>240</sup>*

A AEIST contribuiu para o gosto pela intervenção e solidariedade, sendo o empenho, o dinamismo e o ativismo comuns a inúmeros antigos estudantes do IST, da Segunda Guerra Mundial até aos dias de hoje. Aos quais ainda se podem ouvir palavras como estas:

*Seria hoje uma pessoa completamente diferente e pior do que sou se não tivesse tido a sorte, um pouco casual, de me ter inserido no movimento estudantil e ter participado em todas estas convulsões, combates, esperanças, vontades de mudar, de melhorar e de transformar o mundo.<sup>241</sup>*

Hall do pavilhão central.  
Foto: Tatiana Soares, 2011



- 1 Em 1990, eram 6717 e em 2000 contavam-se 9379 inscritos no IST. Ver INE *Estatística da Educação Ano Letivo 1950–51*; INE *Estatística da Educação Ano Letivo 1960–61*; INE *Estatísticas da Educação Continente e Ilhas Adjacentes 1970*; INE *Estatísticas da Educação Continente, Açores e Madeira 1979–82 Síntese*; INE *Estatísticas da Educação 1991*; Ministério da Ciência e do Ensino Superior, Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, *Vagas e Inscritos no Ensino Superior [2000–01 a 2009–10]*, baseado em RAIDES Inquérito ao registo de alunos inscritos e diplomados do ensino superior, ficheiro excel disponível em <http://www.gpeari.mctes.pt/archive/doc/TbIs e Anexos - Vagas e Inscritos 2009-2010.xls>, acessado em 05/07/2011.
- 2 Em 1990, havia 1704 (25,4%) e, em 2000, 2278 (24,3%) mulheres inscritas no IST. Ver estatísticas anteriormente referidas.
- 3 O desenho evidenciado pelos números respeitantes à situação anterior ao 25 de Abril não se alteraria substancialmente se lhes adicionássemos os alunos do, durante algum tempo, designado ensino médio, incluindo os institutos industriais, hoje considerados ensino superior. Em 1990, havia 156878 e, em 2000, 387703 alunos matriculados nos ensino superior. Ver estatísticas anteriormente referidas.
- 4 Bebiano 2002, 2003, 2003a e 2007; Cardina 2008; Cruzeiro & Bebiano 2006 e Estanque & Bebiano 2007; ver também Carreira 2004.
- 5 Grácio 1998 e 1999; Machado & Costa *et al.* 2003 e Rodrigues 1999.
- 6 Cruzeiro 1989; Drago 2004; Duarte 1997 e 1999; Ferreira 1999; Ferro 1996; Fontes 1999; Garrido 1996; Grácio 1990; Lourenço & Costa *et al.* 2001; Maurício 2008; Pimentel 2007 e Torgal 1999.
- 7 Caiado 1990.
- 8 Resolução do Conselho de Ministros de 14/06/1947 in *Diário do governo*, nº 138, I Série, 18/06/1947, p. 539–540.
- 9 *Técnica*, fevereiro–março de 1951, nº 209/210, p. 367; Caiado 1990, p. 28 e *Contributos para a História da AEIST no movimento estudantil*, CD, [2005].
- 10 Arquivo do IST, Ata do CE, Livro 6º.
- 11 Arquivo da AEIST, A1, cx 81 e cx 91/6; Maurício 2008, p. 93–94.
- 12 Entre os quais António Abreu, António Areosa Feio e Joaquim Caldeira Rodrigues.
- 13 *II Seminário de Estudos Associativos*, setembro 1964 p. 3–19; Maurício 2008, p. 75–86.
- 14 *Contributos ...* CD [2005] e Maurício 2008 p. 95–98.
- 15 Para estes apontamentos sobre o período até meados dos anos 50, foram também importantes: informações de António Brotas e José Joaquim Fragoso, 28/05/2011; Maurício 2008 e Rosas 1999 p. 90–91.
- 16 Testemunho de João Cravinho, 23/07/2010.
- 17 Decreto-lei nº 40900 in *Diário do governo* nº 269, I Série, 12/12/1956 p. 1895–1896; Caiado 1990; Fontes 1999; Grácio 1990; Lourenço & Costa *et al.* 2001 e Maurício 2008.
- 18 Fontes 1999 p. 58. Ver também Caiado 1990; Ferreira 1999 e Maurício 2008 p. 112–124.
- 19 Testemunho de João Cravinho, 23/07/2010; testemunho de José Manuel Prostes da Fonseca, 26/02/2007 citado por Maurício 2008 p. 120.
- 20 Arquivo da AEIST, A1, cx 87, [Livro de Abaixo–assinado dirigido ao Presidente da Assembleia Nacional contra as disposições do Decreto-lei nº 40900], [Lisboa], [1956].
- 21 Testemunho de João Cravinho, 23/07/2010; testemunho de José Manuel Prostes da Fonseca, 26/02/2007 citado por Maurício 2008, p. 120.
- 22 Testemunho de João Cravinho, 23/07/2010.
- 23 Arquivo da AEIST, A1, cx 87, “Comunicado da AEIST”, [23/01/1957].
- 24 Testemunho de José Manuel Prostes da Fonseca, 26/02/2007, citado por Maurício 2008 p. 118.
- 25 Testemunho de João Cravinho, 23/07/2010; ver também testemunho de José Fernando Pinharanda, 4/03/2010.
- 26 Caiado 1990; Cardina 2008; Ferreira 1999; Garrido 1996 e Lourenço & Costa *et al.* 2001.
- 27 Ver autores anteriores e ainda Ferro (org.) 1996 e Torgal 1999; testemunhos de António Garcia, 16/03/2010, António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010, Fernando Vicente, 18/03/2010 e Heitor Santos, 17/03/2010; Arquivo da AEIST, diversas pastas.
- 28 Arquivo da AEIST, A1, cxs 100/6, 100/7, 108/4; *AEIST* nº 17, março/1962; *Dia do Estudante*, [Lisboa], [1962] e *Solidariedade Estudantil* nº 2, Secretariado Coordenador de Informação e Propaganda, Lisboa [1967].
- 29 Testemunho de Heitor Santos, 17/03/2010.
- 30 Testemunho de Heitor Santos, 17/03/2010.
- 31 Testemunho de António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010.
- 32 Arquivo da AEIST, A1, cx 91/1.
- 33 Testemunho de Heitor Santos, 17/03/2010.
- 34 Arquivos Particulares, “Ao Corpo Docente do Instituto Superior Técnico”, subscrito por 96 engenheiros, identificados, Lisboa, 11/05/1962.
- 35 Testemunho de António Garcia, 16/03/2010.
- 36 Testemunho de António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010.
- 37 Testemunho de Mário Lino, 8/03/2010.
- 38 Testemunhos de António Garcia, 16/03/2010, António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010, Fernando Vicente, 18/03/2010 e Jorge Dias de Deus, 20/04/2010; Arquivo da AEIST, diversas pastas; *AEIST*; *Boletim AEIST*; *Unidade Estudantil*; Caiado 1990 e Lourenço & Costa *et al.* 2001.
- 39 *I Seminário de Estudos Associativos*, setembro 1963; *II Seminário de Estudos Associativos*, setembro 1964; *III Seminário de Estudos Associativos*, outubro 1965 e *IV Seminário de Estudos Associativos*, março 1968.
- 40 Testemunho de Pedro Coelho, 15/03/2010.
- 41 Testemunho de António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010.
- 42 Testemunhos de António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010 e Jorge Veludo, 5/03/2010.
- 43 Testemunho de Fernando Valdez, 26/02/2010 e 12/04/2010.
- 44 *Solidariedade Estudantil*, Secretariado Coordenador de Informação e Propaganda, Lisboa, [1967]; testemunhos de António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010, Fernando Vicente, 18/03/2010, José Mariano Gago, 7/11/2010 e Paula Fonseca, 18/03/2010; Arquivo da AEIST, diversas pastas; *Binómio*; Caiado 1990; Cardina 2008; *Contributos...* CD [2005]; Lourenço & Costa *et al.* 2001; Melo 1997 e Oliveira 2004.
- 45 Testemunho de José Mariano Gago, 7/11/2010.
- 46 Testemunhos de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010 e Fernando Valdez, 26/02/2010 e 12/04/2010; Arquivo da AEIST, diversas pastas; Cardina 2008; *Contributos ...* CD

- [2005]; Cruzeiro 1989; Cruzeiro & Bebiano 2006; Duarte 1997; Fernandes & Sousa 1988; Gago 1998 e Lourenço & Costa *et al.* 2001.
- 47 Testemunho de José Mariano Gago, 7/11/2010.
- 48 *Boletim das Atividades do IST*, 1968, nº 30. Esta acusação vem na sequência de uma outra, meses antes, de que funcionaria uma discoteca na AEIST – *Boletim das Atividades do IST*, 1968, nº 28. Está em questão a área dos costumes, com as acusações de falta de decoro que continuavam a ser disparadas contra os e sobretudo as estudantes, na sequência, aliás, das polémicas do início dos anos 60, emblematizadas pelos posicionamentos perante a “Carta a uma Jovem Portuguesa”, publicada em *Via Latina*, órgão da associação Académica de Coimbra – Oliveira 2004, p. 377–379.
- 49 Testemunho de Paula Fonseca, 18/03/2010. Paula Fonseca, em anos anteriores, já tinha tentado acabar com a sala das alunas, mas algumas frequentadoras defenderam-na, por se sentirem ali “mais à vontade”.
- 50 Testemunho de José Mariano Gago, 7/11/2010.
- 51 Testemunho de José Mariano Gago, 7/11/2010.
- 52 Testemunhos de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010, João Vieira Lopes, 16/04/2010 e José Mariano Gago, 7/11/2010; Arquivo da AEIST, diversas pastas; *Binómio*; Bebiano 2003–a; Caiado 1990; Cardina 2008; *Contributos...* CD [2005]; Cruzeiro 1989; Estanque & Bebiano 2007 e Lourenço & Costa *et al.* 2001.
- 53 Testemunhos de António Abreu, 1/03/2010, Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010, Fernando Valdez, 26/02/2010 e 12/04/2010, João Guerreiro, 10/4/2010 e José Mariano Gago, 7/11/2010; Arquivo da AEIST, diversas caixas; *Binómio*; Bebiano 2002; Caiado 1990; Cardina 2008; *Contributos...* CD [2005]; Fernandes & Sousa 1988; Gago 1998; Lourenço & Costa *et al.* 2001; Rodrigues 2011 e Sá 2006.
- 54 Decreto-lei nº 49.099 in *Diário do governo* nº 155, I Série, 04/07/1969, p. 790.
- 55 Decreto nº 540 in *Diário do governo* nº 261, I Série, 10/11/1970, p. 1681–88.
- 56 Ver as condições apresentadas pelas autoridades e a proposta da direção da AEIST – *Binómio* nº 51, 28/07/1972, p. 1–3 e 8–9.
- 57 Testemunho de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010. Ver também testemunhos de Alfredo Gomes, 3/05/2010, António Abreu, 1/03/2010, Fernando Valdez, 26/02/2010 e 12/04/2010 e João Guerreiro, 10/04/2010.
- 58 Decreto-lei nº 18/73 in *Diário do governo* nº 14, I Série, 17/01/1973, p. 81–82.
- 59 *Contributos ...* CD [2005].
- 60 Testemunho de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010.
- 61 Decreto-lei nº 629/73 in *Diário do governo*, nº 276, I Série, 26/11/1973, p. 2286.
- 62 Uma descrição mais detalhada destes eventos consta do comunicado nº 38, assinado pela direção da AEIST, de 4/12/1973 – Arquivos Particulares. Ver também testemunhos de Alfredo Gomes, 3/05/2010, António Abreu, 01/03/2010, Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010 e Fernando Valdez, 26/02/2010 e 12/04/2010; *Contributos ...* CD [2005].
- 63 Testemunho de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010.
- 64 Arquivos Particulares, “Programa de trabalho para a associação”, assinado “Lista B, Por um ensino popular. Crítica–Unidade–Crítica”, 1971; vários números do *Binómio*, especialmente entre o nº 41, de 2/12/1970, e o nº 49, de 18/02/1972; Caiado 1990 e Cardina 2010.
- 65 Arquivos Particulares, “Programa da Lista A candidata à direção da AEIST”, assinado “Para a unidade do movimento associativo”, 1972.
- 66 Testemunhos de Alfredo Gomes, 3/05/2010, Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010 e Carlos Pimenta, 3/09/2010; Arquivo da AEIST, diversas pastas; *Binómio*; *Diferencial*; Caiado 1990; Gomes 1998; Oliveira 2004; Pimenta 1997; Sá 2006; Seabra 2007; Stoer 1986 e Teodoro 2001.
- 67 Arquivos Particulares, “Esclarecimento da direção sobre as secções de serviços”, AEIST, 3/06/1974.
- 68 Arquivos Particulares, “Unidade estudantil com o povo trabalhador”, Manifesto eleitoral da Lista candidata às eleições para os corpos gerentes da AEIST (em organização), julho de 1974; “Um ensino de engenharia democrático”, comunicado da direção da AEIST, 18/09/1974; “Unir a luta dos estudantes à luta do povo português”, comunicado da direção da AEIST, 24/06/1974; “Iniciar com audácia a Reforma Geral e Democrática do Ensino”, direção da AEIST, 24/05/1974; “Organizar os cursos é a palavra de ordem”, comunicado da direção da AEIST, 28/05/1974. Mesmo considerando que, durante o regime fascista, professores catedráticos tinham assumido funções reaccionárias, esta corrente não era adepta de um “ambiente onde professores e estudantes se miram das suas trincheiras como guerreiros inimigos”, mas sim, de uma relação com os professores enquanto aliados na “construção de uma nova escola”, por já terem apoiado os estudantes antes do 25 de Abril e intervindo democraticamente. Esta posição não seria corroborada por todas as correntes.
- 69 Ver documentos citados anteriormente; *Expresso* nº 117, 28/03/1975, p. 12 e Oliveira 2004.
- 70 Testemunho de Alfredo Gomes, 3/05/2010. Atender também a informação de Fernando Valdez e a Seabra 2007.
- 71 *Expresso* nº 117, 28/03/1975. Também num plenário de estudantes de Lisboa, a 14/01/1975 no IST, sobre o Serviço Cívico Estudantil, os estudantes da UEC abandonaram-no “perante gritos prolongados de «Rafeiros!»” – *Liberdade*, 17/01/1975, p. 11.
- 72 Testemunho de Alfredo Gomes, 3/05/2010.
- 73 Seguiram-se duas listas apoiadas por marxistas-leninistas (com 442 votos e 401 votos), a da UEC (222 votos) e a do MRPP (com 46 votos). Segundo a JS, a JSD apoiou a lista marxista-leninista que ficou em 3º lugar. – *Jovem Socialista* nº 21, 01/07/1976, p. 8.
- 74 Decreto-lei nº 221/74 in *Diário do governo*, nº 123, I Série, p. 659 e decreto-lei nº 806 in *Diário do governo* nº 303, I Série, 6º Suplemento, 31/12/1974, p. 129–132.
- 75 “Comunicado de 26/11/1974”, publicado em *Liberdade*, nº 3, 29/11/1974, p. 12.
- 76 Decreto-lei nº 781–A in *Diário da República* nº 253, I Série, 28/10/1976, Suplemento, p. 3–9; testemunhos de Alfredo Gomes, 3/05/2010 e Carlos Pimenta, 3/09/2010; *Binómio*; *Diferencial*.
- 77 Testemunho de Carlos Pimenta, 3/09/2010.
- 78 Testemunho de Carlos Pimenta, 3/09/2010.
- 79 Mais do que a organização, foram alguns dos seus membros que se aproximaram do movimento associativo e participaram em direções associativas. Em qualquer caso, a atuação da JUC foi importante na crise de 1962, em que houve divisões internas, ou na solidariedade com as vítimas das cheias de novembro de 1967, dada a sua experiência de contato com a realidade social. Ver Almeida 2008, Lopes 2007, Nunes 2005, Revez 2009.
- 80 Marchi 2010.

- 81 Cunhal 1974; Jara 1974 e 2009.
- 82 Cardina 2010, Fernandes & Sousa 1988; Leiria 1998; Martins & Loureiro 1980; Sá 2006; Trindade 2004 e Viana 2004.
- 83 Cardina 2010; Fernandes & Sousa 1988; Leiria 1998; Martins & Loureiro 1980; Trindade 2004 e Viana 2004.
- 84 Martins 2005.
- 85 Testemunhos em geral; Arquivo da AEIST, diversas pastas; *AEIST*; *Binómio*; *Boletim AEIST*.
- 86 Acontecimento marcante do movimento estudantil, nos conflitos com as autoridades no dia da morte do estudante, no ISCEF, e no seu funeral em vários locais de Lisboa, estiveram estudantes do IST. Também no IST houve um plenário devido a este assassinato.
- 87 Estudantes e antigos estudantes do IST empenharam-se em vários processos eleitorais nacionais, como as eleições de 1969 e 73, sendo alguns candidatos, outros dirigentes ou apenas militantes de base, e outros ainda acompanhando criticamente processos de luta em que não acreditavam, mas acabando por distribuir propaganda ou ir a sessões de esclarecimento.
- 88 Segundo Heitor Santos, este símbolo de unidade tornou-se o emblema posterior da CDE e do MDP/CDE – Testemunho de Heitor Santos, 17/03/2010.
- 89 Testemunhos de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010 e João Guerreiro, 10/04/2010.
- 90 Como o CCR m-1 e o PCP (m-1), com as suas facções – Cardina 2010 e Sá 2006.
- 91 Testemunhos de Alfredo Gomes, 3/05/2010, Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010 e Carlos Pimenta, 3/09/2010; *Binómio*; *Diferencial*.
- 92 Testemunho de João Cravinho, 23/07/2010.
- 93 Testemunho de Mário Lino, 8/03/2010.
- 94 Testemunho de Heitor Santos, 17/03/2010. Para o caso espanhol, ver Narotzky & Smith 2002.
- 95 Apenas alguns exemplos: em 1964, a direção da AEIST pediu aos estudantes neutralidade religiosa e política, para que fosse possível o trabalho da associação – Arquivo da AEIST, A1, cx 84/1. Em março de 1968, a AEIST esclarece que as associações de estudantes são alheias a panfletos contra a guerra do Vietname – Arquivo da AEIST, A1, cx 98/2.
- 96 Testemunho de Fernando Valdez, 26/02/2010 e 12/04/2010.
- 97 Testemunho de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010.
- 98 Testemunho de Paula Fonseca, 18/03/2010.
- 99 Testemunho de Pedro Coelho, 15/03/2010. No mesmo sentido, aponta o testemunho de João Cravinho, 23/07/2010. Sobre os programas de recepção aos novos alunos nos anos 50 e 60, ver – Arquivo da AEIST, diversas pastas; *AEIST*; *Binómio* e *Boletim AEIST* dos inícios de ano letivo.
- 100 Testemunhos de António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010 e Fernando Vicente, 18/03/2010.
- 101 Testemunho de José Mariano Gago, 7/11/2010.
- 102 No cinquentenário do IST, o presidente da AEIST efetuou uma análise fundamentada das secções da AEIST e da sua história – Corvo 1951. As atividades destas secções, nos anos 1950, foram estudadas por Maurício 2008.
- 103 “Estatutos da AE do Instituto Superior Técnico” (aprovados em reunião de Assembleia Geral de 6 de junho de 1950), 1951, Lisboa, AEIST, p. 1, 2 e 8.
- 104 “Estatutos da AE do Instituto Superior Técnico” (aprovados em reunião de Assembleia Geral de 7 de dezembro de 1954), 1963, Lisboa, AEIST p. 2 e p. 20.
- 105 *Guia do Novo Aluno. Suplemento do Binómio* n.º 1, [4/11/1964] p. 1–2; *O que é a AEIST*, Edição da AEIST, [1963/4].
- 106 *Boletim da AEIST*, maio de 1945, n.º 1, Lisboa, AEIST, p. 1 citado por Maurício 2008 p. 42. A autora sustenta que a AEIST é a única AE de Lisboa com edifício autónomo e destinado a atividades associativas, desde a fase do projeto do arquitecto Pardal Monteiro.
- 107 Testemunho de António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010.
- 108 Arquivo da AEIST, diversas pastas; *AEIST*; *Binómio* e *Boletim AEIST*.
- 109 A título de exemplo, citem-se: *Cadernos Pedagógicos*, n.º 4 “Sobre a reforma do ensino de engenharia”, sem data; n.º 6 “O ensino no IST: Estatísticas”, 1967; *Temas Estudantis*, n.º 1, n.º 2 “Sindicalismo Universitário da Pax Romana”, n.º 3 “Investimento na Universidade”, n.º 5 “Apoliticismo das AAEE”, n.º 8 (com textos de António José Saraiva, Jean-Paul Sartre, Fidel Castro), sem data; *Binómio* n.º 38, novembro / 1969, p. 3; *Contributos ...* CD, [2005]; Margarido & Torres 1964 e Serrão & Sampaio *et al.* 1964.
- 110 Testemunho de António Garcia, 16/03/2010.
- 111 Arquivo da AEIST, diversas pastas; *AEIST*; *Binómio*, *Boletim AEIST*. Ver também testemunhos de António Mota Redol, 24/02/2010 e 29/03/2010, João Cravinho, 23/07/2010, João Vieira Lopes, 16/04/2010 e José Mariano Gago, 7/11/2010; Maurício 2008 p. 104–112.
- 112 Testemunho de António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010.
- 113 Já desde meados dos anos 60 que o Departamento de Turismo Universitário se apresentava como uma realidade complexa, por exigir uma grande dedicação e competências de gestão – ver Arquivos Particulares, “Relatório da Comissão nomeada pela Junta de Delegados com o fim de investigar a questão”, Junta de Delegados do IST, 30/01/1967.
- 114 Testemunho de José Mariano Gago, 7/11/2010.
- 115 Testemunhos António Garcia, 16/03/2010 e António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010.
- 116 Testemunho de António Garcia, 16/03/2010.
- 117 Testemunho de António Garcia, 16/03/2010.
- 118 Um comunicado sobre a condução de elétricos da Carris por estudantes do IST que se teriam voluntariado para furar a greve dos trabalhadores daquela empresa, no final da década de 1910, constituiu um referente de memória para alguns dos entrevistados. Encontrado ao lado de um velho copiógrafo, desentapado de um esconderijo secreto encontrado dentro das instalações da AEIST, deve-se realçar a sua força simbólica para quem dele soube – certamente por materializar uma relação de oposição entre estudantes fura-greves e trabalhadores grevistas que não era aquela que os dirigentes estudantis dos anos 60 desejavam. Informação de António Mota Redol e testemunho de José Mariano Gago, 7/11/2010. Este interesse pela atuação dos antigos estudantes do IST na Primeira República e, num sentido contrário, a vontade de saber do apoio estudantil às populações na Cova do Vapor ou as conversas com dirigentes estudantis anteriores exprime, a vários níveis, a procura de “*uma linhagem*”, de uma história, que permitisse aos estudantes “*sentirem-se menos sós, isto é, conseguirem perceber-se como parte de uma história que vem de trás*”. – Testemunho citado de José Mariano Gago.

- 119 Testemunho de Jorge Dias de Deus, 20/04/2010.
- 120 Testemunho de Mário Lino, 8/03/2010.
- 121 Testemunho de João Cravinho, 23/07/2010.
- 122 Subsidiado pela Fundação Calouste Gulbenkian e por algumas empresas, realizou-se no âmbito das comemorações do cinquentenário do IST. Sobre este congresso e o que representou na história do ensino técnico e da engenharia, ver antes do mais Grácio 1998. Ver também testemunhos de António Garcia, 16/03/2010, António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010 e Fernando Vicente, 18/03/2010; Arquivo da AEIST, A1, cx 13/8, “Congresso do Ensino de Engenharia: Conclusões Gerais”, Lisboa, 26/07/1963 e *Boletim AEIST*, nº 1, janeiro/1963, nº 5, março/1964.
- 123 Testemunho de João Cravinho, 23/07/2010.
- 124 Testemunho de António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010.
- 125 Testemunho de Heitor Santos, 17/03/2010.
- 126 Testemunho de António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010.
- 127 Testemunho de Pedro Santos Coelho, 15/03/2010.
- 128 Testemunho de José Mariano Gago, 7/11/2010.
- 129 Ver, por exemplo, *Binómio* nº 34, outubro/1968, p. 3 e 6.
- 130 Arquivo da AEIST, diversas pastas; *AEIST*, *Binómio* e *Boletim AEIST*.
- 131 Testemunho de José Fernando Pinharanda, 4/03/2010.
- 132 Testemunho de Mário Lino, 8/03/2010.
- 133 Testemunho de Paula Fonseca, 18/03/2010.
- 134 Testemunho de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010.
- 135 Testemunho de João Cravinho, 23/07/2010.
- 136 Testemunho de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010.
- 137 Testemunho de João Guerreiro, 10/04/2010.
- 138 Testemunho de Alfredo Gomes, 3/05/2010.
- 139 Testemunho de João Cravinho, 23/07/2010.
- 140 Testemunho de José Fernando Pinharanda, 4/03/2010.
- 141 Testemunho de Jorge Dias de Deus, 20/04/2010.
- 142 Testemunho de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010.
- 143 Testemunho de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010.
- 144 Testemunho de António Abreu, 01/03/2010.
- 145 Testemunho de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010.
- 146 *IV Seminário de Estudos Associativos*, março 1968; vários testemunhos.
- 147 Testemunho de António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010.
- 148 Testemunho de Fernando Valdez, 26/02/2010 e 12/04/2010.
- 149 Testemunho de Fernando Valdez, 26/02/2010 e 12/04/2010.
- 150 Testemunho de Pedro Coelho, 15/03/2010.
- 151 Oliveira 2004 p. 143–228.
- 152 Bebiano 2003 e Cardina 2008.
- 153 Testemunho de João Vieira Lopes, 16/04/2010.
- 154 Testemunho de João Guerreiro, 10/4/2010.
- 155 Esta temática está muito presente em diversos números dos periódicos – *AEIST*, *Binómio*; *Boletim AEIST* e *Diferencial*), assim como em muitas pastas da Arquivo da AEIST. Apenas a título de exemplo, vejam-se: “Vamos dar notas aos professores?” *Boletim AEIST*, nº 5, 03/1964; *Binómio*, 4/11/1964, nº 1, e praticamente qualquer *Binómio* dos anos 70.
- 156 Testemunho de Jorge Dias de Deus, 20/04/2010. Este “já” deve ser interpretado tendo em atenção que este antigo dirigente estudantil é actualmente professor do IST.
- 157 Testemunho de Paula Fonseca, 18/03/2010. Já Valentina Garcia, primeira mulher a ser presidente da AEIST (em 1994/95), afirma que não sentiu problemas em ser uma mulher entre homens – testemunho de Valentina Garcia, 8/09/2010.
- 158 Testemunho de João Vieira Lopes, 16/04/2010.
- 159 Testemunho de Mário Lino, 8/03/2010.
- 160 Testemunho de Carlos Costa, 12/03/2010 21/05/2010.
- 161 Testemunho de Pedro Coelho, 15/03/2010.
- 162 Testemunho de Jorge Veludo, 5/03/2010.
- 163 Testemunho de Carlos Pimenta, 3/09/2010.
- 164 Bensúde 2003 [1922], p. 14.
- 165 Testemunho de Jorge Dias de Deus, 20/04/2010.
- 166 Testemunho de António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010. Residência criada em 1944, com residentes de todas as faculdades, na Casa dos Estudantes do Império habitaram muitos dirigentes dos futuros movimentos de libertação das colónias. Ainda tendo perdurado depois do início da guerra colonial, foi fechada em 1965. – Faria 1997.
- 167 Testemunho de Fernando Vicente, 18/03/2010.
- 168 Testemunho de João Guerreiro, 10/04/2010.
- 169 Testemunho de Pedro Coelho, 15/03/2010.
- 170 Testemunho de João Vieira Lopes, 16/04/2010.
- 171 Testemunho de Heitor Santos, 17/03/2010.
- 172 Testemunho de Paula Fonseca, 18/03/2010.
- 173 Testemunho de João Vieira Lopes, 16/04/2010.
- 174 Testemunho de António Garcia, 16/03/2010.
- 175 Testemunho de Mário Lino, 8/03/2010.
- 176 Para a história do Cineclube Universitário de Lisboa e do Clube Universitário de Jazz ver: Arquivo da AEIST, cx 210/5; *AEIST* nº 17, março/1962, p. 8, 9, 12 e *Diferencial* nº 17, 22/04/1996.
- 177 Testemunho de Mário Lino, 8/03/2010.
- 178 Testemunho de Pedro Coelho, 15/03/2010.
- 179 Testemunho de António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010.
- 180 Testemunho de José Mariano Gago, 7/11/2010.
- 181 Testemunho de Carlos Costa, 12/03/2010.
- 182 *Binómio*, nº 53, fevereiro/1973. Ver *AEIST*; *Binómio*; *Boletim AEIST* e *Esteiro*.
- 183 Varela, 2008; testemunhos de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010 e Fernando Valdez, 26/02/2010 12/04/2010.
- 184 Testemunhos de Alfredo Gomes, 3/05/2010, Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010 e Carlos Pimenta, 3/09/2010.
- 185 *AEIST*; *Binómio*; *Boletim AEIST* e *Esteiro*; ver também Maurício 2008.
- 186 “Cultura demais”, *Binómio*, nº 14, 31/03/1965, p. 6.
- 187 Testemunho de José Mariano Gago, 7/11/2010.
- 188 Alguns entrevistados criticam o facto de estas atividades não serem relevantes nas associações de estudantes atuais, começando logo pelas receções aos caloiros, denunciadas por não terem realizações culturais, substituídas por pra-xes.
- 189 Apenas teve 3 números (de março de 1967 a abril de 1968).
- 190 Testemunho de Jorge Dias de Deus, 20/04/2010.
- 191 Margarido & Torres 1964 e Serrão & Sampaio *et al.* 1964.

- 192 Testemunho de António Garcia, 16/03/2010.
- 193 Testemunho de Jorge Veludo, 05/03/2010.
- 194 Testemunho de José Fernando Pinharanda, 4/03/2010.
- 195 Arquivo AEIST, cx 210/5.
- 196 Exemplo desta ligação entre cinema, sociedade e política foi, em 1970, a organização do Ciclo de Cinema Um Homem Só cujo objectivo era “*mostrar como na nossa sociedade (que se diz acérrima defensora dos direitos da pessoa humana), os indivíduos menos aptos são abandonados e isolados no seio dela*” – *Binómio* nº 41, 2/12/1970, p. 8. Os periódicos estudantis tinham crítica de cinema e artigos sobre a sua função social – ver, por exemplo, *AEIST* nº 4, junho / 1958, p. 2–3, nº 8, dezembro / 1959, p. 3 e 10 e *Esteiro* nº 3, abril / 1968, p. 19.
- 197 Arquivo Particular, “Nº 8. Trabalho Cultural e Informativo”, assinado por “Para a Unidade do movimento associativo. Lista A, Candidatura aos Corpos Gerentes da AEIST”, maio 1972.
- 198 Testemunho de João Cravinho, 23/07/2010.
- 199 Testemunho de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010.
- 200 Testemunho de João Vieira Lopes, 16/04/2010.
- 201 Testemunho de Mário Lino, 8/03/2010. Ver também “Bergman, o obscuro” – *Binómio* nº 25, 09/12/1966, p. 3.
- 202 Testemunho de Jorge Dias de Deus, 20/04/2010.
- 203 Testemunho de Jorge Veludo, 5/03/2010 e Ory 1990 p. 487.
- 204 Testemunho de José Mariano Gago, 7/11/2010. No ano letivo de 1967/68, o *Binómio* anunciava a abertura de inscrições na secção cultural para um curso de teatro orientado por Rogério Paulo; além da parte prática, este curso tinha uma componente teórica que consistia num curso de história do teatro – *Binómio* nº 28, [1968].
- 205 Testemunho de José Mariano Gago, 7/11/2010.
- 206 AEIST, Folheto *O Racismo não existe*, 1970; Ver documentação tão diversa, como por exemplo *Binómio*, 5/11/1969, p. 2 ou *Contributos...* CD, [2005].
- 207 Ver, por exemplo, *Binómio*, 12/01/1971, nº 42, p. 1–8.
- 208 Testemunho de Fernando Valdez, 26/02/2010 e 12/04/2010.
- 209 Testemunho de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010. Pimentel 2009, p. 104, 111 e 198. Em Pimentel 2009, a crítica de José Afonso como a “Amália do PCP” está amplamente documentada.
- 210 Testemunho de António Garcia, 16/03/2010.
- 211 Testemunho de José Mariano Gago, 7/11/2010; *Binómio*, outubro/1968, nº 34 e *Contributos...* CD [2005].
- 212 *Binómio*, nº 28, [novembro/1967].
- 213 Testemunho de Paula Fonseca, 18/03/2010.
- 214 Arquivo da AEIST, diversas pastas; *AEIST*; *Binómio* e *Boletim AEIST*. Em 1966, o Orfeão propôs várias modalidades de participação dos alunos em atividades expressivas: espirituais negros, fados de Coimbra, danças regionais e jograis – *Binómio* nº 23, outubro / 1966, p. 3.
- 215 Ver, por exemplo, Arquivos Particulares, “Temas de Música”, Juventude Musical Portuguesa, associações de Agronomia, Direito, ISCSPU, Medicina, IST, [meados dos anos 60].
- 216 Ver, por exemplo, *AEIST*, nº 4, junho / 1958, p. 11–12; nº 9/10, janeiro/1960, p. 4–5; nº 12, dezembro / 1960, p. 16–17 nº 16, dezembro/1961, p. 4–6 e *Esteiro*, nº 1, março / 1967, p. 2–17.
- 217 Testemunho de João Cravinho, 23/07/2010.
- 218 Testemunho de Carlos Costa, 12 /03/2010 e 21/05/2010.
- 219 *Diferencial*, nº 17, 22/04/1996.
- 220 *Diferencial*, 22/04/1996, nº 17. Note-se que José Duarte não frequentava o IST, mas sim o ISCEF.
- 221 *Binómio* nº 25, 9/12/1966.
- 222 *Corrente. Boletim do movimento Académico Tradicionalista*, 4/03/1967, nº 2, p. 3–4.
- 223 Testemunho de António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010.
- 224 Testemunhos de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010 e Jorge Veludo, 5/03/2010.
- 225 Lourenço 2000, p. 173.
- 226 *Exposição [Catálogo]*, [1962].
- 227 *AEIST. Boletim*, janeiro/1963, nº 1, p. 22. Em colaboração com outras associações de estudantes, a AEIST participou também na organização de eventos semelhantes, nos quais se expunham trabalhos de alunos e se debatia a cultura universitária – Arquivos Particulares, *Primeira Quinzena de Artes Plásticas. 15 a 31 de março*, [inícios dos anos 60], *Exposição Estudantil de Artes Plásticas. Catálogo. Primeira quinzena de Artes Plásticas*, [inícios dos anos 60].
- 228 Ferro & Fitzpatrick 1989.
- 229 *Binómio* nº 53, fevereiro/1973, p. 5.
- 230 *Binómio* especial, dezembro 1969.
- 231 Testemunho de José Mariano Gago, 7/11/2010.
- 232 Testemunho de António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010.
- 233 Testemunho de João Cravinho, 23/07/2010.
- 234 Testemunho de Jorge Dias de Deus, 20/04/2010.
- 235 Texto de António Brotas, escrito no Aljube, 1956, difundido por e-mail a 23/05/2011.
- 236 Testemunho de Carlos Pimenta, 3/09/2010.
- 237 Narciso 2000.
- 238 Testemunho de João Vieira Lopes, 16/04/2010.
- 239 Testemunho de José Mariano Gago, 7/11/2010.
- 240 Testemunho de Fernando Vicente, 18/03/2010.
- 241 Testemunho de Jorge Veludo, 5/03/2010. Trata-se precisamente de um dirigente estudantil que interrompeu o seu curso devido ao empenho associativo, que foi para o exílio e que nunca trabalhou na área de engenharia. Todavia, mesmo neste caso, a marca do ativismo estudantil perdura.

## Fontes e bibliografia

### *Fontes Orais*

Alfredo Gomes, Lisboa, 3 de maio de 2010  
 António Abreu, Lisboa, 1 de março de 2010  
 António Garcia, Lisboa, 16 de março de 2010  
 António Mota Redol, Lisboa, 24 de fevereiro, 24 e 29 de março de 2010  
 Carlos Costa, Lisboa, 12 de março e 21 de maio de 2010  
 Carlos Pimenta, Lisboa, 3 de setembro de 2010  
 Fernando Valdez, Lisboa, 26 de fevereiro e 12 de abril de 2010  
 Fernando Vicente, Lisboa, 18 de março de 2010  
 Filipe Janela, Lisboa, 16 de agosto de 2010  
 Heitor Santos, Lisboa, 17 de março de 2010  
 João Cravinho, Lisboa, 23 de julho de 2010  
 João Vieira Lopes, Lisboa, a 16 de abril de 2010  
 Joaquim Cardeira e João Guerreiro, Lagos, 10 de abril de 2010  
 Jorge Dias de Deus, Lisboa a 20 de abril de 2010  
 Jorge Veludo, Lisboa, 5 de março de 2010  
 José Fernando Pinharanda, Lisboa, 4 de março de 2010  
 José Mariano Gago, Lisboa, 7 de novembro de 2010  
 Mário Lino, Lisboa, 8 de março de 2010  
 Paula Fonseca, Lisboa, 18 de março de 2010  
 Pedro Gonçalves Henriques, Lisboa, 19 de julho de 2010  
 Pedro Santos Coelho, Lisboa, 15 de março de 2010  
 Valentina Garcia, Lisboa, 8 de set. de 2010

### *Fontes Arquivísticas*

Arquivo da AEIST – 497 caixas (Arquivo 1);  
 1240 caixas (Arquivo 2)  
 Arquivo do IST, Atas do CE  
 Arquivos Particulares

### *Fontes Estatísticas (impressas ou digitais)*

Instituto Nacional de Estatística, Estatística da Educação – Ano Letivo 1950–51  
 Instituto Nacional de Estatística, Estatística da Educação – Ano Letivo 1960–61  
 Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas da Educação – Continente e Ilhas Adjacentes 1970

Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas da Educação – Continente, Açores e Madeira 1979–82 – Síntese  
 Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas da Educação – 1991  
 Ministério da Ciência e do Ensino Superior, Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, Vagas e Inscritos no Ensino Superior [2000–2001 a 2009–2010], baseado em RAIDES – Inquérito ao Registo de alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, acessível em [http://www.gpe-ari.mctes.pt/archive/doc/TbIs\\_e\\_Anexos\\_-\\_Vagas\\_e\\_Inscritos\\_2009-2010.xls](http://www.gpe-ari.mctes.pt/archive/doc/TbIs_e_Anexos_-_Vagas_e_Inscritos_2009-2010.xls), acedido em 05/07/2011

### *Fontes Impressas*

I Encontro Nacional de Estudantes. Relatório do Secretariado da RIA sobre o I Seminário de Estudos Associativos [1963], Lisboa, AE do Instituto de Superior de Ciências Económicas e Financeiras  
 II Seminário de Estudos Associativos, 1964, Lisboa, AE do Instituto de Superior de Ciências Económicas e Financeiras  
 III Seminário de Estudos Associativos, 1965, Lisboa, AE do Instituto de Superior de Ciências Económicas e Financeiras  
 IV Seminário de Estudos Associativos, 1968, Lisboa, Secretariado Coordenador da Informação e Propaganda

### *Cadernos Pedagógicos*

“Estatutos da AE do Instituto Superior Técnico” (aprovados em reunião de Assembleia Geral de 6 de junho de 1950), 1951, Lisboa, AEIST  
 “Estatutos da AE do Instituto Superior Técnico” (aprovados em reunião de Assembleia Geral de 7 de dezembro de 1954), 1963, Lisboa, AEIST  
 Margarido, Alfredo; TORRES, Alexandre Pinheiro, 1964, As Grandes Correntes da Literatura Contemporânea, vol. II, Lisboa, AE do Instituto Superior Técnico

Serrão, Joel, Sampaio; Ernesto; Ferreira, Virgílio, 1964, *As Grandes Correntes da Literatura Contemporânea*, vol. I, Lisboa, AE do Instituto Superior Técnico

### *Temas Estudantis*

#### *Documentos legislativos*

Decreto nº 540 in Diário do governo nº 261, I Série, 10/11/1970, pp. 1681–88

Decreto-lei nº 18/73 in Diário do governo nº 14, I Série, 17/01/1973, pp. 81–82

Decreto-lei nº 221/74 in Diário do governo, nº 123, I Série, p. 659

Decreto-lei nº 629/73 in Diário do governo, nº 276, I Série, 26/11/1973, p. 2286

Decreto-lei nº 781-A in Diário da República nº 253, I Série, 28/10/1976, Suplemento, p. 3–9

Decreto-lei nº 806 in Diário do governo nº 303, I Série, 6º Suplemento, 31/12/1974, p.129–132

Decreto-lei nº 40900 in Diário do governo nº 269, I Série, 12/12/1956, p. 1895–96

Decreto-lei nº 49099 in Diário do governo nº 155, I Série, 04/07/1969, p. 790

Resolução do Conselho de Ministros de 14/06/1947 in Diário do governo, nº 138, I Série, 18/06/1947, p. 539–540

## Periódicos

AEIST, Lisboa, AE do Instituto Superior Técnico

Binómio, Lisboa, AE do Instituto Superior Técnico

Boletim AEIST, Lisboa, AE do Instituto Superior Técnico

Boletim das Atividades do IST, Lisboa, Instituto Superior Técnico

Corrente. Boletim do Movimento Académico Tradicionalista, Lisboa

Dia do Estudante, [Lisboa], [1962]

Diferencial, Lisboa, AE do Instituto Superior Técnico

Esteiro, Lisboa, Secção Cultural da AE do Instituto Superior Técnico

Expresso

Jovem Socialista

Liberdade

Unidade Estudantil

Solidariedade Estudantil, Secretariado Coordenador de Informação e Propaganda, Lisboa

Técnica, Lisboa, AE do Instituto Superior Técnico.

*Cartão de identificação de estudante, de acordo com as novas regras de segurança, emitido durante a crise estudantil de 1973.*

*Imagem cedida pelo titular.*





*Na cave da Torre Norte.  
Foto: Tatiana Soares*